



B OLETIM DO
ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

NÚMERO TRÊS | SETEMBRO 2015



ÍNDICE

Editorial

Notícias

Rota dos Arquivos

Exposições

Documento do mês

Documentos em destaque

História Local e Regional

- Para a história do Sindicalismo Operário Alentejano -O fundo do sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora (1938-1986).
- Miguel de Arruda, entre Évora e Estremoz. Novos documentos (1532-1562).
- Fundo Documental da Comissão Distrital da Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno.
- O Arquivo Histórico da Direção de Serviços de Educação da Região Alentejo (DSRAlentejo).
- O Arquivo Municipal de Redondo: a identidade de um povo.
- Amadeo de Sousa Cardoso: apanhado pela guerra.
- Estado e políticas económicas em tempo de Guerra: a experiência portuguesa (1914-1919).

Ofertas de Publicações

E DITORIAL

Desde o último número do Boletim do Arquivo Distrital até hoje temo-nos empenhado em continuar a desbravar a documentação de alguns dos principais fundos existentes neste arquivo distrital. A Câmara Eclesiástica, a Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz e o Governo Civil aparecem como incontornáveis no conjunto do acervo do vosso arquivo. Pela dimensão e pela riqueza que albergam permitem, para momentos diversos, a reconstituição das relações sociais e económicas e a apreensão das manifestações culturais. Por essas razões, orientámos o nosso esforço no seu tratamento, dando a conhecer os seus conteúdos.

Mas não foi só ao nível da produção de registos que estamos a avançar. A disponibilização de imagens de documentos digitalizados foi retomada, estando a desenvolver-se esforços para que em 2016 estejam on-line todas as imagens atualmente armazenadas em disco. É um trabalho exigente, mas os nossos leitores merecem esse esforço e essa será, também, uma forma de comemorarmos os 100 anos do Arquivo Distrital de Évora.

Criado em 29 de novembro de 1916 para guardar documentação do distrito, este arquivo constituiu-se, nos dias que correm, como um dos mais valiosos guardiões da memória local e regional. Por isso, estamos a preparar um

programa comemorativo virado para a região, de modo a que todos possam compreender o valor dos documentos aqui depositados e a nós confiados. Todos, mais cedo ou mais tarde, acabamos um dia por deixar a vida. O que vai provar a nossa existência são precisamente os documentos que aqui zelosamente recebemos e tratamos para que se possa recordar o passado.

Mas não falemos apenas de passado.

Em finais de outubro vai realizar-se, pela primeira vez a sul do Rio Tejo, o Congresso Nacional da BAD. Évora vai encher-se de bibliotecários, arquivistas e documentalistas interessados em discutir o futuro da profissão e os desafios da informação.

Pela parte que nos toca, estamos a deixar germinar as sementes de um serviço público de qualidade cada vez mais virado para os nossos leitores presenciais e a distância.

A aposta na disponibilização on-line de imagens de documentos e de registos vai continuar. Criou-se a Rota dos Arquivos do Alentejo para divulgar o património da região. A capacitação dos leitores para usufruírem dos conteúdos colocados on-line vai ser reforçada através de oficinas educativas e da Rede de Pontos de Arquivo a implementar gradualmente nas bibliotecas.

A promoção do conhecimen-

to do património arquivístico da região merece, também, especial atenção. A Feira do Livro de Évora, os dias abertos e a exposição “Memórias das atividades culturais e desportivas em Évora (1840-1980)”, inaugurada em junho, proporcionaram o contacto de centenas de pessoas com o arquivo distrital. Em outubro teremos duas exposições em parceria com outras entidades. No dia 1 será a exposição intitulada “Antifonários do Mosteiro da Cartuxa de Santa Maria de Scala Coeli” e no dia 16 a exposição “Contributos para a História da Assistência Social em Évora: Séculos XIX e XX” (antecedida de uma conferência).

Tudo isto, mais o boletim, foi possível graças ao empenho dos trabalhadores e à generosidade dos autores e dos revisores científicos que deram o seu contributo a este número.

Jorge Janeiro
Diretor do Arquivo
Distrital de Évora



N OTÍCIAS

Índice

Novas descrições disponibilizadas

O Arquivo Distrital de Évora disponibilizou este semestre, no seu sítio web (<http://digitarq.adevr.arquivos.pt/>), os registos documentais pertencentes ao Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora (processos matrimoniais, colações, dispensas de luto, dispensas de idade para ordens, breves de secularização, processos sobre missa votiva, breves de dispensa de irregularidades e petições), aos Fundos Paroquiais do Distrito de Évora (Duplicados), ao Fundo do Governo Civil (Secção H - Inspeção, Licenciamentos, Fiscalização e Segurança; Série I - Associações e Companhias Volantes) e ao Fundo da Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz (Testamentos).

Números do ADE

Leitores: 1.048

Documentos consultados: 12.796

Certidões emitidas: 27

Registos criados: 11.766

Imagens disponibilizadas: 144.157

Visitantes: 730

Responda ao inquérito de satisfação disponível em: <http://adevr.dglab.gov.pt/inquerito-clientes/>

Ações de trabalho com as freguesias

No dia 8 de junho foram realizadas Oficinas de Paleografia e de Pesquisa de Documentos destinadas a transferir competências nestes domínios para as freguesias que pretendem aderir à Rede de Pontos de Arquivo. Os técnicos das freguesias com polos de biblioteca poderão, deste modo, passar a prestar apoio aos utilizadores na pesquisa de documentos disponíveis on-line. No mesmo dia realizou-se uma ação de sensibilização para a eliminação de documentos orientada para a aplicação dos instrumentos de avaliação de documentos.

Centenário do Arquivo Distrital de Évora

O Arquivo Distrital de Évora comemora em 2016 cem anos de existência. Criado pelo Decreto n.º 2.859, de 29 de Novembro de 1916, o que o torna um dos mais antigos do País, acolheu desde logo documentação relativa à Diocese e ao Distrito de Évora.

Segundo o citado Decreto, o Arquivo Distrital era criado em anexo à Biblioteca Pública de Évora e subsidiado pela Câmara Municipal de Évora, tendo sido instalado no Convento dos Lóios.

Em 2016, o centenário será assinalado com um conjunto de ações viradas para a população, dando a conhecer uma instituição onde reside boa parte da memória regional e local.



Exposições do ADE a inaugurar em outubro

Antifonários do Mosteiro da Cartuxa de Santa Maria de Scala Coeli

No dia 1 de outubro será inaugurada pelas 17.30 horas, na Galeria de exposições da Casa de Burgos, em Évora, a exposição “Antifonários do Mosteiro da Cartuxa de Santa Maria de Scala Coeli”.

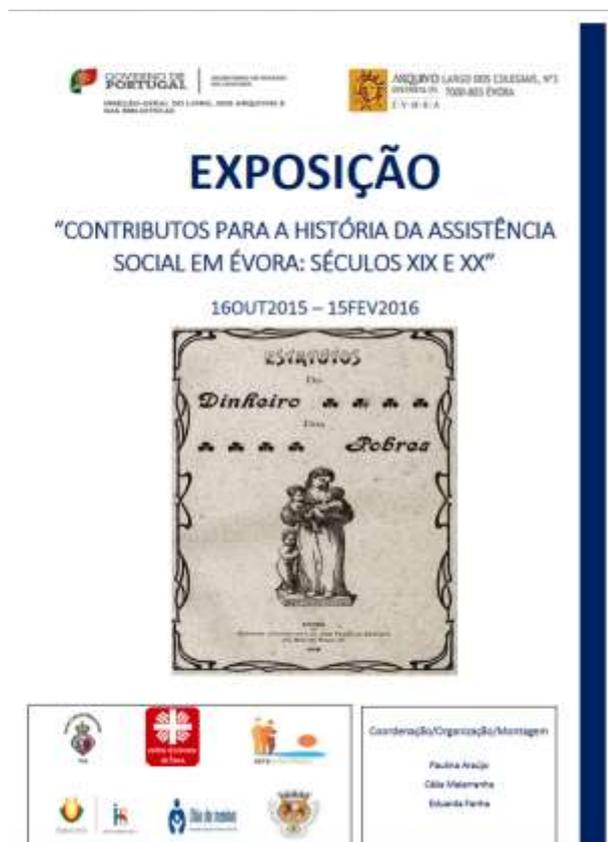
Esta exposição, patente até dia 30 de outubro, é realizada pela Direção Regional de Cultura do Alentejo em parceria com o Arquivo Distrital de Évora e é composta pelos 7 códices de música pertencentes ao Mosteiro da Cartuxa, tal como foram referenciados pelo cônego José Augusto Alegria, no Catálogo dos Fundos Musicais.



Contributos para a História da Assistência Social em Évora: Séculos XIX e XX

No dia 16 de outubro, pelas 18 horas, será inaugurada a exposição “Contributos para a História da Assistência Social em Évora: Séculos XIX e XX”.

A exposição, patente até 15 de fevereiro de 2016, será antecedida de uma conferência, com início às 15 horas, na qual participarão representantes de várias entidades ligadas à área social (Misericórdia de Évora, Cáritas Diocesana de Évora, Centro Distrital da Segurança Social de Évora, Município de Évora, Chão dos Meninos, Administração Regional de Saúde do Alentejo).



Évora recebe 12º Congresso da BAD

Évora vai receber, entre 21 e 23 de outubro de 2015, o 12.º Congresso Nacional da Associação de Profissionais de Biblioteca, Arquivo e Documentação. Esta iniciativa, organizada sob a temática “Ligar. Transformar. Criar Valor” promove o debate entre os profissionais da área, contando com o apoio institucional do Arquivo Distrital de Évora.

Neste âmbito, será realizada uma visita técnica ao Arquivo Distrital de Évora no dia 20, entre as 15h e as 17.30h, com o objetivo de dar a conhecer a história e as competências do ADE e o seu papel no contexto da política pública de arquivos, explicar os processos de trabalho atuais e divulgar o património arquivístico à sua guarda.

Programa disponível em:

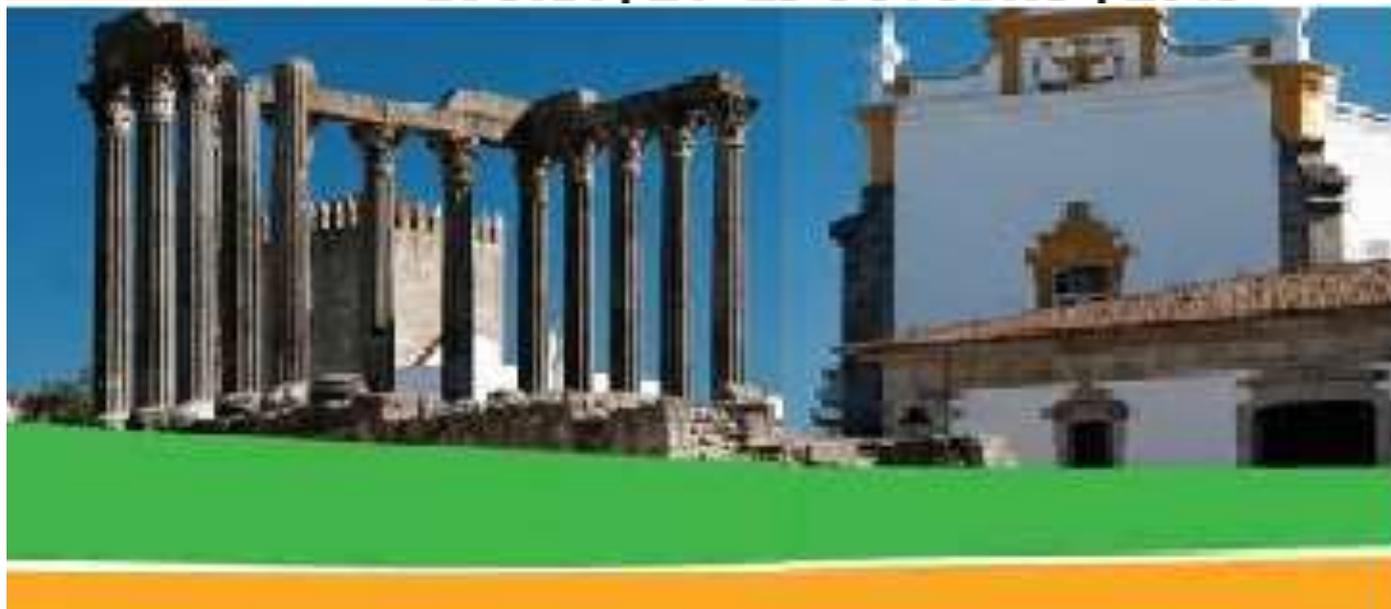
[http://
www.bad.pt/12congresso/](http://www.bad.pt/12congresso/)



12º CONGRESSO NACIONAL BAD BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

ligar . transformar . criar valor

ÉVORA | 21 - 23 OUTUBRO | 2015



Comemorações do Dia Internacional dos Arquivos

Inauguração da Exposição “Memórias das atividades culturais e desportivas em Évora (1840-1980)”

No dia 9 de junho, pelas 18h30, teve lugar no Arquivo Distrital de Évora a inauguração da exposição “Memórias das atividades culturais e desportivas em Évora (1840-1980)”, organizada por Francisca Mendes, Estêvão Neves e Cândida Vieira.

A exposição foi uma das iniciativas que marcaram a associação do Arquivo Distrital de Évora às comemorações do Dia Internacional dos Arquivos.



Dia Aberto

No decorrer destas comemorações realizaram-se, também, visitas guiadas com o objetivo de divulgar os fundos documentais e os processos de trabalho. As visitas decorreram da parte da tarde com participantes, nomeadamente, das seguintes entidades: Associação de Reformados da Horta das Figueiras, Associação de Reformados da Malagueira, Centro Comunitário das ADBES, Casa Pia de Évora e EPRAL.



Oficinas Educativas

As comemorações dirigiram-se, ainda, aos mais pequenos com a realização de uma Oficina Infantil dedicada às profissões antigas, com a apresentação de um puzzle sobre 12 profissões: moleiro, copista, lavadeira, tabelião, almocreve, mestre de postas, ceifeira, alvanéu, oleiro, abegão, sombreireiro e carcereiro.



International Archives Day

Para finalizar as comemorações foi divulgada uma **Carta de Familiar de Santo Ofício** no site <http://www.internationalarchivesday.org/wordpress/?portfolio=arquivo-distrital-de-evora>

Respeitante a Manuel Martins Silveiro, o documento faz parte do fundo documental da Câmara Eclesiástica do Arcebispado de Évora, pertencendo à secção de Habilitações “de genere” e “vita et moribus”.

O Santo Ofício, ou Inquisição, dispunha de uma rede de agentes que denunciavam e prendiam quem fosse suspeito de atentar contra a Fé Católica.



Placa de sinalização da localização do Arquivo Distrital de Évora

Atendendo às dificuldades manifestadas, ao longo de muitos anos, pelos nossos utilizadores, em localizarem o Arquivo Distrital de Évora, pusemos mãos à obra e, com autorização da Universidade de Évora, colocámos uma placa sinalizadora junto ao portão da estrada da circunvalação. Esperamos, com esta ação, facilitar o acesso às nossas instalações.



ADE participa na Feira do Livro de Évora

A Feira do Livro realizou-se, uma vez mais, durante as festas da cidade, que decorreram de 19 a 29 de junho. O arquivo distrital marcou presença pelo segundo ano consecutivo e contou com a participação dos funcionários do ADE que, para além da venda de livros, divulgaram e prestaram informações sobre o arquivo.

Este ano o stand contou também, para além da divulgação das exposições e do trabalho realizado pelo ADE, com a representação de uma Árvore Genealógica, gentilmente cedida pelos nossos leitores (Francisco e Ivete Jordão).

Esteve patente no stand uma pequena mostra documental,

composta por cópias de cartazes e panfletos de diversões e espetáculos antigos realizados na Feira de São João.

Esta iniciativa destinou-se a divulgar a exposição “Memórias das atividades culturais e desportivas em Évora, 1840-1980”.



Cantochão de S. Bento de Cástris

Em junho teve lugar o lançamento do CD “A reforma tridentina e a música no silêncio claustral: O mosteiro de S. Bento de Cástris” gravado pela Schola do Ensemble Eborensis e editado pelo Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa no âmbito do Projecto “Orfeus”, cuja investigadora responsável é a Professora Antónia Fialho Conde.

Este grupo tem vindo a recuperar a memória do Cantochão através do estudo e da recriação da música patente nos livros existentes no Arquivo Distrital de Évora e noutras entidades. O tema Alleluia, por exemplo, faz parte do manuscrito 32 (P-EVad Mús. Lit. 32), guardado no ADE.

III Residência Cisterciense

Nos passados dias 17 a 19 de setembro realizou-se no Convento de São Bento de Cástris a III Residência Cisterciense.

Esta iniciativa contou com várias atividades relacionadas com a vida monástica e conferências temáticas sobre a vida privada, quotidianos e cultura material.



Armas do Real Mosteiro de S. Bento de Cástris

Livro de Coro do Mosteiro

Liv. Mus. Ms. Nº 15 do Arquivo Distrital de Évora

Disponível em: <http://residenciacisterciense.weebly.com/>

Foral Manuelino do Vimieiro

A Câmara Municipal de Arraiolos inaugurou a exposição *500 anos do Foral Manuelino do Vimieiro 1515-2015*, no dia 20 de junho. A exposição estará patente ao público até ao dia 8 de novembro.

Esta informação está disponível em:

<http://www.cm-arraiolos.pt/pt/site-acontece/Agenda/Paginas/Exposi%C3%A7%C3%A3o.aspx>



A vida cultural Redondense nos anos 40

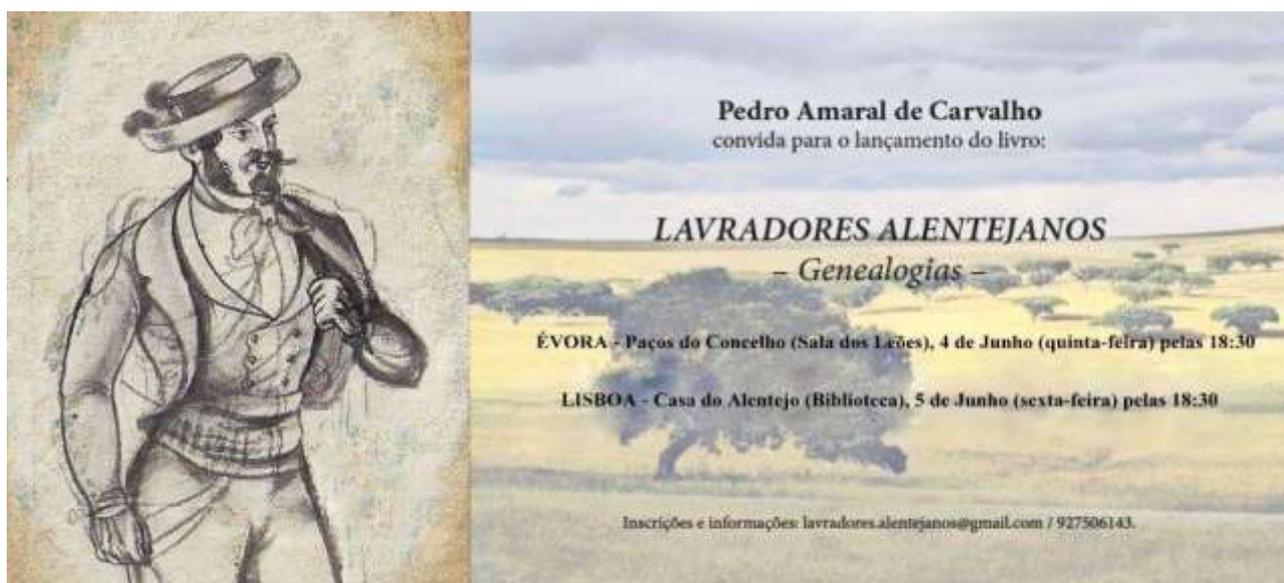
O Arquivo Municipal de Redondo apresentou, no âmbito do evento "Ruas Floridas", uma exposição de cartazes culturais dos anos 40, em quadros decorados com flores de papel, intitulada *A vida cultural Redondense nos anos 40*, que decorreu de 3 a 7 de agosto.

Esta informação está disponível em:

<https://www.facebook.com/rotadosarquivosdoalentejo>



Lavradores Alentejanos - Genealogias



Nos dias 4 e 5 de junho foi promovido o lançamento do livro de Pedro Amaral de Carvalho, considerado o investigador mais novo do Arquivo Distrital de Évora, que começou a frequentar com apenas 13 anos.

Este livro, orientado para a investigação genealógica, toca outras vertentes, como o estudo económico e patrimonial de várias famílias. Merece destaque pelo recurso abundante aos fundos deste arquivo distrital, servindo de

fonte a outros estudos que se venham a produzir futuramente, em diversas áreas.

Universidade de Évora visita ADE

No dia 22 de setembro o Arquivo Distrital de Évora recebeu a visita da Equipa Reitoral e dos diretores das Escolas da Universidade de Évora. A visita destinou-se a cimentar os laços entre as duas instituições, dando a conhecer aos visitantes o património arquivístico e os processos de trabalho do arquivo distrital.



R OTA DOS ARQUIVOS

[Índice](#)

Rota dos Arquivos do Alentejo: divulgar e qualificar arquivos

Em 2015, o Arquivo Distrital de Évora, com a colaboração de entidades públicas e privadas detentoras de arquivos históricos com relevância para a história local e regional, promoveu a criação da Rota dos Arquivos do Alentejo com dois grandes objetivos:

- a) Divulgar o património arquivístico regional;
- b) Contribuir para a qualificação dos arquivos da região.

Esta iniciativa insere-se, em primeiro lugar, no âmbito da política arquivística nacional, uma vez que, de acordo com o regime jurídico dos arquivos distritais, compete a cada um deles “divulgar o património arquivístico que detém, bem como o da respetiva área de intervenção”. Em segundo lugar, a Rota dos Arquivos está alinhada com a estratégia da Entidade do Turismo do Alentejo e Ribatejo de estruturação da oferta turística cultural em roteiros temáticos que atraiam visitantes à região.

A Rota dos Arquivos trata-se, portanto, de um mecanismo de agregação, num único ponto, de informação relativa a:

1. Entidades detentoras de arquivos, nomeadamente, da

sua história, da sua missão, das suas atribuições, dos horários de funcionamento, da morada e dos contactos;

2. Serviços de arquivo prestados (consulta de documentação, reprografia);

3. Atividades de divulgação do património arquivístico (visitas guiadas, exposições, oficinas educativas, etc.);

4. Fundos documentais detidos por cada entidade;

5. Instrumentos de descrição documental disponíveis;

6. Páginas institucionais dedicadas aos arquivos.

Para além da disponibilização de informação, a Rota dos Arquivos poderá dinamizar ações conjuntas de promoção do património, dando maior visibilidade a este setor na região. O principal intuito é captar o interesse da população residente, contribuindo deste modo para uma fruição e para um conhecimento mais efetivos da documentação à guarda dos arquivos e, eventualmente, para um aumento do consumo dos serviços de arquivo. Complementarmente deseja-se que os visitantes exteriores à região interessados em produtos culturais possam também usufruir dos conteúdos infor-

macionais proporcionados pela documentação, nomeadamente, através do cruzamento desta com o restante património cultural, uma vez que os documentos testemunham em muitos casos o surgimento e a evolução dos monumentos e das tradições das diferentes localidades.

A ideia foi lançada em 2014 pelo Arquivo Distrital de Évora, coordenador da iniciativa, tendo havido várias entidades interessadas em participar. A adesão à Rota depende do respeito, pelas entidades detentoras, dos seguintes requisitos:

- a) Disponibilização da documentação para consulta numa sala de leitura;

- b) Existência de instrumentos de descrição documental;

- c) Organização de visitas guiadas.

Para além destes elementos, as entidades poderão também realizar exposições e oficinas educativas, bem como outras atividades.

Os requisitos de adesão obedecem ao princípio base de que as entidades, para poderem integrar a Rota devem, efetivamente, deter um arquivo com documentação his-

tórica, com ferramentas de pesquisa, recursos humanos, equipamentos e instalações que possibilitem não apenas o acesso à informação em tempo útil por parte dos utilizadores mas também a divulgação do património aos visitantes. A Rota assume-se, por esta via, como um instrumento de divulgação e de qualificação dos arquivos da região. O cumprimento dos requisitos obriga as entidades a investirem nos arquivos, alocando meios. Só disponibilizando recursos humanos para a organização do arquivo, para a produção de instrumentos de descrição documental, para o funcionamento da sala de leitura e para a realização de visitas guiadas e só garantindo a existência de espaços e de equipamentos de arquivo para acondicionar os documentos em boas condições é possível garantir a qualidade dos serviços de arquivo prestados e a preservação dos documentos a longo prazo.

Desde o início da iniciativa assinala-se o esforço empreendido por entidades que já aderiram à Rota dos Arquivos na alocação de pessoal em permanência às funções de arquivo e de disponibilização de informação relativa aos arquivos nas suas páginas institucionais. A Rota contribui, assim, para a valorização dos arquivos pelas próprias organizações e para uma presença mais visível e, em certo sentido, mais corporativa dos arquivos no contexto social.

A adesão à Rota materializa-se através de um pedido por escrito no qual a entidade candidata declara cumprir os requisitos de entrada e fornece as informações a colocar na página Web:

- Nome da entidade;
- História e missão;
- Imagem (de documento ou outra);
- Fundos documentais e documentos de relevo;
- Instrumentos de descrição documental existentes;
- Serviços prestados na área dos arquivos;
- Morada;
- Contactos (telefone, email, página web);
- Horários;
- Itinerário(s) temático(s) a que quer pertencer.

Após a validação do pedido pelo Arquivo Distrital é solicitado um email à entidade ao qual serão conferidas permissões para efetuar publicações na página de facebook da Rota de modo a que esta possa, regularmente, divulgar o seu património, os seus serviços e as suas atividades naquela rede social. Solicitam-se, também, os endereços dos instrumentos de descrição alojados nas páginas institucionais de modo a permitir o redirecionamento automático dos utilizadores, que assim poderão pesquisar a informação que pretendem.

A pertença à Rota não implica quaisquer perdas de autonomia para as entidades, que continuam a definir a forma de acesso aos documentos e

o funcionamento dos seus serviços.

Para além das atividades dinamizadas conjuntamente pelos membros da Rota, a promoção dos arquivos e do património arquivístico é realizada por intermédio de dois meios de comunicação eletrónica:

1. Página web;
2. Página de facebook.

A página web (<http://rotaarquivosalentejo.wix.com/rotaarquivosalentejo#!>) foi alojada num site gratuito, estando estruturada nas seguintes subpáginas:

- Início – nesta subpágina é possível visualizar imagens de documentos que vão surgindo rotativamente, bem como aceder à lista dos arquivos aderentes, à página do facebook e à subpágina dos objetivos da Rota;
- Objetivos – nesta subpágina apresenta-se e caracteriza-se o projeto da Rota dos Arquivos, referindo-se os objetivos da iniciativa e os requisitos de adesão;
- Arquivos aderentes – nesta subpágina é possível encontrar o diretório dos arquivos aderentes com as informações que lhes são solicitadas aquando da adesão;
- Visitar – nesta subpági-

na organizou-se a oferta dos arquivos aderentes por temas de modo a orientar os visita com interesse em conhecer documentação de áreas específicas (arquivos da assistência social, arquivos de família, genealogia, etc.);

- Contactos – nesta subpágina disponibilizam-se os contactos do Arquivo Distrital de Évora, entidade coordenadora da Rota.

Enquanto a página web assume um papel mais passivo, a página de facebook da Rota (<https://www.facebook.com/rotadosarquivosdoalentejo>) destina-se a manter uma relação mais interativa entre os arquivos membros e a comunidade. Cada entidade aderente tem a possibilidade de publicar informações no facebook. A divulgação de notícias, de atividades e de documentos, de forma regular, pode prender o interesse do público nas redes sociais e levá-lo a seguir as iniciativas dos arquivos ou mesmo a procurar mais informação nas páginas das entidades detentoras. Logo, a página de facebook pode vir a gerar algum dinamismo e a alcançar públicos mais vastos do que aqueles que, atualmente, seguem as atividades dos arquivos.

A Rota dos Arquivos surgiu da necessidade de conferir mai-

or visibilidade aos arquivos no distrito de Évora, promovendo, deste modo, o conhecimento do património arquivístico. O Arquivo Distrital de Évora, enquanto entidade coordenadora da iniciativa, definiu requisitos básicos para a entrada de outras entidades na Rota. Gerou, também, as condições indispensáveis ao desenvolvimento do projeto, nomeadamente, através da criação de uma página web e de uma página no facebook onde é possível obter informações sobre as entidades aderentes e onde estas podem divulgar as suas atividades e o seu património arquivístico. Trata-se de um projeto sem grande complexidade no que respeita a procedimentos burocráticos mas cujos impactos podem ser po-

sitivos, não só apenas ao nível da difusão do património arquivístico junto de camadas mais vastas da população mas também ao nível da qualificação dos arquivos, com melhorias expectáveis na preservação e no acesso à documentação a médio e longo prazo.

Jorge Janeiro
Diretor do Arquivo
Distrital de Évora



E XPOSIÇÕES

Memórias das atividades culturais e desportivas em Évora, 1840-1980

No dia 9 de junho teve lugar neste Arquivo Distrital a inauguração da exposição “Memórias das atividades culturais e desportivas em Évora, 1840-1980”. Foi organizada por Francisca Mendes, Cândida Vieira e Estêvão Neves e estará patente ao público até ao dia 15 de outubro de 2015.

Com esta exposição pretende-se dar a conhecer parte do espólio documental do Governo Civil de Évora, incorporado neste arquivo distrital,

composto por centenas de cartazes e panfletos referentes a atividades culturais e desportivas realizadas na cidade de Évora durante 140 anos (1840 a 1980).

Está organizada por diversos temas: teatro, cinema, variedades, touradas e atividades desportivas. Apesar de a documentação exposta ser apenas uma pequena amostra do que existe neste fundo documental é representativa das atividades, dos agentes e dos locais onde estas se realiza-

vam, demonstrando as vivências sociais através dos principais acontecimentos de lazer e de sociabilidade vividos naquelas épocas. Estes eventos culturais e desportivos ocorreram nos espaços mais emblemáticos da cidade (alguns deles já desaparecidos), propondo-se, com esta exposição, recuperar a sua memória e proceder à sua localização na cidade de Évora.



A inauguração contou com mais de três dezenas de participantes e teve grande destaque nos órgãos de comunicação social regional, com uma entrevista ao Director pelo jornal "Diário do Sul".

Aguçou-se também o interesse de membros de associações que organizaram eventos destacados pela exposição, tendo estes vindo ao arquivo distrital para obter cópias dos cartazes.

O catálogo ficará disponível no seguinte [link](#).

10 Regional
SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2015

diário do SUL

Exposição até 15 de Outubro

Memórias das actividades culturais e desportivas de Évora patentadas no arquivo distrital

■ Marina Pardo

No Dia Internacional dos Arquivos, assinalado a 9 de Junho, o Arquivo Distrital de Évora inaugurou uma exposição sobre as "Memórias das actividades culturais e desportivas em Évora (1840-1980)". Esta mostra apresenta parte do espólio do Governo Civil do Distrito de Évora que está incorporado neste arquivo distrital desde 2011.

Organizada por Francisca Mendes, Estêvão Neves e Cláudia Vieira, a exposição é composta, essencialmente, por cartazes e painéis que retratam diversas manifestações culturais ocorridas em Évora durante cerca de 140 anos.

De acordo com o director do Arquivo Distrital de Évora, Jorge Janeiro, "nos últimos anos, no Dia Internacional dos Arquivos praticamente todos os arquivos, que têm dimensão e recursos para isso, têm começado a preparar mostras documentais, exposições e visitas guiadas", realçando que "no nosso caso, este ano preparamos inclusive oficina infantil e um dia aberto com o objectivo de mostrar este espaço à comunidade".

Acrecentou ainda que "para



O director do Arquivo Distrital de Évora, Jorge Janeiro, durante a inauguração da exposição.

finalizar o dia foi inaugurada uma exposição que se destina a dar a conhecer as actividades culturais e desportivas desde 1840 até à década de 80 do século XX", explicando que "foi feita com a documentação que recebemos do Governo Civil de Évora, em 2011, quando este foi extinto".

Jorge Janeiro frisou também que "temos aqui um conjunto de memórias que preenchem muito a nossa vida", sustentando que "temos uma vida regular com as nossas actividades diárias, mas depois a cultura e o desporto são escapes, as festas são o esperar das emoções das pessoas e são a criação de um universo paralelo que preenche uma parte importante da nossa vida".

Para chegar mais facilmente ao público, a exposição encontra-se organizada por um conjunto de temas, adiantando o director do arquivo que "no início temos um mapa com os locais onde aconteciam os eventos".

Revelou ainda que "a exposição é composta por documentos originais (dentro das viúvas) e por cópias (fora das viúvas)", garantindo que estas são "extremamente fiéis aos originais e reportam para o universo que se está a tratar".

Jorge Janeiro começou por referir o teatro, destacando que "sabemos que Évora tem tradição teatral já de Gil Vicente, mas temos bastante documentação desde o século XIX até aos dias de hoje que se refere a personalidades que vinham a Évora actuar, mas também a muitos teatros amadores que aqui desenvolviam as suas actividades".

Fosseguiu ainda que "no nível do cinema temos muitos cartazes dos filmes que eram apresentados na cidade".

Já no tema das sociedades e cafés "temos convites, por exemplo, para haúdes temáticas, como o haúde do baralhão ou do botoleto", afirmando que "era nas sociedades que acontecia muita da vida cultural da cidade de Évora".

Na parte das touradas, subli-

nhou "os cartazes referentes à antiga praça de touros das Mercês, situada na Rua do Raimundo, onde hoje se encontra um hotel".

Outro dos temas é o da Feira de São João, "onde tradicionalmente ocorriam muitas actividades culturais", disse Jorge Janeiro.

Evidenciou também a componente das "festas populares, nomeadamente um espectáculo de António Variações, no Bairro do Frei Aleixo, em 1983, sendo que muitas pessoas já nos disseram que assistiram a esse evento".

De acordo com o director do Arquivo Distrital de Évora, "na área do desporto temos documentação de vários clubes, quer de futebol, quer de outras modalidades", salientando que "no desporto temos documentação que se refere às próprias actividades desportivas, mas também a actividades culturais que as entidades desportivas promoviam".

A exposição fica patente até 15 de Outubro e tem entrada livre, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 horas e das 14 às 18 horas.

D OCUMENTO DO MÊS

Hernâni António Cidade

No mês de janeiro o Arquivo Distrital de Évora apresentou vários documentos referentes a Hernâni António Cidade.

Prestigiado professor, ensaísta, historiador e crítico literário português, nasceu em terras alentejanas, mais precisamente na vila de Redondo, a 7 de Fevereiro de 1887, filho de António Bernardino Cidade, abegão de profissão, e de Geneveva da Purificação Madeira, moradores no Outeiro de São Pedro. Depois de uma vida dedicada à cultura veio a falecer em Évora a 2 de Janeiro de 1975.

O Arquivo Distrital de Évora não quis deixar passar em branco a data do seu falecimento, bem como a data do nascimento, agraciando o nome de Hernâni António Cidade. Divulgamos os seus registos de batismo e também a sua passagem pelo Seminário Diocesano de Évora, no qual frequentou o Curso de Teologia e mostrou intenção de prosseguir a vida religiosa.

O documento que se apresenta refere-se ao batizado de Hernâni Cidade onde foi registado com o nome “Ernando” a 20 de Fevereiro de 1887, registo nº 23, na Igreja de Nossa Senhora da Anunciação, Matriz de Redondo, pelo Pároco Alexandre Manuel Pita.

Este registo foi retificado e

lavrado no livro de registos de batismo do ano de 1900, depois do consentimento do Arcebispo de Évora. A retificação do registo de batismo foi lavrada a 5 de Julho de 1900, registo nº 66, na dita Igreja de Redondo. Foi então registado com o nome de “Ernani”.

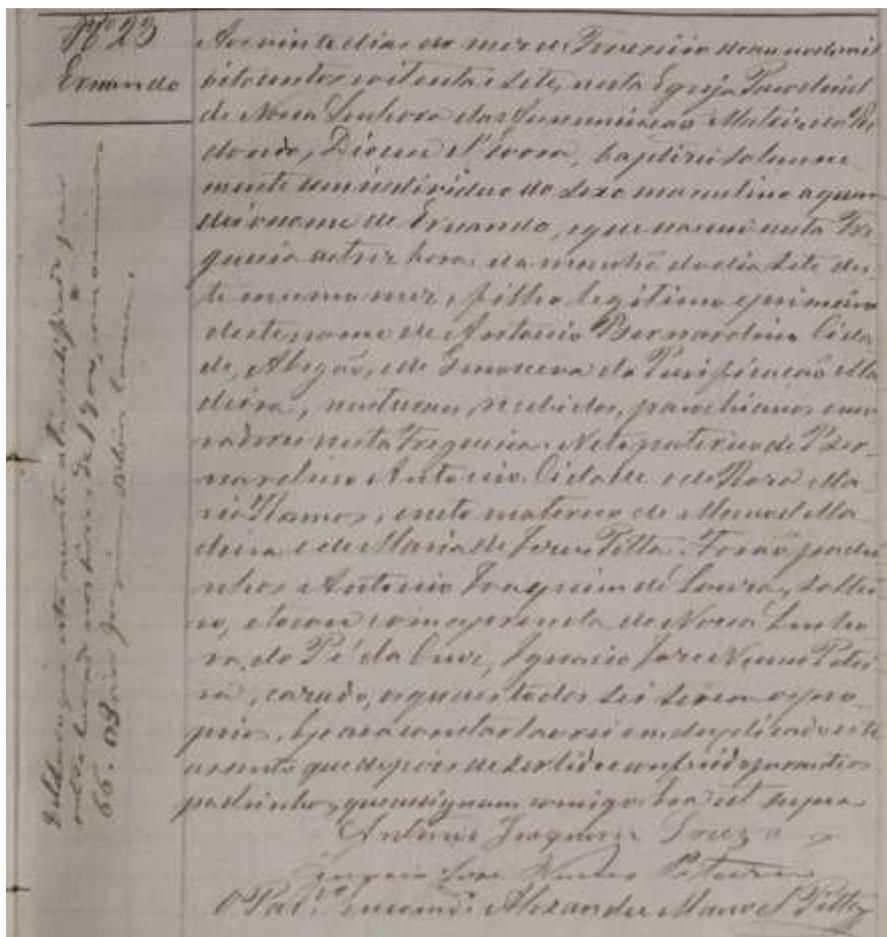
Ainda neste registo consta averbado o casamento, realizado a 1 de Julho de 1920, na cidade do Porto, com Aida Feio de Oliveira Tâmega, natural da freguesia de Bonfim, da cidade do Porto, filha de

Manuel José de Oliveira Tâmega e de Carolina Gomes de Oliveira Tâmega.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/01/05/documento-do-mes-de-janeiro/>

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Paróquia de Redondo, liv. 110, registo de batismo nº 23, f. 9.

Os efeitos da Tachada

O Arquivo Distrital de Évora possui no seu acervo inúmeros documentos que são do desconhecimento do público. Mensalmente propomo-nos destacar um deles. Para o mês de fevereiro escolhemos um documento do Fundo da extinta Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, alusivo ao Carnaval.

Trata-se de uma peça de teatro enviada por carta, a 1 de Fevereiro de 1904, por Antó-

nio Augusto, morador em Lisboa, e destinada ao seu amigo Francisco dos Santos, funcionário da biblioteca. A peça foi pedida pelo destinatário, mas o mesmo teria de a devolver, de acordo com o seguinte excerto da carta: *“peço-te que me mandem isto para baixo que é para mandar ao Sebastião”*.

A peça chamada “Os efeitos da Tachada”, da autoria de E. R. Janim, data de 20 de De-

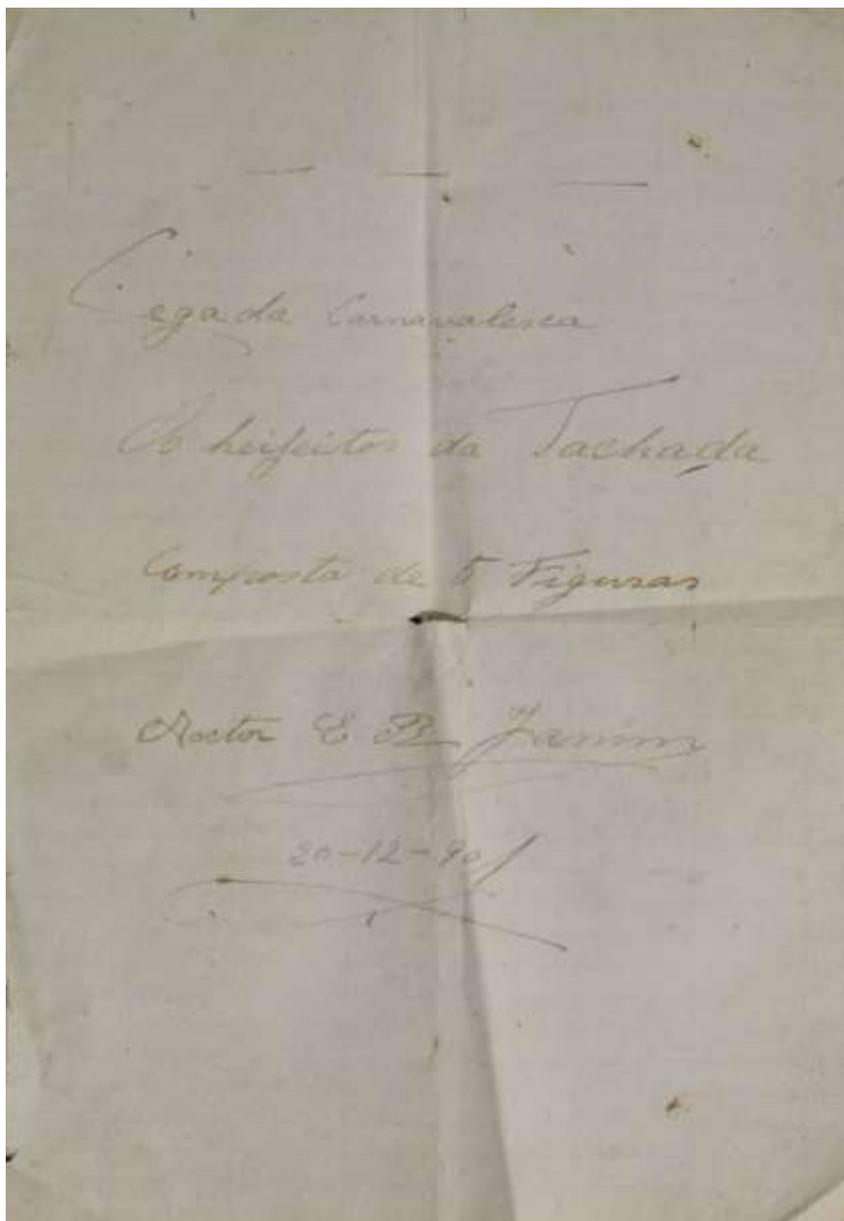
zembro de 1901. O enredo passa-se numa taberna, sendo as personagens: dois bêbados (e daí o nome tachada, ou seja, bebedeira), a taberneira, a mulher de um dos bêbados e um polícia. Na taberna, depois de muita bebida, começam os desacatos e é chamada a autoridade para, *“em nome da Lei”*, prender os desordeiros.

A peça de teatro encontra-se num maço de documentos com assuntos vários, datados de 1820 a 1904: Contém cartas de particulares, algumas com conteúdos relacionados com a história da cidade, notas sobre assuntos da própria biblioteca, anotações e transcrições manuscritas (possivelmente retiradas de obras impressas ou manuscritas de que a biblioteca era detentora), alguns poemas e uma peça de teatro.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/02/13/documento-do-mes-de-fevereiro/>

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Fundo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Secção: M (documentação factícia), Cx. 255.

Livro do Convento de São João Evangelista de Évora

O documento que destacámos no mês de março, para divulgar o potencial da documentação do nosso acervo, foi um livro pertencente ao Convento de São João Evangelista de Évora (Lóios). O Arquivo Distrital de Évora possui quatro livros de títulos de propriedades pertencentes ao convento, documentos, muitos deles em pergaminho, que datam de 1424 a 1786, aproximadamente.

O livro escolhido é uma compilação de documentos pertencentes a Manuel Ramalho Brandão, datados de 1571 a 1689.

Segundo o pergaminho que se encontra no livro, o testamento de Manuel Ramalho Brandão, feito em 1688, constava no cartório do convento, ao qual, por disposição testamentária aquele deixou, depois do falecimento dos seus herdeiros, algumas propriedades e encargos. No pergaminho consta ainda uma anotação posterior que refere que o convento já se encontrava na posse dos bens.

No início consta o índice dos documentos, bem como uma nota sobre Manuel Ramalho Brandão e sobre a distribuição da herança pelos herdeiros. No índice, feito pelos religiosos, o testamento seria o documento que iniciaria o livro, mas a paginação começa no f. 26,

faltando o referido testamento.

O livro é constituído por diversos documentos, como folhas de partilhas, doações, certidões de inventários, escrituras de compra e aforamentos de propriedades, entre outros, pertencentes a Manuel Ramalho Brandão e aos seus ascendentes.

Para contextualizar a documentação e através da mesma foi possível fazer uma pequena biografia de Manuel Ramalho Brandão.

Filho e neto de médicos, foi também ele estudante de medicina. Nasceu em Évora, batizado na freguesia da Sé, a 7 de Junho de 1645, filho de Gonçalo da Costa (ou Gonçalo



Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Conventos, Évora, Convento de São João Evangelista, Cx. 19, doc. 2

da Costa Rabouça), médico, e de Luísa Lopes (ou Luísa Lopes Franca), era irmão de Pedro Lopes Maciel e António da Costa. Manuel Ramalho Brandão e Pedro Lopes Maciel foram presos pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Évora, no ano de 1670, acusados de judaísmo, sendo que os processos se encontram na Torre do Tombo.

Neto pela parte materna de Pedro Lopes, médico em Évora, e de Catarina Jorge, também pais da madre soror Antónia da Conceição e da madre soror Maria de São Gabriel, religiosas no Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Beja, de Leonardo Lopes, Manuel Lopes e António Lopes, que se au-

sentaram para a Índia. O avô materno casou em segundas núpcias com Maria Ramalho de quem não teve descendência.

Através da descrição das escrituras depreende-se que as propriedades de Manuel Ramalho Brandão, sitas na sua maioria na freguesia de São Mamede, sucederam do património da família da segunda esposa do avô materno, nomeadamente de um Manuel Fernandes Ramalho.

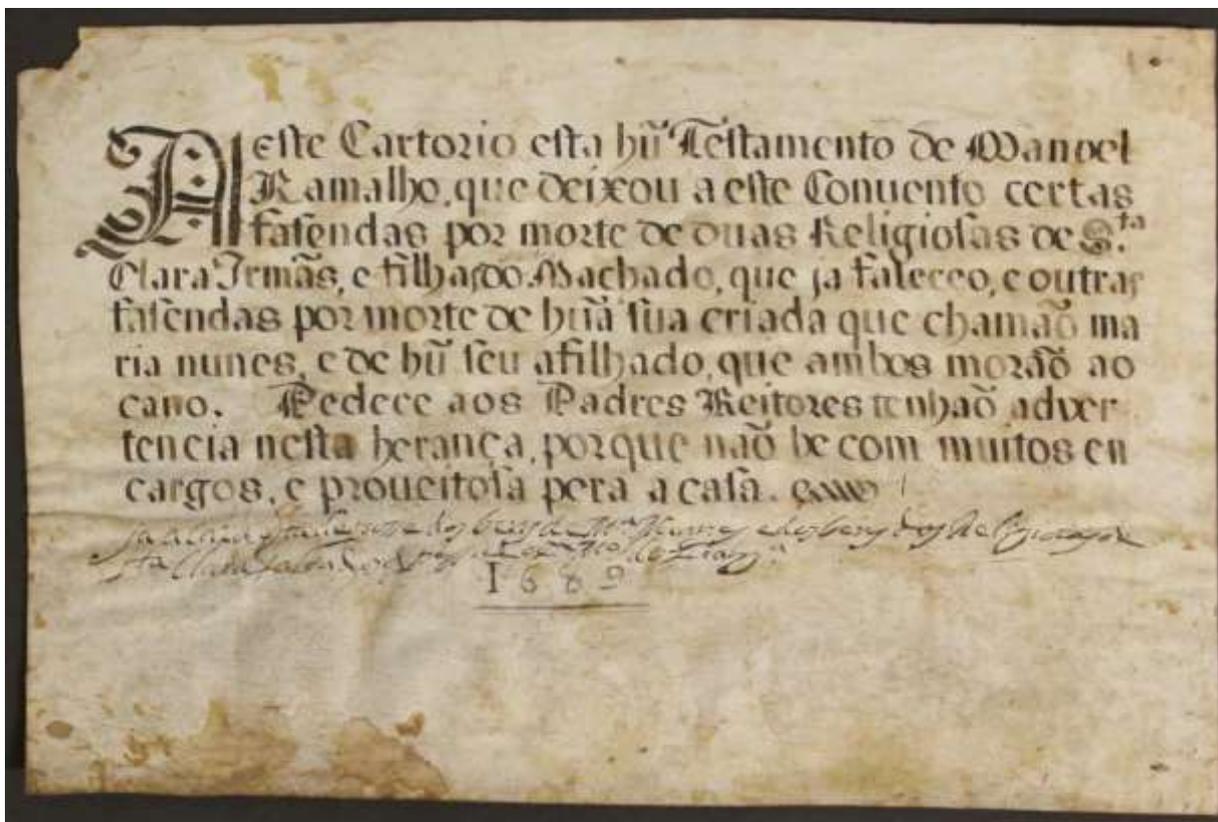
No final do livro consta uma doação e procuração de Manuel Ramalho Brandão, na qual legou sete quarteiros de trigo para a ajuda do retábulo de Nossa Senhora da Conso-

lação do Convento de São João Evangelista, e constituiu seu procurador o padre mestre Francisco de São Jerónimo, reitor do convento, para em seu nome proceder à cobrança do valor referido junto de Bento Pimentel Salgado, morador na Aldeia de Cuba, por o mesmo lhe ser devedor.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/03/12/documento-do-mes-de-marco/>

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Conventos, Évora, Convento de São João Evangelista, Cx. 19, doc. 2

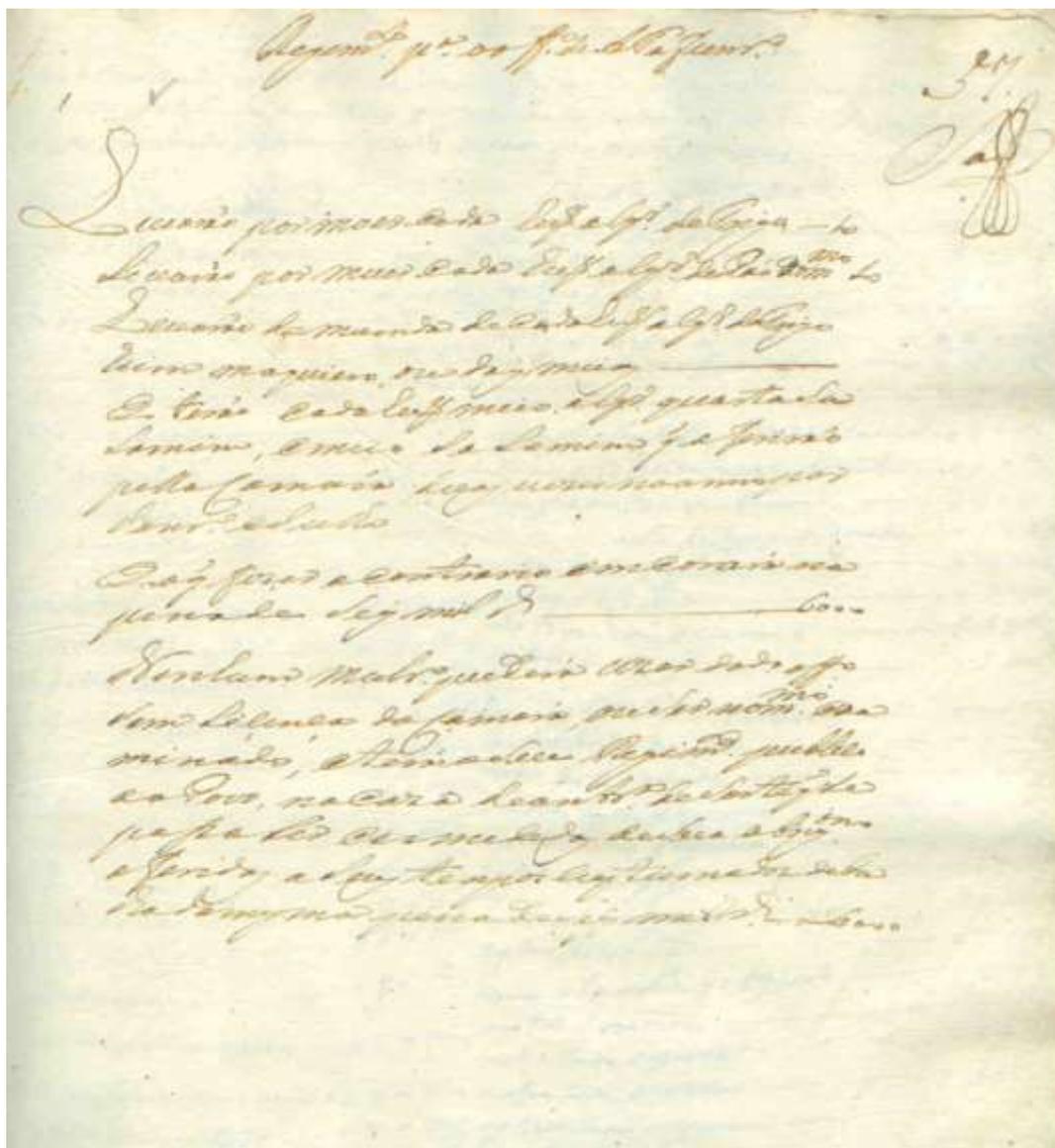
Regimento para o ofício de Atafoneiro

Comemorou-se no passado dia 7 de abril o Dia Nacional dos Moinhos e o Arquivo Distrital de Évora associou-se a estas comemorações publicando, como documento do mês, o *Regimento para o ofício de atafoneiro* que consta no *Livro de Regimentos dos Ofícios e doutros documentos para a História Económica e Administrativa de Évora*, de 1778.

O ofício de atafoneiro, moleiro que trabalhava nos moinhos acionados por força animal, designados por atafonas, que funcionavam quase sempre nos meses de verão, em substituição dos moinhos acionados por água, que muitas vezes escasseava nesta altura do ano, exigia dominar as técnicas de moagem, pois era necessário que regularmente

se fizesse a manutenção dos engenhos de moagem (desmontar, picar e montar as mós), ou não fosse o moleiro um engenheiro da sua profissão, um verdadeiro autodidata.

A aprendizagem desta profissão fazia-se no moinho, junto do mestre moleiro que ensinava os seus aprendizes, muitos deles membros da família,



Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Liv. 327, f. 57.

que davam continuação à profissão e, desta forma, os moinhos iam passando de geração em geração. Os aprendizes não tinham direito a ordenado, mas eram compensados com a *mastiga*, ou seja, a alimentação.

Uma das primeiras regulamentações deste ofício foi o *Título dos Moleiros*, do século XIV e, só mais tarde, no século XVI, foram regulamentadas algumas regras sobre o peso do trigo e da farinha, sobre a qualidade do cereal e sobre regras básicas de higiene.

A partir deste Regimento de 1778, que estipulava o preço que cada moleiro haveria de cobrar por moer cada alqueire de trigo, sob pena de 6 mil reis, também foi obrigatório que os moleiros fizessem prova das suas competências para exercer o ofício: “nenhum moleiro poderá usar do dito ofício sem licenças da Câmara, ou ser no mesmo examinado e terá o seu regimento publico ao povo, na casa de entrada de sorte que se possa ler com as medidas de sua obrigação aferidas a seus tempos costumados de baixo da mesma pena de 6 mil reis”.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/04/07/documento-do-mes-de-abril/>

Francisca Mendes
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora



Moinho da Rocha, ribeira da Pardiela, afluente do rio Degebe.

Breve do Papa Clemente XII de “Comutação de voto de castidade e dispensa para contrair o Santo Matrimónio a favor de D. Bárbara Afonso”

O documento seleccionado para o mês de maio, foi um processo pertencente ao Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, onde consta um breve do Papa Clemente XII, a favor de D. Bárbara Afonso, respeitante a uma Comutação de voto de castidade e dispensa para contrair o Santo Matrimónio que a mesma requereu e que foi apresentado ao Vigário Geral do Arcebispado de Évora, Doutor António Álvares Sousa, Cónego Prebendado da Catedral de Évora.

O breve concede uma dispensa a favor de D. Bárbara Afonso, com 30 anos, filha de Manuel Afonso e de Isabel Ferro, natural e moradora na freguesia de Nossa Senhora das Relíquias, termo da Vila de Odemira, Comarca de Beja.

D. Bárbara justifica a razão de ter obtido o breve, porque pela sua “(...) devoção e *pio zello* fez voto simplex de castidade (...) e como consta dos artigos justificativos enviados ao Vigário Geral, (...) *que ela impetrante pella fragilidade da carne e estímulos que padece não confiou de si pudesse toda a sua vida continuar na conservação do dito voto de castidade e deseja tomar o estado de casada para o que impetrou o dito breve para se lhe comutar o dito voto e ser dispensada para contrahir o Sacramento do matrimonio com aquella varao que lhe parecer como também declarou por seu depoimento*” (p.4).

Do referido processo constam: a petição de D. Bárbara

Afonso, o Breve do Papa Clemente XII, em Latim; o termo de aceitação do referido breve pelo Vigário Geral do Arcebispado de Évora, Doutor António Álvares Sousa e o escrivão de seu cargo, Padre Manuel Baptista de Carvalho; os artigos justificativos das razões pelas quais pede a comutação e a dispensa para contrair o matrimónio; a comissão do Vigário Geral do Arcebispado de Évora para o Reverendo Vigário da Vara e Juiz dos Resíduos, Roberto José de Faria, Prior da Igreja Matriz do Salvador da vila de Odemira para realizar as diligências nela contida; Assentada onde constam os sumários das testemunhas, Veríssimo Fragoso de Oliveira, natural de Odemira e de 67 anos, Manuel dos Santos, lavrador e natural da freguesia de Nossa Senhora das Relíquias com 58 anos, Luís da Silva, lavrador, natural da freguesia de Nossa Senhora das Relíquias de 53 anos e Ana da Palma, mulher de João Francisco, natural e moradora na mesma freguesia de Nossa Senhora das Relíquias de 50 anos e ainda a inquirição dada por D. Bárbara Afonso.

Depois da realização dos mandados do Reverendo Vigário Geral do Arcebispado de Évora, Doutor António Álvares Sousa, Cónego Prebendado da Sé Catedral de Évora, foi D. Bárbara Afonso dispen-



Breve do Papa Clemente XII de 16 de abril de 1739
PT-ADEV-RE-FE-DIO-CEEVR-P

sada do voto de castidade, nos seguintes termos:

“E junto assim tudo e autuado como dito he de mandado do Reverendo Senhor Doutor vigário geral lhe fis estes autos concluzos e Eu o Padre Manoel Baptista de Carvalho Notário Apostólico de Sua Santidade que os escrevi.”

“Christi nomine invocate”

“Vistos este autos Brave Apostólico de Sua Santidade o Papa Clemente XII por Divina Providencia hora na Freguesia de Deus Prezidente concedida a favor de D. Barbara Affonso natural deste Arcebispado e nelle moradora na freguesia de Nossa Senhora das Reliquias termo da villa de Odemira Comarca da cidade de beja a mim cometido e apresentado como vigário geral que sou deste Arcebispado que aceitey para efeito de por virtude delle justificados Suas premissas lhe Comutar o voto Simplex de Castidade que fez despendendo com ella juntamente para que possa licitamente contrahir o Santo Sacramento do matrimonio justificação das premissas e o mais que dos autos consta porque se mostra ser a dita Impetrante a mesma contheuda e declarada no dito Breve natural deste Arcebispado e que he solteira e que fez voto de castidade E que pella fragilidade humana e estímulos da Carne de que Se acha combatida desconfia de poder perseverar toda a Sua vida na Conser-

vação do dito voto pello que dezeja tomar o estado de Cazada O que tendo visto o mais dos autos julgo os artigos tirados das premissas do dito Breve por provados e haver a Impetrante feito verdadeira narração em sua Suplica a Sua Santidade e Conformandome com o Theor do dito Breve *authoritate Apostólica* minha Comissão de que nesta parte uso Comuto a dita Impetrante D. Barbara Affonso o voto Simplex da Castidade de que fez em huma pura e verdadeira Confissão que fará cada mês de seus pecados e em hum dia de jejum cada Semana que não Seja Sexta feira nem Sabbado mas Sim dia em que ouvera de Comer carne Se lhe não fora imposta esta obrigação, ou em huma disciplina qual destas duas obras ella eleger e ainda que em huma Semana fassa huma destas obras de penitencia nem por isso deixará de poder eleger na outra Semana a outra obra qual entender he mais conveniente a Seu espirito e outro Sim rezerá huma hora a Nossa Senhora cada dia as quais obras cumprirá todos os dias de Sua vida. Outro Sim a adem *authoritate despenso* Com a dita Impetrante D. Barbara Affonso *para que Sem embargo dos ditos votos possa licita e validamente Contrahir o Santo Sacramento do matromonio hum aso ves Com declaração que sucedendo enviivar ficará vivendo constantemente no mesmo estado e Com obrogação de guardar o dito voto como antes desta Comu-*

tação e dispensação estava alem de que pecando contra a virtude da Santa Castidade o que Deus não permita entenda pella contra o dito voto juntamente E pondo se no dito do estado de viuves então Cessarão as obras em que lhe comuto o dito voto por ficar outra vez Com elleligada e Contrahindo matrimonio Com aquelle varão que lhe parecer nos termos desta dispensação poderá licitamente dar e pedir o debito Conjugal não obstante quaisquer Leys ordenacoens e Constituicoens Apostolicas ou Sinodaez em contrario e pague as custas dos autos. Evora 25 de setembro de 1739.

Doutor António Álvares Sousa”

A impetrante pagou as custas no valor de dois mil seiscientos e oitenta e dois reis.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/05/11/documento-do-mes-de-maio/>

Paulina Araújo
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora

Confeção do Tapete de Arraiolos na Casa Pia de Évora

Na sequência do evento “O tapete está na rua”, realizado em junho e promovido pelo Município de Arraiolos, o Arquivo Distrital de Évora associou-se a esta iniciativa publicando um documento do Fundo da Casa Pia de Évora, de 1923, contribuindo desta forma para o alargamento do conhecimento desta arte.

Este documento é um ofício, do Instituto Feminino de Educação e Trabalho de Odivelas,

onde funcionava uma fábrica de tapetes de Arraiolos, enviado ao Provedor da Casa Pia de Évora, a solicitar o fornecimento de “15 kg de lã branca (não precisa de ser branqueada) do número da amostra”.

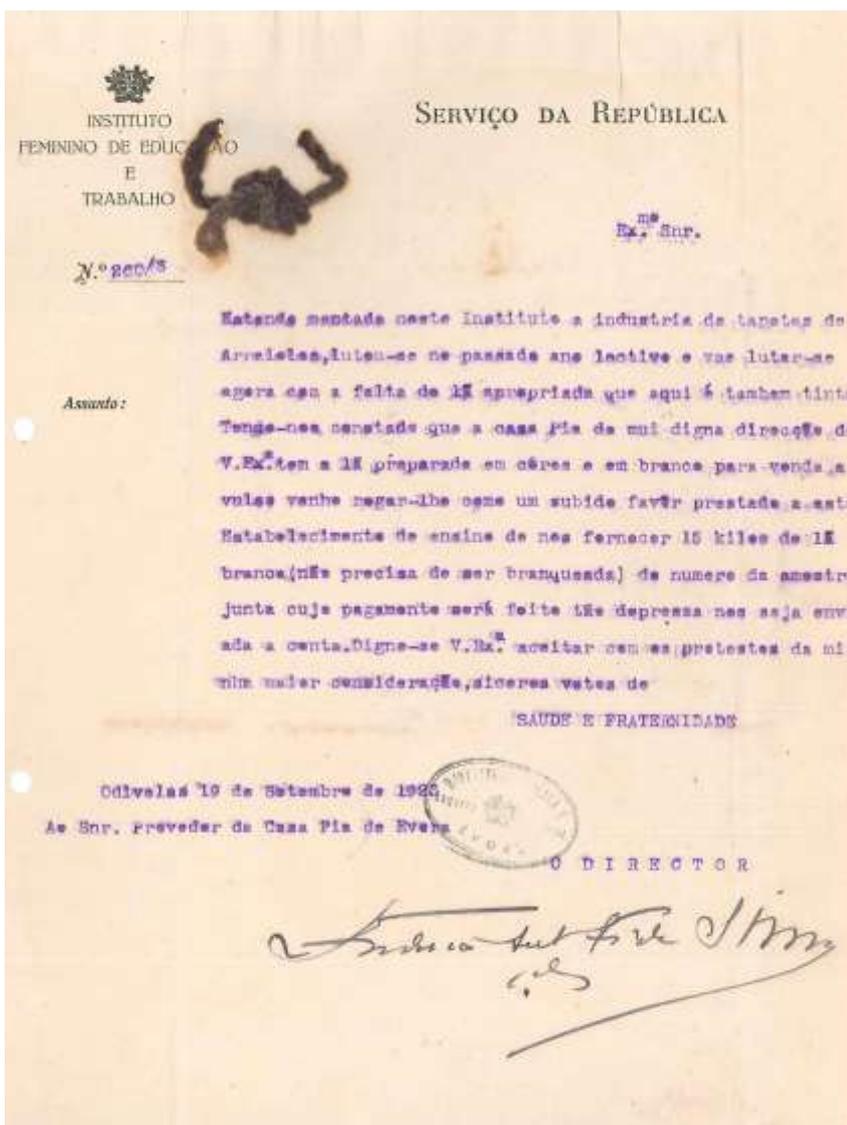
Este ofício, à semelhança de outros documentos que existem neste Fundo documental, comprova bem a atividade de confeção dos tapetes de Arraiolos na Casa Pia, tanto no bordado como na preparação das respetivas lãs, em branco

e em cores, para consumo próprio e para venda. Estes tapetes eram bordados pelas alunas nas Oficinas femininas desde o princípio do século XX, pois existem testemunhos de que estas alunas ofereceram um tapete de Arraiolos à Rainha D. Maria Amélia, em 1904.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/06/15/documento-do-mes-de-junho-2/>

Francisca Mendes
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora



Fundo da Casa Pia de Évora
SC F-F/1 - Cx. 16, Pt. 4

Aqueduto da Água da Prata em Évora

No mês de julho o Arquivo Distrital de Évora divulga vários documentos, datados de 1827, relativos ao Aqueduto da Prata da Cidade de Évora.

O Aqueduto da Prata em Évora foi inaugurado a 28 de Março de 1537, estando presumivelmente sobreposto a um antigo aqueduto romano.

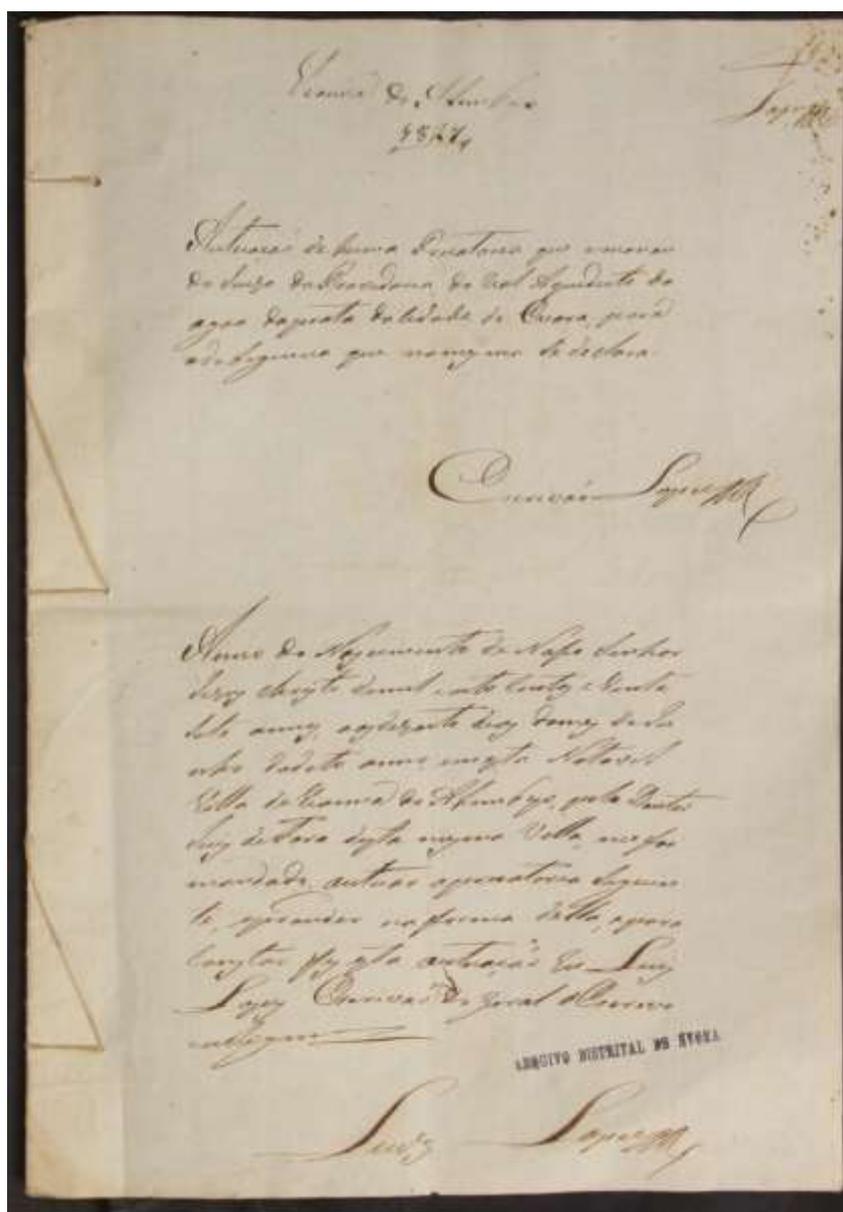
Construído em apenas seis anos, teve como responsável o arquiteto régio Francisco de Arruda, contratado pelo Rei D. João III em 1534.

A construção estende-se por cerca de 18 km, permitindo levar a água desde a Herdade da Prata, situada na freguesia da Graça do Divor, concelho de Évora, até a cidade de Évora. Ao longo da sua extensão existem troços de visível impacto artístico como, por exemplo, o segmento que passa junto à igreja de São Francisco. Aí permaneceu até 1873 o Fecho Real do Aqueduto, um pórtico renascentista composto por um torreão de planta octogonal, decorado por meias colunas toscanas e nichos ornados de vieiras, nos arcos de meio ponto, tendo um corpo superior com lanternim de aberturas do mesmo estilo, envolvido, na base, por umas piriformes.

Também na Praça do Geraldo, onde o aqueduto terminava, esteve uma fonte adornada por leões de mármore e

associada a um arco de triunfo romano, ambos depois abandonados aquando da remodelação henriquina da principal praça da cidade e cuja fonte primitiva foi substituída pela atual fonte da Praça do Geraldo.

Na Rua Nova de Santiago, exatamente no local onde a cerca velha foi cortada, Francisco de Arruda construiu uma Caixa de Água renascentista, de planta quadrangular e atualmente com dois lados visíveis, com doze colunas toscanas e largo entablamen-



Autuação de uma Precatória que emanou do Juízo da Provedoria do Real Aqueduto da Água da Prata da cidade de Évora, para a diligência que na mesma declara.

to, obra que caracteriza o maior empenhamento artístico.

Ao longo dos séculos o Aque-
duto da Prata sofreu algumas
alterações entre acrescentos
e demolições. De maior rele-
vo foram os vários chafarizes
e fontes que se implantaram
ao longo do percurso citadino
para além da terminação sim-
bólica, na Praça do Geraldo,
junto ao antigo arco romano.
É de realçar, ainda, a Fonte
do Chão das Covas, obra da-
tada de 1701. Do período de
renovação urbanística patro-
cinada pelo cardeal D. Henri-
que, permanece também o
Chafariz das Portas de Moura.

Ainda do século XVI, outros
dois chafarizes foram cons-
truídos. Um no Largo da Porta
Nova, com nítidas semelhan-
ças com os desenhos de Afon-
so Álvares (arquiteto que
construiu as fontes da Praça
do Geraldo e das Portas de
Moura), e outro no antigo
Rossio de São Brás, uma cam-
panha que data já da época
filipina e que se estendeu até
à edificação de uma vasta
avenida.

Parcialmente restaurado no
século XVII, por causa da
Guerra da Restauração, o
aqueduto foi objeto de cons-
tantes beneficiações durante
os séculos XIX e XX, não se
alterando, todavia, o seu pro-
jeto.

Como se poderá verificar, o
Aqueduto de Évora possui, ao
longo do seu percurso, inú-

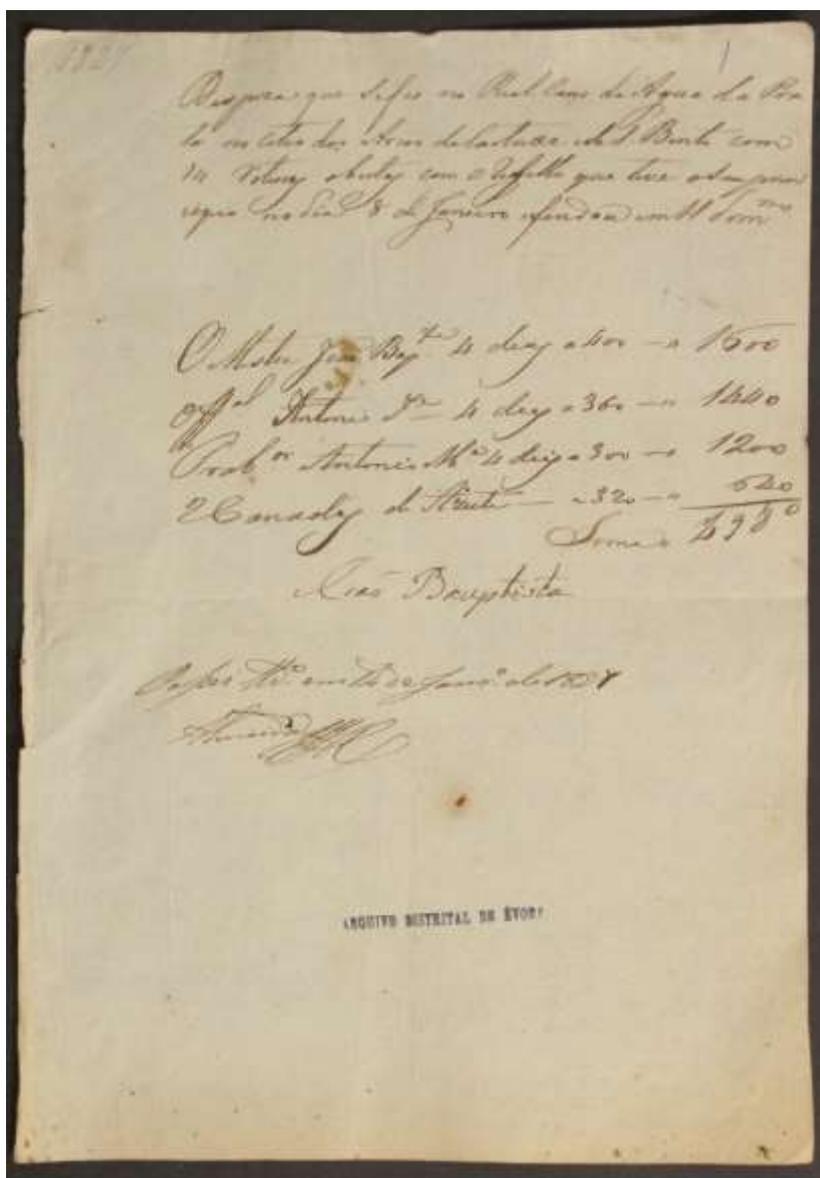
meros elementos dominantes
de arcos de volta inteira cons-
truídos em pedraria aparelha-
da, estabilizados com arga-
massa.

Existia na Câmara de Évora
um Provedor do Real Aque-
duto, um cargo de grande im-
portância, de nomeação vita-
lícia, muito bem remunerado,
a quem competia fiscalizar as
obras do dito aqueduto.

Disponível em:

[http://
adevr.dglab.gov.pt/2015/07/
13/documento-do-mes-de-
julho-2/](http://adevr.dglab.gov.pt/2015/07/13/documento-do-mes-de-julho-2/)

Eduarda Fanha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Despesas que se fizeram no Real Cano da Água da Prata, no sítio dos
arcos da Cartuxa e de S. Bento, com 14 roturas abertas, teve início
em 8 de janeiro e findou a 11 do mesmo mês.

Transferência em Procissão da Imagem de Nosso Senhor Crucificado, da Ermida de Santo António, Antiga Paróquia do Campo, para a Igreja da Aldeia de Vendas Novas

O documento escolhido para o mês de agosto é um processo pertencente ao Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, sobre uma petição de 22 de agosto de 1857, do Pároco da Igreja da Aldeia de Vendas Novas, Joaquim Rodrigues da Costa, para o Arcebispo Metropolitano de Évora, a solicitar licença para transferir em procissão, a imagem em escultura de Nosso Senhor Crucificado, da Ermida de Santo António, antiga Paróquia do Campo, para a Igreja da Al-

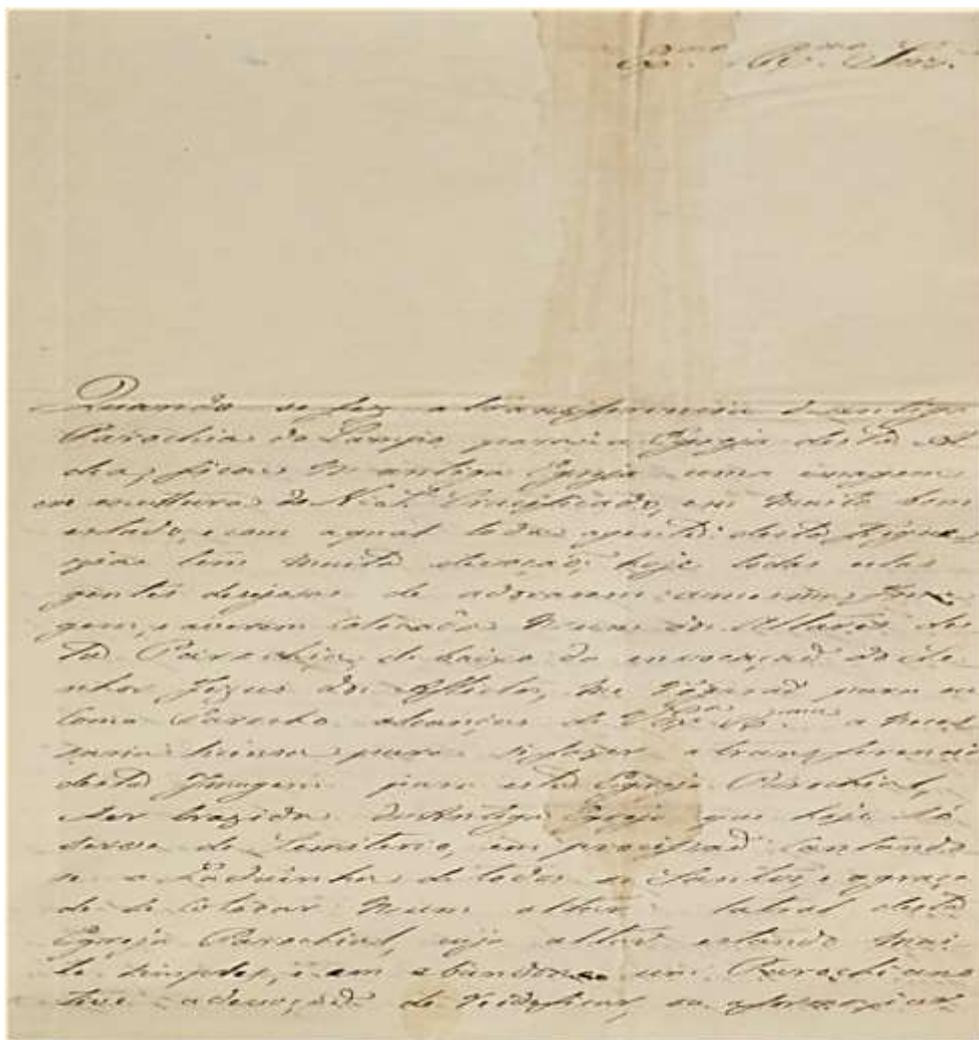
deia de Vendas Novas.

Pretende-se, com este documento, divulgar a documentação existente no Arquivo Distrital de Évora e alertar para que haja uma maior valorização do património material, que se encontra muitas vezes fragmentado do local para o qual foi concebido, devido ao abandono dos mesmos, e, assim facultar informação quanto à sua origem.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/08/11/documento-do-mes-de-agosto-de-2015/>

Paulina Araújo
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora



Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora - petição de 22 de agosto de 1857.

PT-ADEVR-FE-DIO-CEEVR-E

Diligência matrimonial de Joaquim Carlos Champalimaud de Nussane Sousa Lyra e Castro

Em setembro o Arquivo Distrital de Évora publicitou alguns documentos de uma das muitas diligências matrimoniais dirigidas à Câmara Eclesiástica de Évora destinadas a instruir o processo de casamento religioso.

Apresentamos as diligências de Joaquim Carlos Champalimaud de Nussane Sousa Lyra e Castro, nascido a 13 de março de 1821, natural da freguesia de S. João Batista de Tomar, termo de Santarém, e de D. Maria Madalena Pais Guerreiro de Sande Salema, nascida a 28 de julho de 1834, natural da matriz de Grândola.

O noivo era filho de José Joaquim Champalimaud de Nussane de Sousa Lyra e Castro de Barbosa e de D. Maria Clara de Sousa Lira e Castro Barbosa.

A noiva era filha de João Alexandre Guerreiro Barradas de Sande e de D. Maria da Luz Pais de Matos Falcão.

O noivo foi nomeado aspirante de 1.ª classe da Secretaria da Fazenda Nacional, por carta de D. Maria II de 20 de Janeiro de 1845.

O pai do noivo era Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem da Torre de Espada, Professo de S. Bento de Avis, Cavaleiro de diferentes or-

dens, Marechal de Campo nos exércitos de Sua Majestade e Comandante da 5ª divisão de Infantaria.

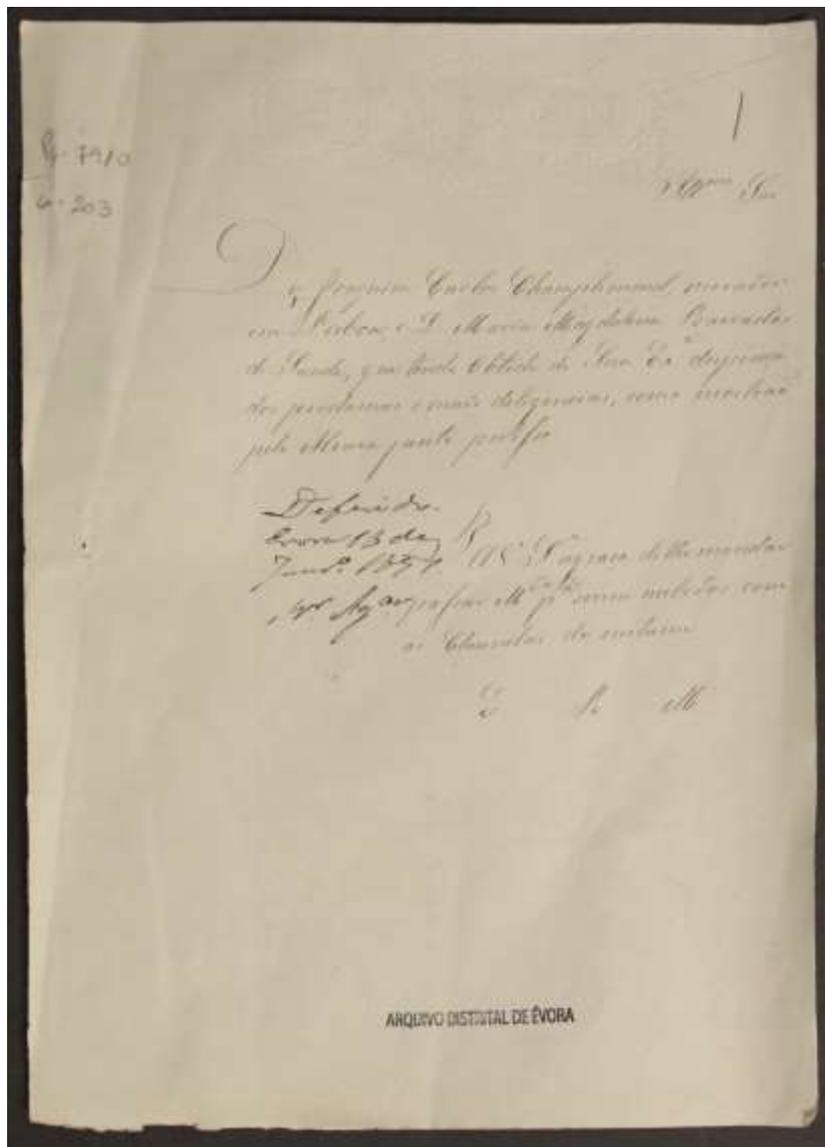
O pai da noiva era administrador do vínculo dos Guerreiros Barradas de Sande.

A noiva era sobrinha do Conde de Bracial.

Disponível em:

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/09/01/documento-do-mes-de-setembro-de-2015/>

Eduarda Fanha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora - Código de referência:
PT-ADEV-FE-DIO-CEEV-B-001-7910 Cxª 203

DOCUMENTOS EM DESTAQUE

Eça de Queiroz em Évora

No dia 16 de Agosto de 1900 faleceu em Paris Eça de Queirós. Após 115 anos do seu falecimento deixamos aqui um pequeno testemunho da sua breve passagem pela cidade de Évora.

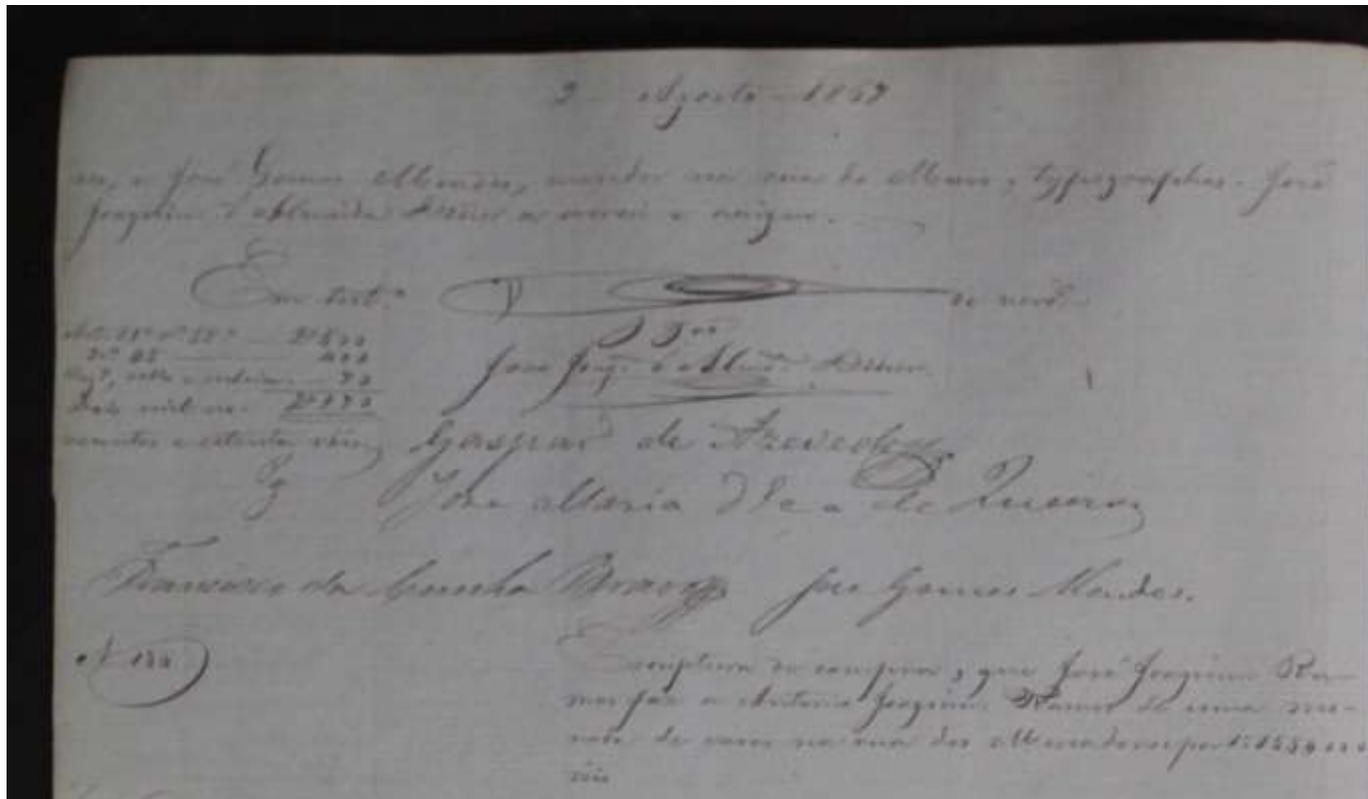
Após terminar a sua licenciatura em Direito no ano de 1866, na Universidade de Coimbra, foi viver para Lisboa onde exerceu a profissão de advogado e jornalista. Nesse mesmo ano a 15 de Dezembro, assinou contrato com Gaspar de Azevedo no cartó-

rio do tabelião Jorge Camelier, em Lisboa, para se encarregar da redação, direção e administração do jornal político “Districto de Évora”. Eça de Queirós veio para Évora, ficou instalado numa casa no Largo de São Domingos e dirigiu o referido jornal da cidade por um escasso período de tempo.

A 1 de Agosto de 1867 assinou em Évora, no cartório do tabelião José Joaquim de Almeida Didier, a escritura de transação, rescisão e quitação de toda a gerência do jornal “Distrito de Évora”.

Disponível em :

www.facebook.com/arquivodistritalevora



Escritura de transação, rescisão e quitação de toda a gerência do jornal “Distrito de Évora”.

Cartório Notarial de Évora, liv. 2196 f. 28 e 28 vº.

Dia Internacional da Criança

Dia 1 de Junho de 2015 comemora-se o Dia Internacional da Criança, o ADE não quis deixar de se juntar à comemoração deste dia. Em Portugal, desde o séc. XV que existem regulamentos que visavam de alguma forma a proteção de órfãos e de expostos, também denominados enjeitados, crianças abandonadas na maior parte das vezes à porta de particulares, à porta das igrejas ou nas rodas de conventos e misericórdias. A cidade de Évora não era exceção. Fazia parte do regimento da cidade recolher e mandar criar os enjeitados, retirando das rendas do concelho uma percentagem para a criação dos mesmos. Esses rendimentos eram direcionados para o pagamento da criação das crianças, entregues a “amas de leite”, que a maior parte das vezes estavam a amamentar os seus próprios filhos.

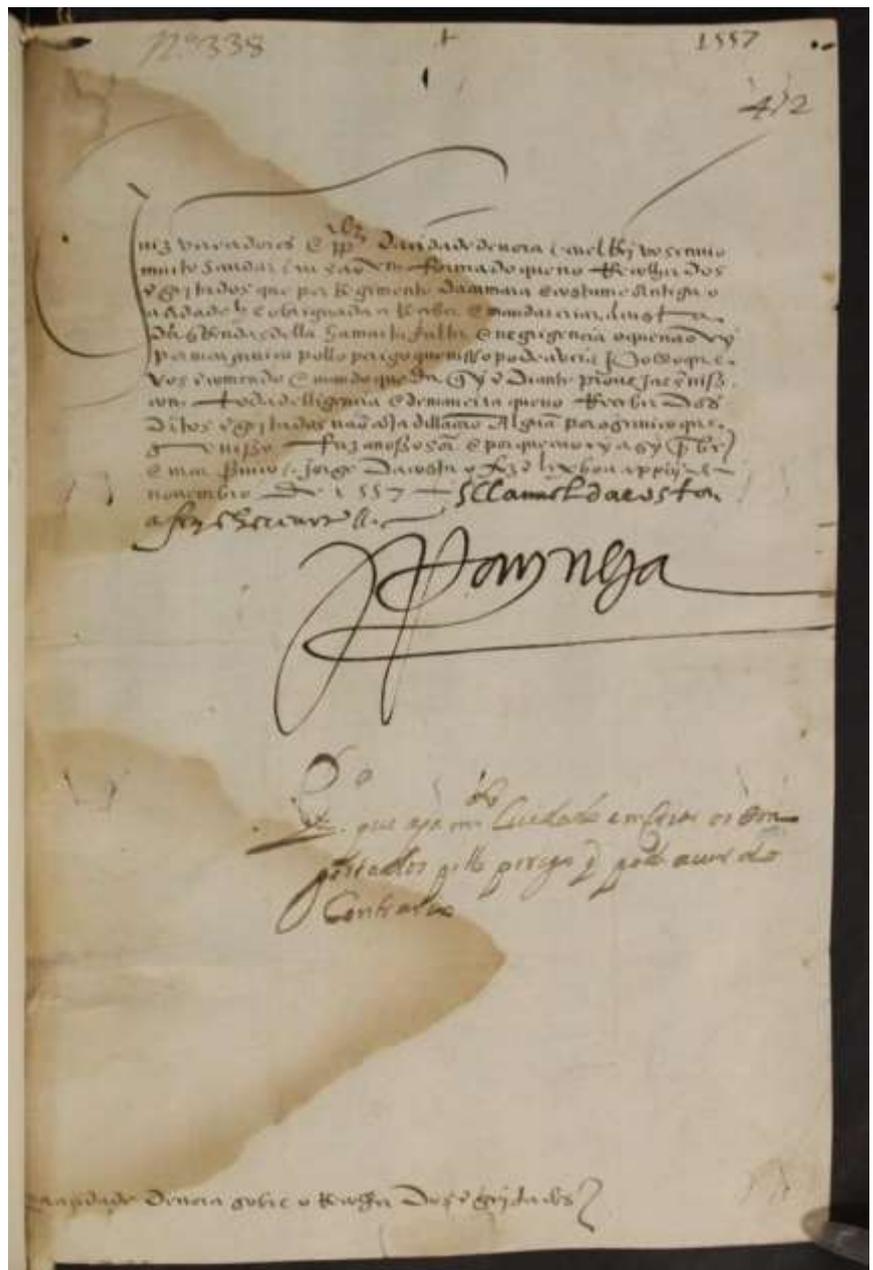
É precisamente sobre a criação dos enjeitados que o documento que divulgamos diz respeito.

Uma carta do Cardeal Dom Henrique, de 23 de Novembro de 1557, na qual refere, ao juiz, vereadores e procurador da cidade de Évora, ter sido informado que na cidade não se estava a cumprir o determinado no regimento da Câmara sobre a recolha e criação obrigatória dos enjeitados como era costume anti-

go. E que dali em diante cumprissem o estipulado no regimento da dita Câmara.

Disponível em:

www.facebook.com/arquivodistritalevora



Carta do Cardeal Dom Henrique, de 23 de Novembro de 1557
Arquivo Histórico Municipal de Évora, Liv.76, f. 412

Comemoração dos 350 anos da Batalha dos Montes Claros

O Arquivo Distrital de Évora assinala os 350 anos da Batalha dos Montes Claros, ocorrida a 17 de junho de 1665 em Borba. Este episódio militar inseriu-se na denominada Guerra da Restauração da Independência que opôs Portugal a Espanha entre 1640 e 1668, sendo a última das grandes batalhas deste conflito.

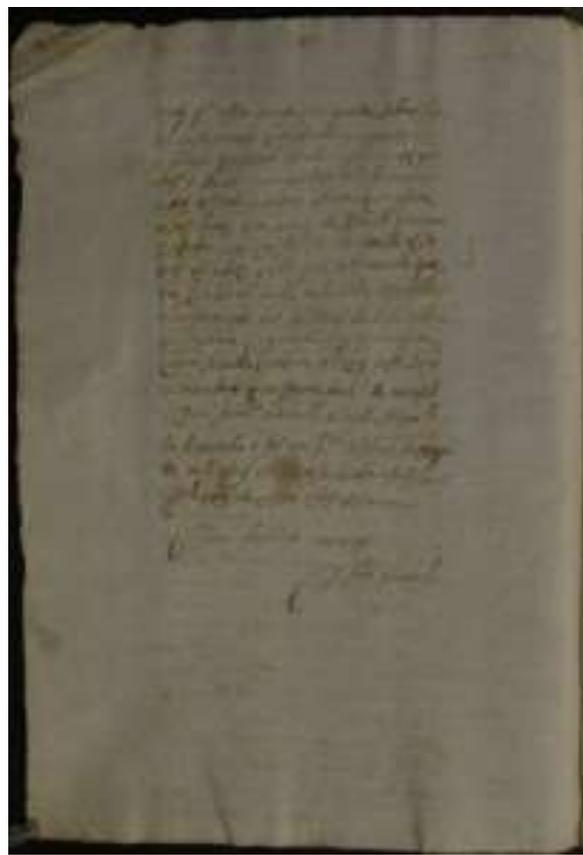
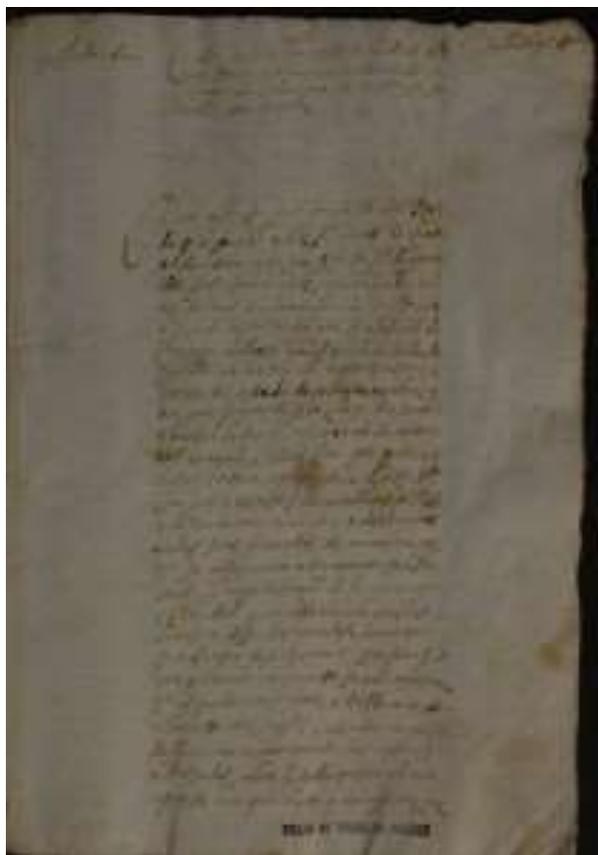
Após a vitória militar de Portugal sobreveio o reconhecimento da independência e, conseqüentemente, o fim das pretensões à coroa portuguesa por parte dos Habsburgos de Espanha.

A restauração da independência do país sob a dinastia dos Braganças implicou graves sacrifícios à população. A guerra acarretou perdas de vidas humanas, prejuízos financeiros e em bens materiais e muitos incómodos (a que alguns se quiseram furtar).

No Arquivo Distrital de Évora temos documentação que demonstra as dificuldades sentidas durante este período.

Treslado da *Carta de sua majestade que deos guarde que veio ao superintendente das*

desimas da comarca de Vila Viçosa para esta vila de borba. Dom Afonso por grasa de deos Rey de Portugal e dos Algarues da quem e dalem mar em Africa Senhor da guine etc faço saber a vos superintendente das desimas da comarca de Vila Viçosa que avendo respeito ao que os ofesiais da Camara nobreza e mais pouo da villa de Borba em enviarão representar a cerca do estado de miseria e pobreza em que fiquarão por cauza dos roubos e hostilidades que receberão do inimigo nas invasões e sítios com que por duas vezes entrou e prezedicou a dita Villa com seus



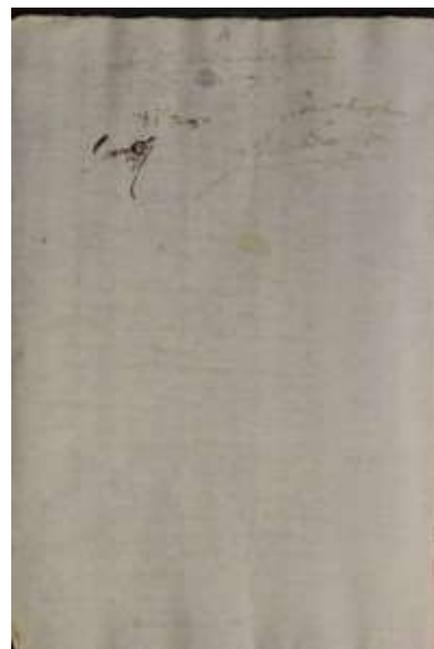
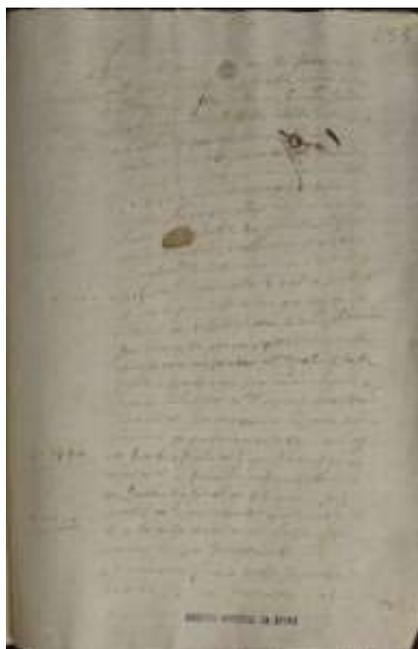
Liuro he do lançamento das desimas

PT-ADEVR-AHMBRB-11 – f. 4v

exércitos deixando aos moradores della e de seu termo roubados e destruídas todas suas fazendas de maneira que para se refazerem e tornarem a seu ser antigo nesecitauão de largo tempo e cabedal pedindo me que em considerasam disso lhes mandasse levantar por tempo de seis anos as Desimas que pagauão em quanto se não refazem para as poderem pagar, e visto o requerimento dos suplicantes e aver lhes mandado deffesiri ao requerimento das desimas atrasadas sobre que se lhes passou aluara a parte hey por bem e me apraz que para este anno presente se lhes fasa o lançamento com todo o equidade e fauor posiuel tendo respeito as perdas e danos que padecerão do inimigo e ao estado em que estam por assim a resolver em noue de Abril próximo passado em consulta da junta dos tres estados pello que vos mando que o lançamento das desimas da dita villa de Borba comprindo esta prouizam como se nella contem El Rey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco de Meneses e Dom Francisco Manoel de Mello Miguel de Azeuedo a fes em Lisboa a vinte de mayo de mil e seis centos e secenta e seis anos Manoel Rodrigues da Costa a fes escrever Dom Francisco de Menezis Dom Francisco Manoel.

Borba

Aos oito dias do mes de janeiro de mil e seis centos e se-



Liuro da Reseita das desimas
PT-ADEVR-AHMBRB-13 – F. 133v

tenta anos em a Camara desta Vila de Borba sendo juntos os ministros da junta das desimas Abacho assinados comigo escriuão e sendo presente o doutor Manoel Dourado Soares ouvidor da comarca de Vila Viçosa e superintendente das desimas delo logo por eles foi somado este livro [] e feita do anno de seis centos e secenta e sete e acharam importar o lançamento do dito anno em setecentos e seis mil e quarenta reis e assim somadas as quebras do dito anno per serem juridicas com fazendas que se não cultiuauão por cauza da guerra e ostelidades dela e per serem ausentes muitas pessoas desta Vila e de seu termo sem bens alguns e serem falesidas muitas pessoas que estalão lansadas sem deixarem bens pera se poder cobrar importaram as ditas que-



Treslado de huma Carta de El Rey pera que alojamento se não de aos soldados pellas cazas particulares, se não na forma costumada.
PT-ADEVR-AL-AHMEVR-145 – f. 11

Juis Vereadores e Procurador da Camara da Cidade de Euora Eu El Rey vos ínvio muito saudar, o principal motivo que me obriga a mandar Alojjar nesta Cidade alguns terços de Infantaria, foi o cuidado com que estou da defesa della, como a segunda do meu Reino, e entender que achardosse ainda com a fortificação tanto no principio era este o melhor meyo de sua defesa, e de ficar melhor defendida; mas por que desejo aliviar meus vassallos de toda a molestia, e principalmente os dessa Cidade, de que fasso tanta estimação por sua fidelidade, e amor que tem a meu serviço, mando escreuer ao Reitor da Companhia na forma que apontais, encomendo vos muito lhe entregueis logo a carta, e reconhecendo a prezisa necessidade que essa Cidade tem da assistencia

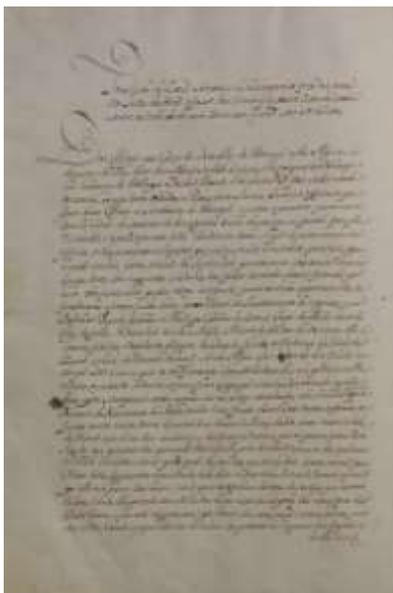
desses terços em quanto se não encorporão com o exercito, e se conhecem os intentos do inimigo procureis se lhe de alojamento na melhor forma, e com a melhor comodidade, e menos molestia vossa que puder ser, advertindo que não he justo que o dinheiro das fortificações se devirta na compra dos emxergões, e mantas, e se deve tirar de outra parte que não fassa tanta falta, e ao Conde de Atouguia mando remeter a copia da vossa Carta pera que tendo notiça da boa vontade com que estais pera agasalhar estes terços, vos alivie deles o mais brevemente que puder ser, com que se responde ao que me representais na vossa carta de doze do Corrente escripta em Lisboa a quatorze de junho de mil seis centos sessenta, e hum// Rainha//: E eu Vicente Ramalho de Sou sa

tabalião de notas em esta cidade de Euora e seu termo o fiz escrever e subscrevi e assinei de meu sinal publico e razo que ttais São Em testemunho de verdade Vicente-Ramalho de Sousa E comigo tabalião Francisco de Fontes Alfar E comigo tabalião Manços Rodrigues.

Disponível em :

<http://adevr.dglab.gov.pt/2015/06/17/comemoracao-dos-350-anos-da-batalha-dos-montes-claros/>

Transcrição de:
Célia Malarranha
Paulina Araújo
Arquivo Distrital de Évora



Treslado de huma sentença de dezaggrauo que se ouue No juízo da Coroa a fauor dos cidadãos desta cidades sobre serem escusos de darem camas e alojamento aos soldados.

PT-ADEV-AL-AHMEVR- LV. 145– f.137v – 140

HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

Índice

*Para a história do Sindicalismo Operário Alentejano
O fundo do sindicato dos trabalhadores da construção, mármore,
madeiras e materiais de construção do sul/Évora (1938-1986)*

Armando Quintas
CECHAP/CIDEHUS

Índice

Para a história do Sindicalismo Operário Alentejano O fundo do sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora (1938-1986)*

Armando Quintas**

Submissão/Submission: 31/05/2015

Aceitação/Approval: 18/08/2015

Resumo:

O Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do Sul/Évora, cuja documentação se encontra no Arquivo Distrital de Évora, teve a sua origem a partir da legislação corporativista de 1933.

Criada a sua secção distrital de Évora, nela se vão integrar muitas das profissões presentes no distrito e posteriormente no Alentejo, grande parte delas ligadas à construção civil, não descurando contudo muitas outras tais como as da indústria dos mármore.

A existência de tipologias diversas ao nível documental permitem-nos analisar o tipo de profissão e a sua origem geográfica bem como a respectiva filiação. Com uma adesão regular até vésperas da revolução de Abril, o sindicato irá conhecer posteriormente uma elevada procura para satisfazer as reivindicações dos operários.

Abstract:

The Union of "trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do Sul/Évora", whose documentation is in the Arquivo Distrital de Évora, had its origin from the 1933 corporatist legislation.

Created their district section in Évora, it will promote the integration of many of professions in the district and later in Alentejo, most of them linked with construction sector, but not forgetting many others such as the Marble industry workers.

The existence of various types of documentation allows us to analyze the types of professions and

* Artigo objeto de revisão científica através do sistema *double blind peer review*. Revisores: Paulo Guimarães (Universidade de Évora) e Daniel Alves (Universidade Nova de Lisboa).

** Licenciado em História Ramo Património Cultural pela Universidade de Évora. Mestre em Gestão e Valorização do Património Cultural e Industrial pelas Universidades de Paris I, Évora e Pádua – Mestrado Erasmus Mundus TPTI: Techniques, Patrimoines, Territoires de l'Industrie. Tem desenvolvido investigação em torno de temáticas da industrialização do sul de Portugal. Actualmente participa do projecto PHIM- Património e História da Indústria dos Mármore, no qual desenvolve investigação sobre a indústria dos mármore do Alentejo.

Cv detalhado em: <http://cv-armandoquintas.blogspot.pt/>
armando.quintas@hotmail.com

theirs geographical origins, as well its familiar origins. With a regular membership at the moment of April carnation revolution, the union will later meet a high demand to satisfy the demands of the workers.

O Sindicalismo Operário e os fundos do Arquivo Distrital de Évora

A 23 de Setembro de 1933 publicava-se o decreto-lei nº 23050, visando o enquadramento sindical no sistema corporativo. Ficavam assim extintos os sindicatos e as associações que classe que até aí vinham funcionando, algumas das quais, desde finais do século XIX. Proibido o sindicalismo livre, o Estado Novo, vai integrar os trabalhadores em sindicatos nacionais, que mais não eram que estruturas verticais, controladas pelo governo, que por um lado exigiam a filiação obrigatória dos operários e por outro tentavam impedir que os patrões contratassem aqueles que neles não estivessem integrados¹.

Segundo a lei, a sua organização tinha por âmbito os distritos, dentro dos quais o governo só reconhecia um sindicato por profissão, ao qual era atribuído o monopólio da representação profissional².

O *Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos*, foi instituído oficialmente ainda naquele ano de 1933 com sede em Lisboa e cuja secção distrital de Évora funcionará somente a partir de 1938, integrando de início essencialmente operários da cidade de Évora e arredores³. Ficava assim extinto o Sindicato Único dos Operários da Construção Civil de Évora, criado em Janeiro de 1920 (alvará de 5 de Maio de 1921) e que tinha a sua sede no edifício da União dos Sindicatos Operários de Évora, na Praça Joaquim António de Aguiar, que partilhava com as associações de classe dos fabricantes do calçado (sapateiros) e dos construtores e reparadores de estradas. Este sindicato, bem como a U.S.O., tinham sido encerradas pela Polícia de Segurança Pública em 1932 e todo o seu espólio apreendido, antes de procederem à sua dissolução⁴.

Em 1973, por força do alargamento da sindicalização a novas profissões, alterou-se a sua denominação para *Sindicato Nacional dos Profissionais das Indústrias da Construção Civil, das Pedreiras, Serração de Madeiras e Carpintaria Mecânica do Distrito de Évora*⁵. Contudo, por pouco tempo vigoraram, dado que a liberdade sindical recuperada com a revolução do 25 de Abril de 1974, levou a uma reor-

¹ Diário do Governo, I Série, nº 217, de 23.09.1933

² Ver também: PATRIARCA, Fátima - A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933). *Análise Social*, Vol. XXVII (110), 1991, (1º), 24

³ Arquivo Distrital de Évora (ADE), Fundo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora, cx.399, Mapa Explicativo da fusão, integração e mudança da designação deste sindicato.

⁴ Processo no Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios, actualmente no Arquivo Histórico na área Económico-Social do Gabinete de Planeamento e Estratégia do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, também disponível em: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Sindicato%20%C3%A9nico%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20de%20%C3%89vora.pdf>

⁵ ADE, Fundo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora, cx.399, Mapa Explicativo da fusão, integração e mudança da designação deste sindicato.

ganização de toda a estrutura sindical. O novo organismo passou agora a abranger também os distritos de Beja e Portalegre, denominando-se *Sindicato Livre dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Pedreiras, Serração de Madeiras e Carpintaria Mecânica do Alentejo*⁶.



Figura 1. Estandarte do sindicato (anos 70)**

Uma última revisão estatutária teria ainda lugar, até à entrada de Portugal na CEE, quando em 1981 passa a designar-se *Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo*⁷.

No que diz respeito a esta documentação: a mesma foi incorporada no Arquivo Distrital de Évora em 2005, ocupando 62 metros lineares e contando com 10 secções e várias séries. Destacamos os livros de actas, de registo, boletins de inscrição e outros, documentação sobre receita e despesa, correspondência, publicações várias, entre outros materiais.

⁶ IDEM

** ADE, Fundo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora, Mobiliário e outros equipamentos.

⁷ Este organismo viria a sofrer outras revisões estatutárias, até que em 2005 a quando da sua incorporação no Arquivo Distrital de Évora se intitulava como sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/ Évora, nome pelo qual foi efectivamente catalogado no respectivo arquivo.

A informação existente apesar de lacunas diversas, sobretudo para as fases iniciais da vida do organismo, revela ainda assim uma riqueza documental que possibilita a realização de estudos alargados de uma parte significativa do sindicalismo operário do Alentejo, pelo menos no que diz respeito aos sindicalizados e às suas profissões. Não só compreender a evolução deste organismo como também através da informação bastante precisa dos sindicalizados, perceber a sua proveniência geográfica e até de filiação, pelo facto de constar nos ficheiros dos associados a identificação do pai e mãe e as respectivas moradas. Em alguns períodos dão-nos conta também dos seus locais de trabalho⁸.

A vida sindical e os operários da indústria de extração e transformação dos mármore

A documentação revela uma grande heterogeneidade nas categorias profissionais dos seus, filiados, numa primeira fase encontravam-se predominantemente assalariados do sector da construção civil, com predominância dos pedreiros e serventes de pedreiro. A partir do final da década de 1960, as profissões relativas à indústria dos mármore começam a ser mais frequentes o que parece estar em consonância com a evolução económica regional.

Através dos dados disponíveis, realizou-se uma análise quantitativa das inscrições no sindicato, o que nos possibilitou compreender a evolução do número de trabalhadores desde o ano de 1962 até ao termino da nosso estudo que culminou com a entrada de Portugal na CEE⁹.

Como se poderá verificar no gráfico seguinte, elaborado com recurso aos livros de registo dos associados e aos seus boletins de inscrição, a entrada de novos efectivos para o sindicato, manteve de certa forma uma regularidade até vésperas da revolução de Abril, registando-se a partir desse momento (1974R em diante) um pico na afluência, pelo facto da adesão passar a ser livre e o sindicato funcionar como meio de reivindicação por melhores condições e salários. Seguidamente regista-se um decréscimo para as décadas seguintes, o que se pode dever à perda do fulgor da reivindicação e da melhoria do nível de vida.

Ressalva-se, no entanto que estes números poderão não representar a totalidade dos operários existentes, nas diversas categorias abrangidas pelo sindicato. Apesar da filiação ser obrigatória até ao 25 de Abril, muitos não cumpriam essa obrigação e daí que os picos de afluência de novos sindicalizados não signifiquem novos trabalhadores no sector mas a “legalização” dos que já nele trabalhavam, por outro lado, depois desse período, como a pertença a estruturas sindicais passa a ser voluntária, mui-

⁸ O quadro de classificação onde consta a descrição da documentação que nos permite compreender o seu conteúdo como detectar as falhas e ausências da documentação pode ser consultado em: <http://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984236>

⁹ A ausência de documentação detalhada não nos permite conhecer o quantitativo anual de filiados para o período anterior a 1962, contudo em termos absolutos sabemos terem sido integrados entre o começo da secção distrital de Évora em 1938 até ao ano de 1961 inclusive o total de 1948 trabalhadores. ADE, Fundo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora, cx. 36 e 37, Livros de registo nº 1 – nº4 dos sócios do Sindicato nacional dos operários da construção civil e officios correlacionados do distrito de Évora, s.d.; IDEM, cx. 7, Boletim de inscrição de sócios 1962-1986.

tos optam por não o integrar quando a força sindical começa a desvanecer-se, sendo da opinião que já não obteriam qualquer vantagem com o acto de sindicalização.

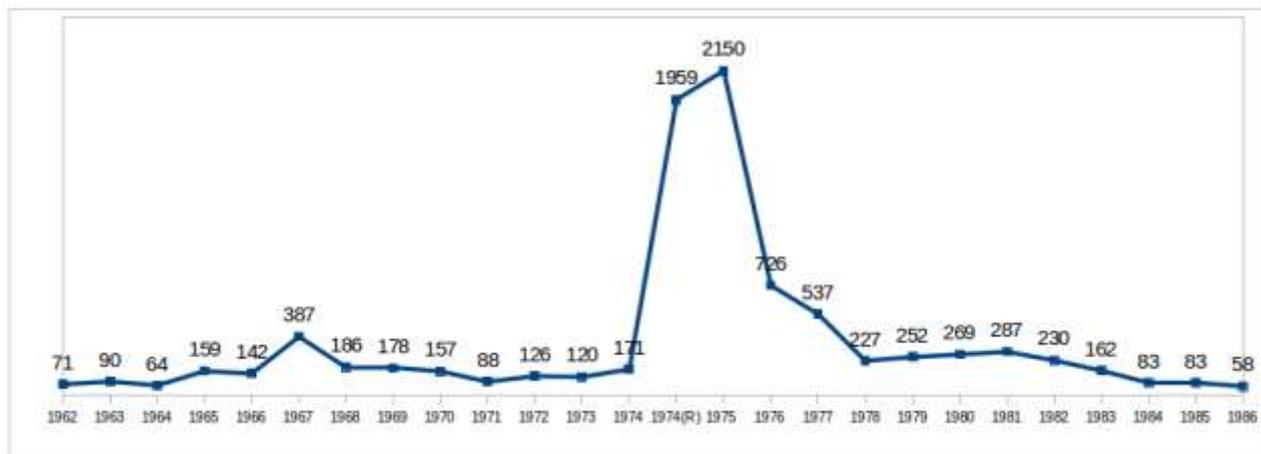


Figura 2. Evolução do número de trabalhadores inscritos no sindicato

De entre as várias profissões presentes no sindicato, decidimos por uma pequena análise focada exclusivamente nos operários da indústria de extracção e transformação dos mármore na sub-região de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, na qual detectámos 64 categorias profissionais, desde encarregados, aos trabalhadores manuais indiferenciados, do desbaste e corte e também os operadores de máquinas¹⁰. As categorias mais frequentes dentro deste universo eram precisamente as de cabouqueiro, desbastador e trabalhador, ou seja, aquelas cujo trabalho era exercido à força de braços.

Se tomarmos em conta os valores já apresentados no gráfico anterior referentes aos totais de sindicalizados de todas as profissões representadas no sindicato e os compararmos aos com os quantitativos restringidos apenas à indústria dos mármore, poderemos verificar o seguinte:

Desde a década de 1960 que esta indústria se vinha destacando na economia da região. Em 1967, de um total de 387 filiados, 271 inscrições correspondiam a trabalhadores dos mármore ou seja 70% do total. Já no período revolucionário, de um total de 1959 inscrições referentes a 1974 (pós 25 de Abril) e de 2150 inscrições para 1975, 541 e 640, pertenciam respectivamente a trabalhadores desta indústria.

Tal fenómeno pode explicar-se pela fase de crescimento industrial do sector, que vinha não só aumentando a produção, com alguma modernização tecnológica, mas ainda recorrendo em grande medida à força do trabalho braçal, como também pelo aparecimento de muitas novas explorações. Os

¹⁰ No âmbito do projecto PHIM – Património e História da Indústria dos Mármore, desenvolvido pelo CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património com coordenação científica da Universidade Nova de Lisboa e colaboração do ISCTE-IUL e do CIDEUS-UE. Projecto financiado por Fundos Europeus – Feder/ InAlentejo. <http://www.cechap.com/index.php/projectos/item/15-patrim%C3%B3nio-e-hist%C3%B3ria-da-ind%C3%A9stria-dos-m%C3%A1rmore>

valores do ano de 1967 que se destaca dos restantes da década, remetem-nos para a importância desta indústria, pois são os seus trabalhadores, que a dado momento obrigados a filiar-se pelas estruturas sindicais, que fazem atingir estes quantitativos.

Este crescimento está assim directamente ligado à grande procura externa do mármore português, muito apreciado pela sua qualidade.

Já os valores apresentados para 1974 e 1975 só podem ser explicados pelo facto de existir muito operário que trabalhava à margem da lei e que no momento da revolução, propício à reivindicação de melhores condições de trabalho e a melhores salários, surge no cenário sindical, filiando-se para lutar e exigir melhorias para a sua profissão.

Assim verifica-se que nestes dois anos, que os trabalhadores dos mármore, ainda que não representando a maioria das novas filiações, estavam contudo em consonância com este aumento, integrando o grosso da massa trabalhadora que na região lutava pelas melhorias laborais.

Analisando muito sucintamente os acontecimentos que marcaram o período revolucionário e a luta sindical (1974-1976) a partir da documentação presente neste fundo, percebemos que a mesma não é muito abundante mas que ainda assim mostra um tanto a forma como ficou plasmada esta situação nos vários documentos encontrados.

A devolução da liberdade aos sindicatos, a reforma das instituições com a expulsão dos apoiantes do regime deposto e a presença de militares do MFA, foram alguns dos aspectos descritos por exemplo nas actas das várias assembleias-gerais tidas nesse período. Desde 27 de Abril de 1974 a Setembro do ano seguinte, grande parte das “convocatórias” foram ocupadas com o ponto de ordem de “eleger membros directivos para o preenchimento de vagas existentes no organismo”¹¹.

As representações do sindicato em importantes congressos, como o Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em Lisboa, em Janeiro de 1977 ou a adopção de contratos colectivos de trabalho (C.C.T.) para as várias profissões, foram algumas das outras vertentes na luta deste organismo para melhorar a condição dos trabalhadores.

Finalmente, no respeito à indústria dos mármore, já longe do fulgor reivindicativo de Abril, é organizado o 1º Encontro sobre Higiene e Segurança no trabalho para o sector dos mármore. Realizado no Cine-Teatro de Vila Viçosa, a 8 de Novembro de 1986, em plena entrada de Portugal na CEE, reuniu operários, responsáveis pela indústria e organismos públicos em torno da análise e discussão das condições de trabalho presentes nas explorações fabris. Ali foram expostas as condições de higiene e segurança no trabalho que tinham sido identificadas a partir de um inquérito às empresas: Verificando-se que a situação existente na maioria das firmas era deplorável, decidiu-se pela exigência do cumprimento do Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho de Minas e Pedreiras, que estava aprovado há mais de dois anos mas que não era aplicado.

¹¹ ADE, Fundo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora., cx.3, Livro de Actas da Assembleia Geral (1967-1985), 4v-10v.

Foi ainda proposta a criação de comissões de higiene e segurança no trabalho, de um serviço de medicina e elaboração de legislação sobre a prevenção de riscos profissionais¹².

Considerações finais

O que foi apresentado neste texto sobre este fundo (que deve ser acompanhado com a consulta da sua descrição no portal do Arquivo Distrital de Évora) procura estimular futuros trabalhos de investigação. O fundo apresenta várias lacunas: falta toda a documentação para o período anterior ao Estado Novo, ela é ainda escassa na fase inicial da secção distrital de Évora, bem como existem faltas significativas para a fase revolucionária e posterior.

É muito difícil, por exemplo, saber o tempo de permanência dos associados nesta estrutura sindical, ou compreender para o período revolucionário quem eram os delegados sindicais e em que empresas se encontravam. No entanto, pese embora estas falhas, outros estudos poderão ser elaborados tendo em conta outras temáticas, tais como: o património do próprio sindicato, a cotização dos associados, a análise quantitativa por profissão ou a sua proveniência geográfica por concelho e mesmo por distrito, complementados por outros arquivos como o arquivo regional do INTP e por outras informações como o recurso às entrevistas de antigos trabalhadores. Poderá ainda ser encetada uma pesquisa aprofundada como forma de levantamento dos operários a título particular, por cada localidade, concelho e distrito, com vista à criação de uma base de dados do sindicalismo no Alentejo, a complementar com o estudo de outros organismos congéneres que abranjam outras profissões.

¹² ADE, Fundo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul/Évora, cx.460 – 1º Encontro sobre Higiene e Segurança no trabalho no sector dos mármore.

*Miguel de Arruda, entre Évora e Estremoz.
Novos documentos (1532-1562)*

Francisco Bilou
Câmara Municipal de Évora

Miguel de Arruda, entre Évora e Estremoz. Novos documentos (1532-1562)¹

Francisco Bilou*

Resumo:

Novos documentos aqui reunidos sobre a vida e obra de Miguel de Arruda, em particular referenciando-o em Évora e Estremoz, vêm reforçar o inquestionável estatuto artístico entre os melhores da sua geração, ao mesmo tempo que lançam nova luz sobre a sua formação em Itália ao serviço de D. João III e a instâncias dos Duques de Bragança.

PALAVRAS-CHAVE: Miguel de Arruda, Évora, Estremoz, Arquitetura, Renascimento.

Abstrat: Miguel de Arruda is one of the most important Portuguese architects of the XVI century. New documents reinforce his role at the same time they strengthen his Italian artistic education, serving the King João III and the Dukes of Braganza.

KEYWORDS: Miguel de Arruda, Évora, Estremoz, Architecture, Renaissance period.

Oriundo de uma das mais ilustres linhagens nacionais de mestres de pedraria, Miguel de Arruda ocupa um lugar de destaque no contexto da arquitetura portuguesa do século XVI. Esse seu reconhecido protagonismo foi decisivo não só para a atualização da arte de edificar segundo os modelos clássicos do Renascimento italiano, como também ele próprio deu estatuto à figura do arquiteto e ao exercício teórico-conceptual da Arquitetura. E, de facto, olhando ao panorama arquitetónico nacional do segundo terço de Quinhentos, em particular as encomendas régias, pouco parece ter escapado à sua supervisão técnica e artística. Mesmo obras de que não se conhece documentalmente a autoria (como são os casos das igrejas do conventinho de Bom Jesus de Valverde, perto de Évora, e de Santa Maria de Estremoz) com pouca ou nenhuma reserva se entregam ao labor erudito de Arruda. Este estatuto fulgurante, de quase monopólio artístico na arte de edificar durante o reinado de D. João III, aliás sublinhado pelo cargo para si criado de *Mestre das obras dos muros e das fortificações do Reino, Lugares d'Além e Índia* (1548), tem sido amiúde enaltecido por muitos que o têm estudado². Não

* Técnico Superior na Câmara Municipal de Évora.

francisco.bilou@gmail.com

¹ O autor agradece ao Professor Doutor Rafael Moreira o profícuo debate de ideias em torno deste estudo, facto que muito o beneficiou na forma e no conteúdo.

² Entre muitos outros: Sousa Viterbo, Reynaldo dos Santos, Miguel Arnao Metello, Rafael Moreira, Pedro Dias, Rui Carita, Manuel Branco e Nuno Simões Gonçalves.

obstante esta evidência e apesar dos empenhados esforços de vários autores em a explicar, como tem sido exemplarmente o caso de Rafael Moreira, uma interrogação teima em persistir: onde e como Miguel de Arruda adquiriu saber, experiência e estatuto artístico para surgir em 1533, *ex nihilo*, como «mestre das obras do mosteiro da Batalha»³, em substituição do consagrado mestre João de Castilho? A historiografia arrudiana avança, pelo menos, duas explicações plausíveis: a família e Itália. Apreciemos, pois, estas duas premissas fundamentais.

Os Arruda, em especial João, Diogo e Francisco, constituíram uma das mais importantes e duradouras linhagens nacionais de mestres de pedraria. A sua qualidade técnica e as suas aptidões artísticas conformaram grandemente as soluções construtivas nacionais do tardo-gótico, em particular as da arquitetura manuelina. É decerto a eles (e ao conterrâneo Martim Lourenço) quem mais se deve a difusão da arte mudéjar como gosto dominante no reinado de D. Manuel, sobretudo no sul do país, particularmente em Évora e após a tomada de Azamor (1513)⁴. Em consequência, acumularam cargos e honrarias como poucos. E foram, quase sempre, beneficiários de encomendas régias, o que os tornou, em amplo sentido, artistas cortesãos. Acresce que todos eles se mostraram ecléticos no desdobramento de soluções construtivas, fossem elas civilistas, religiosas ou militares. Nestas últimas mostraram pleno entendimento da arte de fortificar, resolvendo e atualizando problemas funcionais e técnicos impostos pelo desenvolvimento e sofisticação da pirobalística. Aliás, foi na arquitetura (e na engenharia) militar e em especial nas fortificações magrebina (Safim, Mazagão e Azamor) onde mais se notabilizaram os irmãos Arruda, Diogo e Francisco, e é provável que esse tivesse sido o alfofre formativo do jovem Miguel de Arruda, acaso filho de Francisco⁵. É plausível esta hipótese, até porque está documentado no ano de 1514 um *Miguel Fernandes de Arruda* a trabalhar em Azamor ao lado de Diogo e Francisco⁶; e aí também se acha Pedro de Arruda, este sem dúvida irmão de Miguel, o qual, antes de Azamor, já tem histórico de pagamentos na obra do Convento de Cristo, em Tomar. Seja como for, o «ambiente familiar» foi decerto importante na formação técnica e artística do jovem Arruda e no gosto particular pela arquitetura militar da qual se tornou exímio executor durante todo o segundo terço do século XVI, ao ponto de ser ele a introduzir no país o sistema abaluartado à italiana⁷.

Ainda que este contexto formativo pareça verossímil (não obstante carecer de apoio documental mais conclusivo) ele só explica parte das aptidões profissionais e artísticas de Miguel de Arruda

³ VITERBO, 1899: I, 67; Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. João III*, Liv. 19, fl. 196.

⁴ Veja-se, a propósito, o que recentemente escrevemos: Francisco BILOU - *A Igreja de São Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois*. Colibri, 2014.

⁵ Nenhum documento conhecido comprova inequivocamente essa relação familiar. Todavia, um registo de batismo de 1538, em Évora, onde surge um núcleo familiar dos Arrudas de Évora – Francisco, Miguel, António e Catarina - e o facto de Miguel de Arruda e Francisco de Arruda terem casas isentas de aposentadoria na mesma rua (do Raimundo), nesta mesma cidade, são indícios que apontam para a hipótese defendida há muito por Rafael Moreira.

⁶ SANTOS, s.d.: p. 158. Note-se que há sempre a possibilidade de se tratar de um Miguel Fernandes, natural de Arruda.

⁷ Como foi o caso da fortificação de Lagos, obra iniciada em 1554-55. O autor agradece a Rafael Moreira a informação gentilmente partilhada.

sobrevindas da família, por isso de forte cunho «oficial» e marcadamente «manuelino». Complementarmente, o que pode explicar o seu *aggiornamento* na cultura renascentista e, concretamente, na prática edificatória *ao romano* tem que ser outro caminho de aprendizagem. Claro está que nenhum outro parece mais óbvio do que o de Itália. E de facto temos hoje boas razões para (re)afirmar, com mais certezas, o «caminho italiano» de Arruda, pois num documento que identificámos na Torre do Tombo, ainda que algo «estranho» (o que, aliás, deve explicar a pouca atenção que lhe deram os estudiosos...), se pode ler o seguinte:

Honado duque primo amigo Eu el Rey vos envio muyto saudar como aquele que muyto amo e preço (sic) e porque (____) d'aRuda que ha dyr a Italia em companhia de Francisquo de Medeiros e de Joam Goncalves esteve os dias passados doente e posto que esta bem pode logo partir com eles e ir em sua companhia, mandey aos sobreditos que se partissem e fosem loguo diretamente a vos pera verdes o que levam por meu Regimento Acerca do que hamde fazer (...) Pero d'Alçaoua Carneiro o fez em Lixboa a (____) dias de (____) de 1532⁸.

A leitura do documento levanta, naturalmente, algumas questões. Desde logo o motivo pelo qual ficou inconcluso na chancelaria régia, sem explicitar o nome próprio de um dos viajantes, bem como o dia e o mês. Pese embora esta particularidade, o essencial do documento parece não deixar dúvidas: alguém de apelido Arruda, agora convalescido, tem de novo permissão régia para partir para Itália a instâncias do Duque de Bragança e ao serviço de D. João III, de quem leva um *regimento*, ou seja, um conjunto de orientações e tarefas específicas. Qual fosse o motivo dessa missão em Itália só o podemos conjecturar, tanto mais que a identidade dos outros dois companheiros de viagem também não é mais esclarecedora. Porém, se João Gonçalves é o mesmo que ao serviço do rei teve o encargo de fazer, dois anos antes, o reconhecimento topográfico do Zêzere para aferir de uma eventual navegação do rio⁹, a possibilidade de uma viagem de âmbito técnico, formativo, ou mesmo de aprendizado artístico, ganha renovada base probatória. Mas mesmo sem esta achega, estranho seria imaginar no espaço deixado em branco do documento outra referência «implícita» que não a Miguel de Arruda. Até porque dificilmente outro Arruda (Francisco ou Pedro, Diogo já havia morrido) «encaixa» neste perfil e, sobretudo, porque isso não só explica a sua tão «evidente» formação italiana como justifica, agora até com mais razoabilidade, a sua fulgurante nomeação para o cargo de mestre das obras da Batalha operada logo após o seu regresso. É certo que não se pode excluir liminarmente Francisco de Arruda deste cenário, como nos chamou a atenção Rafael Moreira com a sua habitual pertinência argumentativa. Contudo, olhando à «resistência estética» que Francisco manifestou em 1535 na configuração do pilar central do Aqueduto da Água da Prata à passagem da estrada de Arraiolos, em Évo-

⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 48, nº 42. A apresentação formal do documento parece ser o de uma carta e não o de uma *ementa* (apontamento para posterior redação final).

⁹ «Carta do Licenciado João Gonçalves dando conta ao rei da demarcação que fizera do rio de Tomar e serventia que tomou para a passagem dos barcos»: A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 45, nº 114. É documento de 11 de Outubro de 1530. É muito provável que este estudo de navegação do Zêzere se insira na necessidade de transporte de materiais de construção para a grande campanha de obras do Convento de Cristo de Tomar, pois sabe-se que muitos deles foram transportados de Lisboa até Tancos, ou Punhete (atual Constância).

ra, nada compatível com alguém recém-chegado de uma atualização artística em Itália¹⁰, julgamos mais plausível a hipótese do documento se referir a Miguel de Arruda. Mesmo ponderando a questão da idade de ambos, Miguel, então com cerca de 32 anos (e não se pode dizer que, à época, uma tal idade fosse precoce para uma primeira viagem a Itália), leva clara vantagem sobre Francisco, pois não se está a ver como este, mais velho pelo menos vinte anos, pudesse ter ainda ambições profissionais no *aggiornamento* da sua carreira.

A ser verdade tratar-se de Miguel e não de Francisco, uma dúvida remanescente merece ainda melhor reflexão: a razão pela qual viaja ele a Itália a instâncias do Duque de Bragança? Em bom rigor não é uma questão menor sabê-lo, pois é bem conhecido o investimento mecenático da Casa de Bragança em «bolseiros» e agentes culturais, particularmente enviados a Itália. E as razões de tal investimento são claras: permitir aos Duques estar a par da vanguarda do conhecimento técnico, das práticas culturais e das novidades artísticas, de que a arte da edificação militar é uma das mais importantes. Ora, a construção da «fortaleza» de Vila Viçosa, verdadeira atualização em solo nacional do melhor que os arquitetos italianos produziram no domínio da fortificação moderna, pode ter sido o «óbvio» pretexto da viagem de Miguel a Itália em 1532. E comprovando-se este facto, uma hipótese de trabalho ganha aqui uma inesperada acuidade: a de que o castelo artilheiro de Vila Viçosa, edificado presuntivamente no «arranque» do governo de D. Teodósio I, possa ter como protagonistas a curiosa associação familiar de dois mestres, um deles bem conhecido da Casa Ducal¹¹. Este cenário, com efeito, permite imaginar que uma tal obra pudesse ter sido entregue de empreitada a Francisco de Arruda, este entretanto sucedido ao irmão no cargo de mestre das obras da comarca do Alentejo (1531), segundo projeto trazido de Itália por Miguel de Arruda ou já da autoria do jovem arquiteto (Fig. 1). Diga-se, a este propósito, que uma tal cumplicidade laboral e familiar já foi por nós «pressen-

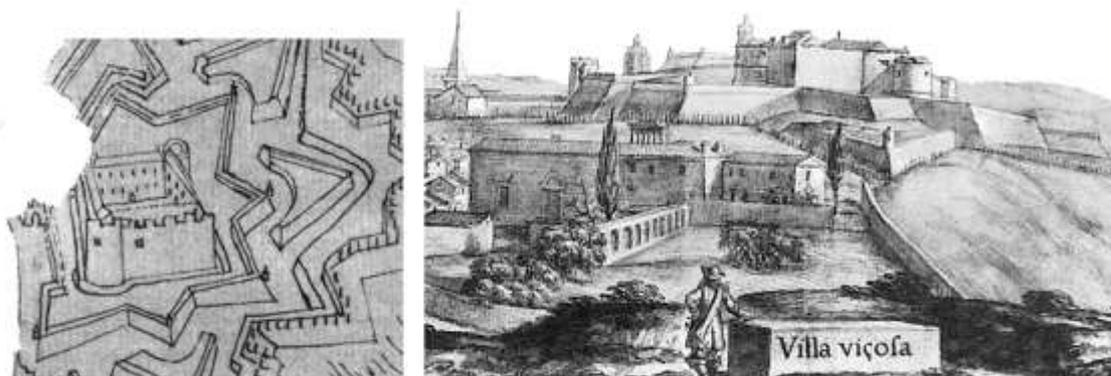


Figura 1. Castelo artilheiro de Vila Viçosa: (esquerda) pormenor de planta do séc. XVII (Bibliothèque Nationale de France, Paris, *Ville et chateâu de Villa viciosa*, P188796); (direita) pormenor da imagem de Pier Baldi (1669).

¹⁰ A propósito deste episódio artístico levado a cabo por Francisco de Arruda no Aqueduto de Évora, em 1535, temos defendido que o mesmo assinala a última manifestação do «gosto» manuelino no contexto das obras régias. Cf. BILOU, 2010: 85.

¹¹ Francisco de Arruda, com efeito, foi o mestre preferido do Duque D. Jaime nas fortificações alentejanas propriedade da Casa de Bragança, casos de Portel (1510) e Évora Monte (1525; 1531).

tida» na construção do Aqueduto da Água da Prata, em Évora, particularmente em duas obras de talhe classicista executadas entre 1536-1537 - a caixa de água da Rua Nova e o chafariz da *Praça Grande*¹².

Em defesa desta tese sublinhe-se que a cronologia revelada pela nova documentação sobre Miguel de Arruda também se presta a fazer coincidir geograficamente no Alentejo a primeira atividade do arquiteto. Aliás, suspeitamos de que o cargo de «mestre das obras Batalha» tivesse sido mais honorífico do que operativo, que mais não seja pelo simples facto de Miguel Arruda residir ininterruptamente em Évora entre os anos de 1535 a 1540. A comprová-lo há muito que se conhece o assento de batismo de sua filha Hipólita, cerimónia presidida pelo ilustre *mestre* André de Resende e apadrinhada pelo arquiteto Diogo de Castilho¹³. Diga-se, a este respeito, que André de Resende decerto se equivocou no nome da mulher de Miguel de Arruda (Isabel Mendes) trocando-o pelo nome da comadre (Isabel de Soure) e que Diogo Castilho era, de facto, o conhecido arquiteto radicado em Coimbra, pois nesse ano ele viera a Évora «despachar» com o rei o andamento da empreitada de Santa Cruz¹⁴.

Mas outros documentos (a maioria inéditos) atestam a permanência de Arruda em Évora e, de certo modo, confinam o seu raio de ação ao espaço regional entre 1535 a 1540. Além da sua conhecida e bem fundamentada participação na edificação da igreja e mosteiro de Nossa Senhora da Graça, que o ocupa em sucessivas empreitadas de 1536 a 1542¹⁵, vejam-se os seguintes exemplos:

- Em outubro de 1535, por alvará régio redigido em Évora, D. João III manda pagar a Miguel de Arruda 12.000 reais por uma parede no Convento de São Francisco de Évora *ao longo da Rua que vayera o paço asy nos botareos que ffez na dicta parede como dentro nas capellas*¹⁶.

¹² Cf. Francisco BILOU - *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora. 1533-1537*. Edições Colibri, 2010.

¹³ *Aos xxvi dias d'agosto de 1535 Eu frei Andre de Resende, por licença do Cardeal nosso Senhor e do cura, baptizei hipolita filha de Miguel da Arruda e de sua legitima mulher Isabel de Soure foram compadres Francisco Lopes Leitam e Diogo de Castilho e comadre Isabel Mendes e por memoria e testemunho de vida assignei aqui / frei Andre de Resende*: Arquivo Distrital de Évora (A.D.E.), *Paroquiais da Sé de Évora*, Liv. 1, cx. 1, fl. 20v.

¹⁴ «Eu vi o debuxo da ordenação do colégio que trouxe Diogo de Castilho [...] mandei fazer outra ordenança em que fica a obra lançada mais abaixo para a cidade [...] como vai em o debuxo que leva Diogo de Castilho. Vede o e praticai ambos nisso [...]»: Cátia Teles e MARQUES, «Na Torre dos Sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Um tesouro de moedas medievais e dois desenhos quinhentistas». *Revista de História da Arte*, Nº 9, 2012, p. 16. É documento datado de 17 de Abril de 1535.

¹⁵ Por todos: Manuel BRANCO - *A Construção da Graça de Évora (contexto cultural e artístico)* (dissertação de mestrado em História da Arte). FLUL, 1990.

¹⁶ Biblioteca Pública de Évora (B.P.E.), *Convento de Santa Clara*, Liv. 50, doc. 20. Miguel de Arruda recebeu essa verba em Évora, no dia 2 de Novembro 1535, apondo-lhe o autógrafo que aqui publicamos. Agradecemos a Manuel Branco a partilha desta informação inédita por ele encontrada e estudada. Aproveita-se igualmente esta circunstância para dar conhecimento de outros documentos inéditos constantes do mesmo livro, todos relacionados com uma importante campanha de obras intestinas na igreja de São Francisco de Évora promovidas por D. João III e coincidindo com a sua presença em Évora: Doc. 23 – Alvará do rei para o Recebedor das capelas de São Francisco desta cidade de Évora «que de qualquer dinheiro que do Rendimento delas teverdes des a mestre João organista 30.000 reais que lhe mando dar em começo de

- Aos xxx dias do mês de julho era de bc xxxbj (1536) eu João Velho cura bantezey Bellchior filho de Francisco Pires e de Maria Pires sua mulher, compadres Ruy Fernandez pidreiro e Myguell d'Arruda e comadres Beatriz Alvares e Luzia Nunes¹⁷;
- Aos xxix do mes d'outubro de bc xxxbij (1537) eu João Velho cura bautizey Isabel filha de Diogo Torralvo (sic) e de sua mulher Catarina d'aRuda compadres Duarte Muniz e o Doutor Fernam Nogueira, comadres Catarina Gonçalves e Guiomar Gonçalves¹⁸;
- Aos 7 de fevereiro de 1538 batizey fernando filho de Joam Fernandes e Guyomar nunes sua mulher e foram padrinhos Mjgell d'aRuda e Diogo de Toralva e madrinhas catarina soure e Isabell Mendes¹⁹;
- Aos xbij (17) dias do mes de nouembro era de bxxxbij (1538) eu Joam Velho cura bautizey Antonio filho de Fernam d'Eanes Cansado e de sua mulher Catarina Diaz compadres Francisco d'aRuda e Mjguell d'aRuda e Antonio d'aRuda / comadre Catarina d'aRuda²⁰;
- Aos 5 de dezembro de 1538 anos batizey Lujs filho de Mjgell d'aRuda e de Isabell Mendes sua legitima mulher e foram padrinhos o doutor Fernam Nugueyra e Manuel Souree e Ysabel Mendes e Catarina d'aRuda e a parteira Ysabell Martinz²¹;
- Ao primeiro dia de janeiro de 1539 eu Manuel Afonso que hora tenho cargo de cura em igreja de samto Amtão desta cydade de Evora bautizei a Isabel filha do doutor Francisco Nogueira e de Cezylia Soure compadres Manoel de Sore e Mjgell d'aArruda comadres a filha de Manoel de Sore²²;
- Aos xbj de feureiro de mil bc xxx ix (1539) bautizei a Francisco filho de Joham Fernandes Giraldo e de sua mulher Brites Alvares desta cidade forão padrinho Mjgel d'aRuda e Antonio d'Azevedo e Maria Monteiro mulher d'Eitor Mendes e a Barbanca a parteira (...) ²³;

pagou de que ha daver por os orguãos que pera o dito mosteiro ha de fazer (16 de Dezembro de 1532); Doc. 27 – Alvará do rei para o recebedor das capelas de São Francisco, Digo Lopes, dar a Pedro Picardo 13.525 reais que lhe «montou a obras das vidraças que Reparou no dito mosteiro» (4 de Maio de 1535); Doc. 30 – Alvará do rei para que dos «sobejos das capelas (de São Francisco) pagarem aos officiais que no mosteiro fizeram obras» (1537); Doc. 32 – Pagamento a Manuel Galindo, ferreiro, «por certas obras de ferro e outras coisas que fez para a dita casa» (de São Francisco) (1536).

¹⁷ A.D.E., *Paroquiais de Santo Antão de Évora*, Liv. 1, Cx.1, fl. 40.

¹⁸ *Idem*, fl. 81v. Isabel deve ter morrido muito nova, pois sabe-se que o casal deixou casas na Rua de Alconchel, em Évora, e que na venda das mesmas, em 1567, ano em que morreu Catarina de Arruda (Torralva havia morrido no ano anterior), continuavam vivos os filhos Diogo, Catarina, Luísa e Cecília (estes dois últimos professos); António de Arruda e Francisco (de Arruda?) já haviam morrido entretanto. Cf. Manuel J. C. BRANCO – A Fundação da Igreja do Bom Jesus de Valverde e o Tríptico de Gregório Lopes. *A Cidade de Évora*. N^{os} 71-76, 1988-1983, p. 68.

¹⁹ A.D.E., *Paroquiais da Sé de Évora*, Liv. 2, cx. 1, fl. 38v.

²⁰ A.D.E., *Paroquiais de Santo Antão de Évora*, Liv. 1, cx. 1, fl. 108v.

²¹ A.D.E., *Paroquiais da Sé de Évora*, Liv. 2, cx.1. fl. 69. Por este documento se reforça, também, a proximidade familiar entre Miguel e Catarina de Arruda. Note-se, ainda, que o Doutor Fernão Nogueira foi «Recebedor das obras da Sé», pelo menos entre 1542-1553, mas o vínculo ao Arcebispado de Évora começara à volta de 1525 como se prova pelo seu próprio testemunho: (...) *também escreveu que pedisse a V. A. me fizesse merçe de me confirmar a procuração que tenho da mesa pontifical e obra desta see* (de Évora) *por que ha xb ou xbj anos que siruo* (...): É documento escrito em Évora, a 4 de janeiro de 1541: A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 69, n^o 3.

²² A.D.E., *Paroquiais de Santo Antão de Évora*, Liv. 1, cx. 1, fl. 139.

²³ A.D.E., *Paroquiais da Sé de Évora*, Liv. 2, cx. 1, fl. 77; Espanca, *ob. cit.*, p. 211.

- Aos bij de Junho de 1539 anos eu Francisco Anes cura desta Se bautyzey Gyll filho de Antonio Fernandes e de Felypa Rodrigues forão compadres Mygell d'aRuda e comadres Isabell Martins e Lyanor Camylia (...) ²⁴;

- Oje sete dias do mês de novembro (de 1540) eu Manuell Afonso cura de santo Antam bautizei a João filho de Bastiam Vaz buticario e Filipa Rodrigues compadres Mjguel d'aRuda e João Vieira comadre Margarida Alvarez parteira Brites Nunes ²⁵.

Do role de documentos acima revelados sublinhem-se estes dados importantes: a presença de um núcleo familiar dos Arruda (Francisco, Miguel, António e Catarina) a apadrinhar um batismo em 1538, facto que verosimilmente constitui prova de que Miguel pode ser filho de Francisco de Arruda ²⁶; a existência (até agora desconhecida) de Luís, segundo filho de Miguel de Arruda (acaso deferência ao Infante D. Luís?); a presença em Évora de Diogo de Torralva (até agora indocumentada entre 1537-38), já então casado com Catarina de Arruda, filha de Francisco e possível irmã de Miguel, facto que além de mostrar a proximidade entre os dois arquitetos também aporta um dado novo sobre a presença na cidade do célebre mestre do claustro de Tomar, aliás muito próximo de Duarte Moniz, *recedor* da obra do Aqueduto da Água da Prata entre 1533 a 1539 ²⁷; finalmente a maior certeza (agora) de que Torralva e a filha de Francisco de Arruda viviam em Évora e eram moradores na área da paróquia de Santo Antão, muito provavelmente nas casas da Rua de Alconchel que foram vendidas em 1567, por morte de Catarina de Arruda ²⁸.

Se Túlio Espanca afiança ter encontrado documentos que dão Miguel de Arruda em obras na Sé de Évora cerca de 1540, o que quadra bem com a documentação atrás revelada, a permanência do arquiteto na cidade comprova-se até meados desse ano, pois dele e de 1540 ²⁹ é a traça da igreja de

²⁴ *Idem*, fl. 87; *Ibidem*, *idem*.

²⁵ A.D.E., *Paroquiais de Santo Antão de Évora*, Liv. 1, cx. 1, fl. 166vº.

²⁶ É discussão ainda em aberto. Manuel Branco assevera-nos que de toda a documentação encontrada onde contam filhos de Francisco de Arruda em nenhuma se encontra o nome de Miguel de Arruda.

²⁷ Veja-se o que sobre isso escrevemos: Francisco BILOU, *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata em Évora, 1533-1537*, Edições Colibri, 2010. Sobre esta notável obra, veja-se o estudo mais recente: Nuno Miguel Maia da SILVA – *Claustros Serlianos em Portugal, 1558-1635* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da FCT/ UC. 2012.

²⁸ Cf. BRANCO, 1988-93: 68.

²⁹ ESPANCA, 1966: p. 19. Não é estranha, aliás, esta ligação ao arcebispado de Évora, com raízes familiares atestadas, pois já em 1528 Diogo de Arruda deu parecer sobre uma obra de reformulação da capela de São Lourenço na Sé de Évora: *Ha vossa alteza aprouve por serviço de deus e do culto deuino prouer esta sua Se d'ornamentos de que tem muia neçesidade e por que ho recebedor da obra nam sabe que cousa he pontifical comprido como vosa alteza diz em seu aluara rreçeo de despender majs dinheiro do que vossa alteza a por bem que se nelles gaste e por tanto veyo rrequerer ao Cabido que escreuese a vossa alteza e lhe apontase quantas peças se contem em hum pontifical conprido que sam Senhor bj (seis) capas pera bj (seis) ceptos e huma outra capa pera o prestes (presbítero) que celebra e pera a mjssa sua casula e duas dalmatigas e frontal tudo de hum theor Senhor também o Cabido faz saber a vossa alteza como ho sacramento esta no tesouro e pella multidam dos clérigos que entram a se vistir pera dizerem mjsas e pessoas que entram pera o adorar as vezes nam podem dexas de fazer tam grande tumulto que parece escamdalo ao pouo pollo que Senhor nam he lugar onesto nem conujnjente pera estar pedimos a Vosa alteza que ho mande pasar na capela de sam Lourenço que esta de fronte do tesouro ou em sajindo do tesouro a mão esquerda na testa do cruzeiro que fará major devaçã e desacupara a*

Santa Clara de Estremoz³⁰. A carta da abadessa deste convento dirigida ao rei que encontramos na Torre do Tombo é inequívoca:

Senhor // ha madre abadessa e freiras do moesteiro de samta clara desta vila d'estremoz as quaaes Rogamos cada dia ha noso Senhor acreçemte hos dias da uida e estado a vosa alteza a seu samto serujço lhe fazemos saber como por ha jgreja deste moesteiro estar pera cayr foy forçado se tirar a telha e madeira dela e esta asi descuberta em maneira que não podemos Rezar as oras canonicas hem o coro primçipallmente como he tempo d'aguoa ou vemto nem se pode dizer misa na capella por ser mujto devasa hem o tal tempo e todas Reçebemos mujta descomsolação por nom podermos dizer hos ofiços diuinos como desejamos e ho deuemos fazer pidimos a v[o]sa alteza por serujço de deus e por nos fazer esmola e merçe mande ao coregedor que desta casa tem mujto cuydado do que a ella cumpre e de oulhar por todas as cousas della por lhe parecer que em isso serve vosa alteza e por nos asi lho Rogarmos que ponha em pregão a obra desta jgreja da maneira que Mjguell d'aRuda disse que lhe parecia que se deuja fazer por ficar asi mais pequena e devota por que amtes ho deixaRemos de comer e nos poremos em mais neçesidade do que estamos com ho ano ser tal pera que se gaste em ha obra e com ajuda de nosso senhor e de vosa alteza se fara loguo por que a obra he pouqua e esta casa ficara mais Recolhida e reformada como ho esta por vosa alteza nos fazer merçe em oulhar por ella nosso Senhor por mujtos anos acreçemte os dias e estado de vosa alteza e da Rainha nossa Senhora e filhos a seu santo serujço aos dez dias d'outubro de mjll e qujnhemtos e quoremta³¹. Em visita recente que fizemos ao local e apesar das profundas reformas havidas no espaço religioso subsequentes à extinção da comunidade religiosa em 1551³² (Fig. 2), avaliamos e fotografamos a úni-

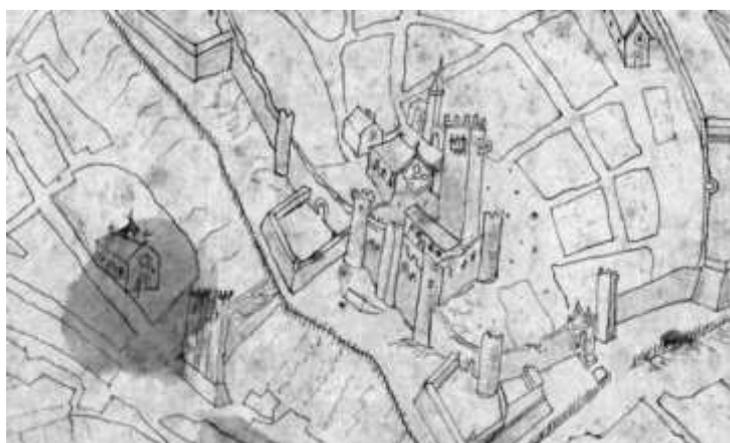


Figura 2. Antigo mosteiro de Santa Clara. Pormenor de planta de Estremoz (séc. XVII) (Bibliothèque Nationale de France, Paris, *chateau et la ville haute et basse d'Estremoz*, P145917).

da capela e esto mesmo pareceo a Diogo d'Arruda com quem o proticamos e pera isso fez huma mostra de de (sic) huma capela que leua pera amostrar a vossa alteza: ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 39, n.º 68. Agradecemos ao Dr. Manuel Branco a leitura paleográfica deste inédito. Sublinhado nosso.

³⁰ A igreja e mosteiro haviam sido profundamente reconstruídos no reinado de D. Manuel. Curiosamente, Pedro de Arruda, irmão de Miguel, veio em 1519 participar nas obras, de que se lhe pagou 160 reais de aluguer de duas bestas que o trouxeram a ele e às ferramentas: A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 80, n.º 172.

³¹ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 68, n.º 51. É documento inédito, aqui transcrito por lição do Dr. Manuel Branco a quem nos confessamos gratos. Sublinhado nosso.



Figura 3. Cúpula da capela-mor da antiga igreja das clarissas de Estremoz.
Miguel de Arruda (c. 1550)

ca peça que, indiscutivelmente, é traça de Miguel de Arruda – a capela-mor da antiga igreja clarissa (Fig. 3). Não só essa «assinatura» é patente nas soluções arquitetónicas e decorativas ao romano como bem viu Túlio Espanca³³, sobretudo no desenho da cúpula, como sabemos documentalmente por carta da Câmara de Estremoz ao rei que essa parte da obra foi de facto construída por esses anos, estando já pronta em 1550. É este o documento:

*Senhor // Os vereadores e procurador da villa d'estremoz fazemos saber a vosa alteza como polla jgreja do moestejro de samta crara desta villa estar pera cayr o madejramento della por estar podre e asy huma parede que fara grande dano e perda aos vizinhos e cayndo mujtas pesoas coreram mujto perjgo **se deribou della e se tornou ha fazer per mandado de vosa alteza a capella majs pequena a quall esta fejta d'abobeda muito boa segumdo sua grandura e prençepiada a parede** e pera se acabar a dicta obra e se poder dizer mjsa em jgreja parece que com cinquenta mjll reaes se acabara e por abadesa que ora he Lianor de Mello e frejras e comvemto estar tamto Recolhido e(m) aubydiencia*

³² «Parecendo conveniente ao Senhor Rey D. João, que o Mosteiro de Santa Clara de Estremòz se defizesse, pedio ao Summo Pontifice Paulo III autoridade, para que as Religiosas delle se repartissem pelos Mosteiros de Santa Clara de Évora, Beja, e Portalegre; e sendo commettida esta ordem ao nosso Reverendissimo Fr. André de Insua, Ministro Geral, mandou ao nosso Provincial Fr. Francisco da Conceição que executasse a Bulla Pontificia, e Decreto Real. Para este fim passou huma Patente em 8 de Mayo de 1551, pela qual mandava fosse desfeito o Mosteiro; e pondo-se logo tudo em execução, enviou quatro religiosas delle para o de Santa Clara de Portalegre»: Frei Jerónimo de BELÉM – *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*. Liv. VI, Cap. III. Lisboa, 1753, fl. 9.

³³ «Resto evidente da igreja de Santa Clara, a cúpula do santuário, se secção quadrada, repousando em pendentes de conchas-vieiras, foi concebida e decorada na arte da Renascença, em data imprecisa de meados do séc. XVI, pelos habituais retablitos clássicos, esgrafitados e de baixo-relevo, de estuque, na representação de motivos híbridos zoo-antropomórficos, como grifos, esfinges, aves geminadas, serpes, sagitários e outras quimeras, medalhões com máscaras, albarradas, anjos bifaces e os leões dos Henriques com a torre estilizada, que pode representar marca de padroado»: Túlio ESPANCA – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Academia Nacional de Belas-Artes, Vol. I, 1975, p. 175.

de sam Francisco d'auservançia e mjnestro della toda esmolla e merçe que vosa alteza lhe fezer sera a ellas grande comçoçam por que ha tempos prjmcipallmente no ymverno nam se pode dizer mjsa na capella que esta fecta e não se dizendo mjsa ou dizendose demtro huma e outra cousa e ymcom-vynjente e com a dicta esmolla e merçe ficara majs Recolhido e majs a louvor e serujço de deus e de vosa alteza e a esta villa asy mesmo fara grande merçe pello contentamento que tem da ordem e de seu vyuer e d'auservançia em que ora estam e do sobejo do Rendymento das capellas de vejros e da do curvo que em mujto lhe pode fazer avendo per seu serujço noso Senhor acreçente a vida e Reall estado a vosa alteza esprita em camara aos xxjx dias de julho Belchior Cota esprivam da camara a fez de 1550 anos³⁴.

Em 1541 Miguel de Arruda ausenta-se da cidade e do reino em viagem bem documentada a Ceuta. Nesta cidade norte-africana o arquiteto eborense encontra-se com o engenheiro militar Benedetto de Ravena (1485-1556) a pedido de D. João III³⁵.

Regressado ao reino e à sua cidade natal, Miguel de Arruda já se encontra de novo na cidade nos primeiros meses de 1542, altura em que se documenta na obra de condução do *Cano Real* à nível casa dos Agostinhos de Évora:

*Juiz Vereadores e procurador da cidade d'evora Eu el Rey vos envio muyto saudar eu fuy ora Informado que **fazendo Miguel d'aRuda o cano per vir a agoa do chafariz da praça ao mosteiro de nosa senhora da graça** os Almoçates desa çidade embargarão a obra per voso mandado e lhe mandarão com pena a nom fezese atee mostrarem minha provisão pera iso E por que eu vy por bem que a dita agoa vaa ao mosteiro vos mando que logo esta carta vos for dada façais alevantar o dito embargo pera a dita obra Ir por diante e se fazer E o cano vira asy como esta começado pelo adro de sam francisco e por quaees quer Ruas que for necessario atee ho chafariz (...) Jorge Rodrigues a fez em lisboa a xbi (16) dias de março de 1452³⁶.*

No decurso desta tarefa de ampliação do Aqueduto da Água da Prata a partir do adro da igreja de São Francisco – onde a água chegara provavelmente em 1539 à «torrinha» dos Paços Reais (com muita probabilidade obra também de sua autoria)³⁷ –, D. João III envia de novo Miguel de Arruda a

³⁴ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 84, n.º 121.

³⁵ DIAS, 2000: 39-40. Recorde-se que a 25 de Maio de 1541 Miguel de Arruda chega a Ceuta na companhia de *Micer Benedito* para estudarem e proporem obras de fortificação na cidade. O capitão de Ceuta, D. Afonso de Noronha acompanhou os dois arquitetos dando conhecimento ao rei destes contactos. Da visita resultou um plano de fortificações que, segundo o capitão de Ceuta, tornava a praça norte-africana inexpugnável. Em Junho de 1541, Miguel de Arruda encontra-se em Ceuta na companhia de Benedito de Ravena. De lá escreve D. Afonso de Noronha ao rei sobre este encontro, do qual se conclui quão próxima era a relação de amizade entre os dois arquitetos: VITERBO, *Diccionario...*, I, p. 67; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1.º mç. 69, n.º 125.

³⁶ A.D.E., *Originais da Câmara de Évora*, Liv. 75, fl. 88. Sublinhado nosso.

³⁷ Conhece-se bem a quitação a Duarte Moniz da empreita do Aqueduto, de «cinco anos, quatro meses e quatro dias», entre 30 de outubro de 1533 e 3 de março de 1539. Como a inauguração da Água da Prata ocorreu no dia 28 de março de 1537, uma «quinta-feira de lava-pés», bem se pode admitir que a data limite de 1539 seja, de facto, o término da obra em S. Francisco, junto ao Paço Real. Cf. BRANCO, Manuel J. C. e BILOU, Francisco, «A obra do Aqueduto da Água da Prata, em Évora: dois testemunhos inéditos», *A Cidade de Évora*, II Série, Nº 8, 2009, pp. 231-260.

Estremoz «a ver a água da Fonte Nova» e «outra que chamam do meirinho», para se certificar qual das duas «era mais conveniente por se poder trazer mais perto da vila com menos custo e se podia fazer que corresse de bicas» (Fig. 4). É este o documento integral:

Senhor / Migell d'aRuda veo a esta vila como vosa alteza lhe mandou e vio (a) agoa da fonte nova que se cobrou e quanta he e em tempo tão seco e certo que foi com trabalho os penedos grandes e altos se quebrarão e a maneira que em isso se teve para se descobrirem os canos da agoa que são quatro ho qual empedimento era tanto que a fonte se sequava a entrada do verão e ora tem muita grande avondança d'agoa e contudo fica tão baixa para se fazer obrra que parece que em sequando ela he em parte tão publica e de tantas estradas que por mais que se faça ade ficar a obrra de pouqa vista e pulicia e as molheres hão de tomar agoa não muito em pe e se vira melhor (a) fazer onde vosa alteza enventou (sic) Migel d'aRuda que ora huma e outra cousa viu dara disso mais certa conta a vosa alteza e o empedimento que a vila tem he parcer lhe que o custo sera grande ho que vosa alteza ouver por bom serviço que se faça a vila deseja isso fazer porque bem ve a muyta merce que vosa alteza lhe faz na lembrança que tem de mandar ver a obrra e ho que de melhor pode fazer em ela para mais nobreza da vila.

Outra agoa e fonte vio Migel d'aRuda que se chama a fonte do meirinho de boa quantidade que se pode trazer mais perto da vila e não com muito custo e se trazer a lugar mais conveniente e mais perto e Junto da estrada principal e que caia de bicas da qual outro sy dara conta a vosa alteza e se fara como mais ouver por serviço porque dinheiro ha da emposição das carnes vinhos e pescados para se poder trazer logo a qual emposição vosa alteza fez merce a esta vila ha quatro anos para obras publicas dela / nosso Senhor os dias e Reall estado a vosa alteza muytos anos acrescente D'estremoz vinte e sete dias de setembro de 1542³⁸.

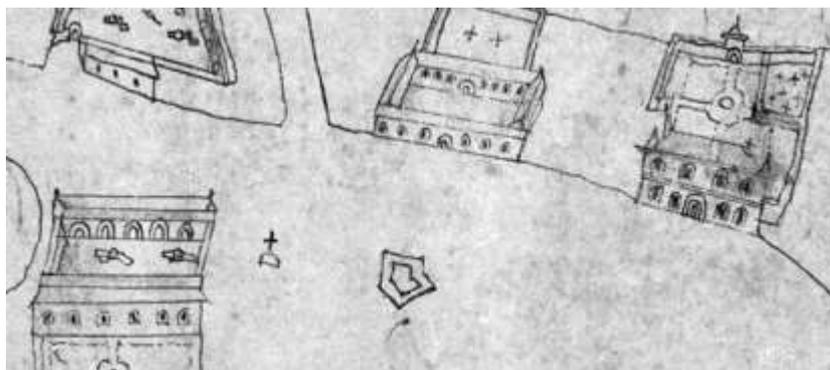


Figura 4. Representação da Fonte Nova. Pormenor de planta de Estremoz (séc. XVII) (Bibliothèque Nationale de France, Paris, *chateau et la ville haute et basse d'Estremoz*, P145917).

Apesar desta supervisão e decerto da realização do respetivo projeto, desconhecemos se o reforço no abastecimento de água a Estremoz foi concretizado como há muito o município estremocense re-

³⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 72, n.º 121.

clamava³⁹. Sabe-se, isso sim, que passados dois meses, a Câmara desta localidade fazia sentir ao rei as dificuldades financeiras para prosseguir algumas obras *que estão hem aberto (e) outras que sam as da fonte nova e da fonte do mejryno que sam obras boas e proveitosas e neçessarias a villa e enobrecymento della e am de ser de custo e o conçelho nam tem Remdas para nenhuma cousa*⁴⁰.

Nesse ano de 1542 terminam as obras do claustro da Graça de Évora e a aparente ligação contratual de Miguel de Arruda ao cenóbio agostinho. Este mesmo ano assinala a saída definitiva do arquiteto da cidade alentejana. Sintoma desse facto é a completa ausência de notícias suas ou de sua mulher nos registos paroquiais da Sé e de Santo Antão após esse ano. Presume-se que o seu vínculo cortesão como «cavaleiro da casa del-Rei» e naturalmente seguindo as itinerâncias de corte o obrigue a afastar-se definitivamente da sua residência alentejana. Sintoma desse facto é a notícia de que a 24 de dezembro de 1545 ele faz parte do role «da gente cortesão contínua que está nesta vyla d'Almeyrim», tendo então quatro pessoas a seu cargo⁴¹. Só no início da década de cinquenta desse século Miguel de Arruda ressurge documentado em Évora como testemunha do casamento de Antão Boutaca com Júlia Nogueira, cerimónia acontecida aos 15 dias de novembro de 1551⁴². Esta Júlia Nogueira era filha do doutor Fernão Nogueira, de quem Miguel de Arruda parece ter sido muito próximo, o qual, ligado desde 1525 ao Arcebispado de Évora, exerceu o cargo de «Recebedor da obra da Sé», pelo menos entre 1542 e 1553⁴³. Este facto não será indiferente ao conhecido vínculo que por estes anos Miguel de Arruda firma com o arcebispado de Évora⁴⁴.

Esta vinda de Miguel de Arruda a Évora deverá ter sido episódica pois há muito que o arquiteto se radicara em Lisboa, estanciando junto da corte. Era precisamente nesta cidade que se encontrava em 1555 quando, a mandatado por D. João III e em pareceria com Diogo de Torralva (então já «medidor das obras do reino»), acompanha a obra do muro de sustentação da colina do Castelo de São Jorge. Dado tratar-se de documento de grande interesse histórico e inédito aqui fica a sua transcrição integral:

A xi (11) deste mes m'apresentou hum escrivão huma pjtçam com huma portaria do L^{do} cristovam memdes que manda v. a. que respomda (a) ella pera com mjnha resposta prover como for seu servjço e pojs v. a. quer mandar por isto em hordem de justiça diguo q. faço a saber a v. a. que me (é) cristo-

³⁹ Nos apontamentos da câmara de Estremoz enviados a D. Manuel (9.11.1513), estando o rei nesta localidade já se pode ler: (...) *direis a sua alteza como a fonte noua desta villa nom lança agoa pelas bicas por estarem altas*: A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 13, nº 97.

⁴⁰ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 73, n.º 21. É documento de 20 de novembro de 1542.

⁴¹ (...) *migel d'arruda tem quatro pesoas*: A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 240, doc. 62. Agradecemos a Rafael Moreira a partilha desta referência documental, a quem nos confessamos gratos. Note-se, no entanto, que estas quatro pessoas deverão ser familiares dependentes, mulher e filhos.

⁴² A.D.E., *Paroquiais de Santo Antão de Évora*, Liv. 3, cx. 1, fl. 121v.

⁴³ B.P.E., Cod. CVII/1-29, fl. 198.

⁴⁴ *Miguel d'aRuda tem cada ano do Cardeal dous moios de trigo pagos pelo Rendimento do mosteiro de Alcobaça*: B.P.E., Cod. CVII/1-29, fl. 189v. Note-se que o arquiteto beneficiou deste vínculo à Casa de D. Henrique pelo menos entre 1551 até 1554.

vam memdes sospeito e allem de o ser mujto amjguo e compadre dalguns destes omens pelo que foy sempre contra esta obra quamto pode e asi majs o vreador (sic) que ade trabalhar por livrar a cidade e por yso peço a v. a. que o detremjne com quem ouuer por seu servjço he nam com elle.

E quanto o que este omens dizem hem sua pjtçam que o cham q. lhe v. a. mamdou tomar por omde vai o muro foi pera s'acrecemtaem as mjnhas casas faram mal por que v. a. nam no mamdou tomar-se nam pera lhe segurar as suas e outras mujtas e polo mujto dano que Reçeberia a cidade quando esta baroca que tamto perigo estava que não havia pedreiro que quisesse amdar hai que sabido he o pouquo que s'acrecenta nas mjnhas polo mujto a camber (sic) que ho muro leva nem a mim nunca me lembrou se não seguralas.

Ho q. passa e que v. a. falou mujtas vezes com os vreadores passados sobre a seguramça desta baroca e sobr'iso mamdou fazer mujtas diligencias e com estes d'agora aquabou d'asentar fazer este muro ao lomgo dela no firme da terra de dez palmos de largo e disto mandou v. a. passar aluara pera eles que m'obrigasem per contrato a fazer o djto muro o qual lhe fiz com gramdes obrigaçõis que me meterão nelle de o fazer tão forte e seguro que em nenhum nenhum (sic) tempo posa quajr e quajndo ou aRunhamdo (sic) qu'eu ou meus heradeiros pagem totalas perdas q. se fizerem a qual porujsam e comtrato mando a pero carvalho (//) pera apresentar a v. a. e por eles qujs começar o muro senam achar llugar (sic) pequeno nem grande por omde fizesse mandou v. a. a mygel d'aruda e diogo de toralua que fosem ver como isto pasaua e lho viessem dizer e do que lhe disseram mandou v. a. passar outro alua.^{ta} pera dom duarte da costa dizemdo que por ser emformado do gramde perigo que seria nam se fazer este muro com mujta brevidade lhe mamdava que tomase todo o lugar pera jr o djto muro que mjgel d'aruda e diogo de toralua dissessem qu'era necessário pera esta baroca ficar segura e por deles dissessem s'abrisem logo os alicerces e se fizese a obra e que de tudo se fizese auto pera se saber como v. a. isto mandaua o qual se fez que tãobem mando a pero carvalho e por todos esses papeis v. a. qu'a mym diuidamente fizeram estes omes (sic) a pjtção e poos crjstovão memdes a tal portaria quemdo me fazer parte amte v. a. nam no semdo como elle bem sabe porqu'eu njsto não faço majs q. o que a proujsam de v. a. e contrato m'obriga mas amtes destes dez palmos que se derão pera o muro tirou mjguel d'aruda e diogo de toralua parte deles porque ajmda que os autos diguo os que algumas casas tomarão os dez palmos foi porque a metade deles emtrão pollas furnas de qu'eu Recebj mujta perda polla mujta quantidade de terra que se tirou da baroca pera s'emgorcar (sic) o muro e tira cada dia mjlor perecer a dar elle emformação a v. a. do mujto gasto que faço nesta obra tão deferemte de quem cuidava e do que o comtrato de que com o q. tenho ate quj gastado poderá comprar humas boas casas e outras com o qu'esta ajmda esta por gastar.

E do q. dizem estes omens majs em sua pjtçam q. por causa do muro teveram este jmverno grandes perdas com as agoas q. foram se tal porvarem (sic) aquj estou prestes pera lhes pagar todas mas eles não dizem bem por que amtes disso ja o muro hia no amdar dos seus telhados e a barroca ja estava segura asi polo muro jr nesta altura como por estarem ja as furnas todas imtupidas de pedra e qual (sic) e bem se ve porque quajmdo nesta cidade mujtas casas com as agoas que vam as suas (?) nenhuma cousa fizeram nem a baRoca amtes tem Recebido (//) todos jeralmente (sic) mujto proveito com este muro porque aos alugadores qu'estavam nellas de mujto tempo lha levamtaram agora os

*alugeres (são) dous e tres mil rs majs cada cad'ano e hum bastiam afonso com que s'elles acomse-
lhão todos tem alugado agora as suas por mais cimquo mil rs cad'ano estamdo d'antes por treze e
saemlhe forros os iij L xx (370 mil) rs que lhes derão e as casas com mays valia e seguras e as per cau-
sa do alamboor do muro e somente as logias ficão mais pequenas asi que todos fiquão Riquos he eu
pobre nosso senhor acrescemte a vjda e estado a vosa a(teza) feita em lisboa axiij (13) de fevereiro de
mil e q^{tos} e L^{ta} 5 (1555).*

Beijo as mãos a v. a. (assin.) Manuel da camara⁴⁵

Após uma notável obra ao serviço da Casa Real, do arcebispado de Évora e de algumas figuras da mais alta nobreza, como foi o caso de D. João de Castro, o arquiteto permanece em Lisboa no final da sua vida, ocupando-se da sua última obra, a fortaleza de São Sebastião da Barra⁴⁶. Em maio de 1562 vive em sua casa um pedreiro de nome Pedro Fernandes, o qual acaba preso nos cárceres do Santo Ofício acusado de bigamia⁴⁷. Sabe-se da leitura do processo que este mestre pedreiro, decerto oficial muito próximo de Miguel de Arruda, cumpriu pena de desterro na ilha de São Tomé, local onde (e por mandato régio) foi responsável pelas obras da Sé⁴⁸, encargo laboral que cumpriu integralmente como se certifica no último fólio do processo: (...) *Por me ser pedida a dita certidão (...) por achar asym na verdade estar o dito Pero Fernandes mestre da obra nesta dita ilha sendo seu careguo dada sob meu sinall nesta cidade e ilha de Sam Tome aos quatro dias do mes de junho de 1563 annos⁴⁹.*

Acrescente-se que este pedreiro, natural da Batalha, esteve, segundo seu próprio testemunho, a trabalhar em Évora, cidade «onde andou alguns anos» e onde «acabou de aprender o ofício». Vindo posteriormente para Lisboa - com muita probabilidade seguindo as itinerâncias de Miguel de Arruda -, pousava em casa do arquiteto há «ano e meio» quando foi denunciado à Inquisição. Ora, se a esta duradoura relação laboral juntarmos o facto de Pedro Fernandes ter ido a São Tomé «por mandado d'el rei» fazer a obra da sé, parece pertinente supor que a traça enviada de Lisboa também fosse de Miguel de Arruda, o que a ser verdade constituiria o derradeiro projeto ultramarino do mestre eborense⁵⁰. Note-se ainda que em favor da qualidade deste pedreiro se sabe do seu processo que mantinha relações de amizade com o arquiteto António Rodrigues, este titulado (em 1562) «cavaleiro fidalgo da casa d'el Rei e mestre das obras de Setúbal», pois é ele uma das testemunhas presentes no segundo casamento de Pero Fernandes com Camilia Gil, ocorrido em Almeirim cerca de

⁴⁵ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 94, nº 120. Inédito.

⁴⁶ MOREIRA, 1980: 284.

⁴⁷ Pedro Fernandes cristão velho pedreyro que nesta cidade pousa em casa de miguel d'aRuda (...): A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6401, fl. 2.

⁴⁸ *E ha hum anno que andava nesta cidade (de Lisboa) fazendo se prestes para São Thome pera la fazer huma pouca d'obra por mandado del rey nosso Senhor que era fazer a see (...): Idem, fl. 21.*

⁴⁹ *Idem*, fl. 27.

⁵⁰ Ele que já havia traçado uma série de novas catedrais renascentistas: Leiria, Miranda do Douro, Portalegre, Salvador da Baía e presumivelmente Goa. Agradecemos a Rafael Moreira esta informação.

1550⁵¹.

Miguel de Arruda morre antes de 3 de janeiro 1563⁵², sendo substituído, a 25 de outubro desse mesmo ano, pelo sobrinho Dionísio de Arruda no cargo de mestre das obras da Batalha. Com alguma probabilidade (ainda que carecendo de apoio documental) Miguel nascera cerca de 63 anos antes, talvez em Évora, cidade onde então se ensaiava um dos mais importantes episódios da arquitetura tardo-gótica portuguesa – a cobertura da nave da igreja de São Francisco.

Concluindo: o conjunto de novos documentos aqui reunidos sobre o arquiteto Miguel de Arruda, uns adensando informação relevante sobre a sua vida e obra, outros aduzindo dados inéditos sobre o seu percurso artístico, autorizam agora novas hipóteses de investigação. A melhor clarificação sobre a sua hipotética ida a Itália no ano de 1532 e a instâncias da Casa de Bragança obrigará a uma releitura atenta sobre a natureza desse vínculo bem como do eventual protagonismo de Miguel de Arruda no risco do castelo artilheiro de Vila Viçosa. Provado ficou, sem dúvida, o conhecido ecletismo artístico de Arruda com a construção da capela-mor das clarissas de Estremoz e, nesta mesma cidade alentejana, a sua reconhecida competência técnica em duas obras hidráulicas que supervisionou em 1542, justamente quando Francisco de Arruda, não muito longe dali, concluía a primeira fase de construção do aqueduto da Amoreira, em Elvas⁵³. Na busca de elementos documentais sobre o mestre eborense, também se redescobriu Diogo de Torralva, seu possível cunhado, a viver (e decerto a trabalhar) em Évora no final da década de 30 do século XVI, facto que importará melhor apurar, pois essa circunstância pode sugerir um maior protagonismo em obras na cidade ou na sua periferia. E também se identificou um pedreiro de nome Pero Fernandes, formado no círculo artístico de Miguel de Arruda, mestre responsável pela obra da Sé da ilha de São Tomé, possivelmente segundo traça de Arruda feita em Lisboa. E sobre tudo isto a mais certa relação filial a Francisco de Arruda bem como uma reforçada ligação afetiva e laboral a Évora, cidade onde casou, onde lhe nasceram e foram batizados pelo menos dois filhos e onde residiu ininterruptamente de 1535 a 1540.

A assinatura autógrafa de Miguel de Arruda, datada de 1535. O nome 'Miguel de Arruda' está escrito em uma caligrafia manuscrita elegante e fluida, com uma linha decorativa horizontal que se estende para a direita sob o nome.

Assinatura autógrafa de Miguel de Arruda (1535)

⁵¹ «Antonio Rodrigues cavaleiro fidalgo da casa del Rei e mestre das obras de setuval»: A.N.T.T., *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, proc. 6401, fl. 20.

⁵² Agradecemos a Rafael Moreira a partilha desta informação.

⁵³ *Juiz vereadores e procurador da cidade d'elvas Eu el Rey vos envio mujto saudar. Vy a carta que me escrevestes em que dizes como Francisco d'aRuda tem posta a agoa d'Amoreira Junto do mosteiro de sam Francisco onde mandey que chegasse e que a obra he mujto boa e asy o chafariz e me pedijs que a mande acabar por ser cousa tam necessaria e de mujto nobrecimento da cidade comtanto que o pouo nom Receba nisso mais opressão com todo o mais que acerqua disto dizes / eu ouue com todo prazer e ey por bem que a obra vaa por diante e se acabe e farsea com o menos opressão do pouo que possa ser. Jorge Rodriguez a fez em lixboa a iij dias d'outubro 1542: A.H.M.E., Livro 2º dos Próprios, fl. 158. Agradecemos a Manuel Branco a leitura do documento. Sublinhado nosso.*

BIBLIOGRAFIA

- BILOU, Francisco – *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora, 1533-1537*. Lisboa: Colibri, 2011.
- BRANCO, Manuel J. C. - *A Construção da Graça de Évora (contexto cultural e artístico)*. FL-UL, 1990 (dissertação de mestrado em História da Arte).
- BRANCO, Manuel J. C. – A Fundação da Igreja do Bom Jesus de Valverde e o Tríptico de Gregório Lopes. *A Cidade de Évora*. N.ºs 71-76, 1988-1983, pp. 39-71.
- DIAS, Pedro - *A Arquitectura Portuguesa de Marrocos, 1415-1769*. Lisboa, 2000, pp. 39-40
- ESPANCA, Túlio Espanca – *Inventário Artístico do Portugal. Concelho de Évora*, Vol. II, 1966
- GONÇALVES, Nuno Simão – *O Projecto para a Fortaleza de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda* (Dissertação de Mestrado). Coimbra: DAFCT-UC, 2011
- MOREIRA, Rafael – A Arte da Guerra no Renascimento. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: ALFA, 1989, pp.143-158
- MOREIRA, Rafael – *O Arquitecto Miguel de Arruda e o Primeiro Projeto para Salvador*. São Paulo: Caderno de Pesquisas do LAP.37. 2003
- MOREIRA, Rafael – *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa. FCSH – UNL, 1991 (Dissertação de Doutoramento)
- MOREIRA, Rafael – A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal. *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*. Actas do Simpósio Internacional "IV Centenário da Morte de João de Ruão", 1980, Coimbra, p. 284.
- MOREIRA, Rafael, BUENO, Beatriz Siqueira - O desenho de Arquitectura Militar: tipologias e usos. *V Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte*. UA-FCHS, 2001, pp. 15-26
- RUÃO, Carlos – *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal: 1550-1640*. Coimbra: 2006, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 3 vols.
- SANTOS, Reynaldo dos – *Oito Séculos de Arte Portuguesa...* Vol. 17. Lisboa: Notícias ENP, s.d., p. 158
- SANTOS, Reynaldo dos – Miguel de Arruda e a Igreja de Santo Antão de Évora. *A Cidade de Évora*. N.ºs 19-20, 1949, pp. 3-5
- VITERBO, Sousa - *Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, 3 vols.

*Fundo Documental da Comissão Distrital da
Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno*

Margarida Lopes
Universidade de Évora

FUNDO DOCUMENTAL DA COMISSÃO DISTRITAL DA CAMPANHA DE AUXÍLIO AOS POBRES NO INVERNO

Documental Record of District Committee of Aid to Poor in the Winter Campaign

Margarida Lopes*

Resumo

O presente artigo surge de um prévio trabalho de organização e descrição da documentação, realizado pela autora, e tem como intuito dar a conhecer um fundo que, apesar de ainda não se encontrar disponível ao público, concentra em si rica e aprazível informação sobre questões do foro assistencial e trabalho comunitário, durante o Estado Novo. Para tal, pretende-se resgatar informação relevante que possa ser encontrada, confrontando-a com a legislação a si inerente.

Incorporado no Arquivo Distrital de Évora pelo Governo Civil, o fundo documental da *Comissão Distrital da Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno*, também conhecida por C.A.P.I. ou “Socorro de Inverno”, promete contribuir para o estudo da História da Assistência Social, vinculando-se com as iniciativas de cariz governamental de combate à pobreza e abrindo as “portas” ao tema na década de 30 do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: C.A.P.I., assistência social, Governo, pobreza, século XX

ABSTRACT

This article emerges from a prior organizational and description work of the documentation, held by the author, and intends to show a record which, although still not available to the public, focuses itself rich and pleasant information about issues of assistance’s forum and community work, during the Estado Novo regime. To do this, is intended to rescue relevant information that can be found, confronting it with its laws.

Incorporated in Évora’s District Archive by the Civil Government, the documental record of the *District Committee of Aid to Poor in the Winter Campaign*, also known as C.A.P.I. or “Winter Relief”, promises to contribute to the study of the History of Social Assistance, linking up with the government-oriented initiatives to combat poverty and opening the “gates” to the theme in the 30’s of the twentieth century.

KEY-WORDS: C.A.P.I., social assistance, government, poverty, twentieth century.

* Aluna de Licenciatura em História e Arqueologia, com vertente de História da Arte e Património Cultural, pela Universidade de Évora e voluntária no Arquivo Distrital de Évora.

(mslopes00@gmail.com)

“Obedecendo à alta finalidade de realizar obra de justiça social, o Estado Novo instituí o Fundo de Desemprego (...).

Não fica por aí a acção do Governo.

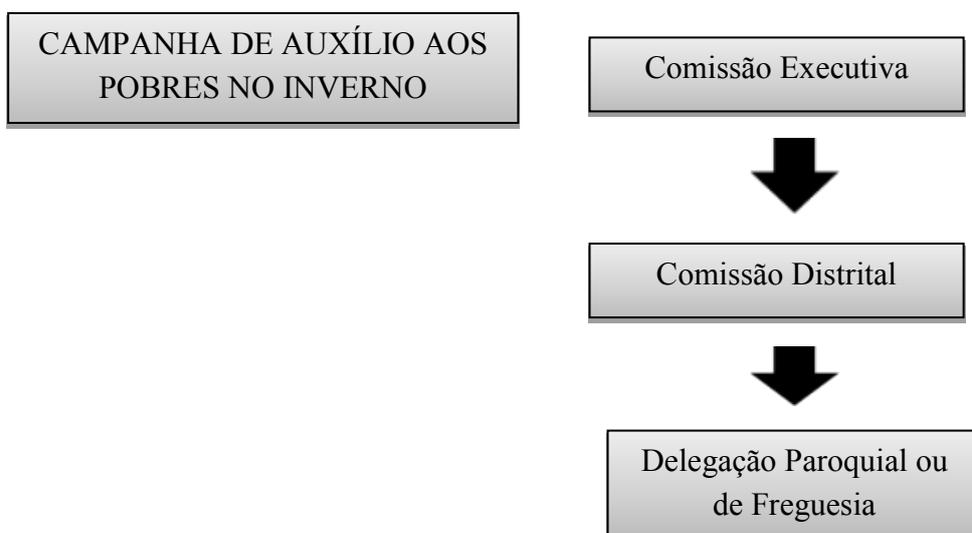
(...)

Estamos quasi em pleno inverno. E embora organismos oficiais e particulares e a caridade individual distribuam diàriamente dezenas de milhar de refeições, ainda há gente a quem pode faltar, por virtude das suas condições de vida ou de saúde, o pão de cada dia. É possível talvez encontrar alguns que passem as noites sem abrigo apesar da instituição benéfica de muitos mas porventura insuficientes albergues.

O Govêrno do Estado Novo, (...) propõe-se organizar imediatamente a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno (C.A.P.I.)”. (Decreto-Lei nº 26:154 de 24 de Dezembro do Ministério do Interior, Diário da República: I Série, nº 299 (1935).

Constituída através do Decreto-Lei nº 26.154, de 24 de Dezembro de 1935, a *Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno* parte de uma iniciativa do Estado com o intento de suprimir as necessidades mais básicas das populações desfavorecidas, que viam a sua realidade a deteriorar-se pela conjuntura económica então presente no país.

Na sua orgânica estrutural, a C.A.P.I. teria como organização de topo a Comissão Executiva, sediada em Lisboa e coordenada pelo Ministério do Interior, tendo por responsabilidades a gerência de toda a atividade a nível nacional. Por sua vez, no que concerne à sua organização nos distritos, estes ficariam ao encargo de uma Comissão Distrital, apoiada em cada localidade pelas Delegações Paroquiais ou de Freguesias.



Quanto à composição das Comissões Distritais, estas seriam constituídas pelo Governador Civil ou um delegado seu, enquanto possíveis responsáveis pela presidência da Comissão Distrital da C.A.P.I., um representante do prelado da diocese e um delegado da Comissão Distrital da União Nacional.

Atribuindo nomes a tais cargos, em Évora a comissão era, inicialmente, presidida pelo Governador Civil substituto, Luiz Moraes Caiiro, sendo mais tarde este cargo ocupado pelo efetivo Governador Civil Sílvio Duarte de Belfort Cerqueira. Por seu turno, serviam de vogais o Cónego António Augusto da Natividade, como representante do Arcebispo de Évora, e o Dr. Xavier de Camarate Campos, delegado da Comissão Distrital da União Nacional.



Fig. 1. Instruções da Comissão Executiva sobre a constituição da Comissões Distritais e Delegações Paroquiais. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 190.

No que remete para as Delegações Paroquiais, estas eram formadas pelo presidente da Junta de Freguesia, que a presidia, pelo pároco e pelo presidente da Comissão Paroquial da União Nacional.

De atentar que estes eram cargos voluntários, sem qualquer remuneração, sobre os quais poderia ser negada a aceitação de tais responsabilidades pelos nomeados a vogais, sendo a sua substituição e nomeação de novos vogais empreendida pelo Governador Civil e presidente da Junta de Freguesia.

Apesar de não vir referido no Decreto-Lei sobre a criação e organização da C.A.P.I., posteriormente, a Comissão Executiva viria a deliberar para, no caso de necessidade, se constituírem comissões nas sedes dos concelhos por se reconhecer a sua intrínseca relação junto das freguesias, facto que não parece ter ocorrido no distrito de Évora.

A C.A.P.I. tinha “*por missão distribuir alimento e fornecer roupa ou abrigo aos indigentes durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro*”¹. Para tal, exigia-se anteriores preparos para que se concretizasse os pressupostos das campanhas nos meses supracitados.

Com as devidas instruções, provenientes da Comissão Executiva, as Delegações Paroquiais propunham uma relação dos mais necessitados na sua freguesia, enviando-se a mesma para a Comissão Distrital de modo a que fossem conferidas tais fichas de cadastro que, por sua vez, eram remetidas, até ao dia 15 de Novembro de cada ano², à Comissão Executiva, de modo a serem deliberados os subsídios, géneros e agasalhos a destinar a cada uma das freguesias.



Fig. 2. Instruções da Comissão Executiva sobre o processo de organização dos cadastros. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 52.

¹ Decreto-lei nº 26:154 de 24 de Dezembro do Ministério do Interior, Diário da República: I Série, nº 299 (1935).

² “Assim, toda a freguesia, Concelho ou Distrito, que, até 15 de Novembro, não tenha feito entregar na Comissão Executiva estes dois elementos [constituição da Comissão Paroquial e cadastro dos indigentes], será excluída do rateio a efectuar.” Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, Instruções da Comissão Executiva para a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, mç. 785, doc. nº 190.

A lei explicitava claramente este procedimento, como adiante se reproduz: “Art. 4.º Cada delegação de freguesia enviará anualmente, e antes do comêço da campanha, à comissão distrital os cadastro dos pobres da freguesia, ordenando em relação às suas maiores necessidades e miséria, e estabelecendo duas categorias: uma formada por aqueles que precisam apenas de alimentação; outra por aqueles que precisarem também de albergue ou de agasalho.

§ único. Recebidas as notas das delegações e obtidas informações sôbre as quais os pobres assistidos em cada freguesia por outras instituições, a comissão executiva fará, dentro dos limite das verbas postas em cada ano à sua disposição pelo Estado, corpos ou corporações administrativas e pelos particulares, a distribuição proporcional dos pobres beneficiados, quanto a cada freguesia, mantendo sempre a margem não inferior a 5 por cento sôbre o total para ocorrer cada comissão distrital, diària-mente, a casos de urgência” (*Decreto-Lei nº 26:154 de 24 de Dezembro do Ministério do Interior*, Diário da República: I Série, nº 299 (1935).

No entanto, se nos primórdios da ação da C.A.P.I. a população sobre a qual se pretendia intervir somente dizia respeito aos indigentes, a partir da III Campanha, isto é, no ano de 1937, surgem dois modelos de fichas de cadastro distintas, alargando-se a intervenção e criando-se duas classes distintas: os indigentes e os pobres.

Assim, a ficha que dizia respeito aos indigentes (modelo nº 9 – branco) frisava somente “*os indivíduos em extrema pobreza que, exercendo ou não a mendicidade, não pôdem, por motivo permanente ou temporário de invalidez, angariar os indispensáveis meios de subsistência*”³. Por seu turno, a ficha dos pobres (modelo nº 31 – azul) referiria aqueles “*que recebam, mensalmente, menos de Esc. 300*”⁴.

³ Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, Cadastro dos Indigentes da Matriz de Borba, mç. 784, doc. nº 2.

⁴ Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, Cadastro dos Pobres da Matriz de Borba, mç. 784, doc. nº 1.

Tabela 1: Contagem dos inscritos para a campanha do ano de 1939⁵

CONCELHO/FREGUESIA	Nº DE INSCRITOS NO CADASTRO DE INDIGENTES	Nº DE INSCRITOS NO CADASTRO DE POBRES
Borba – Matriz	5	34
Borba – S. Bartolomeu	24	27
Borba – S. Tiago Rio de Moinho	5	30
Borba – Orada	28	23
Évora – S. Mamede	20	157
Évora – Torre dos Coelhoos	4	8
Évora – S. Pedro	13	67
Évora – S. Manços	10	4
Évora – Graça do Divor e S. Matias	1	13
Évora – Nossa Sr ^a de Machede	20	88
Évora – Nossa Sr ^a da Boa-Fé e Giesteira	0	59
Évora – Santo Antão	79	101
Évora – S. Miguel de Machede	25	47
Évora – Sé	575	459
Portel – Portel e S. João Batista	86	26
Portel – Amieira	5	23
Portel – Monte de Trigo	13	28
Portel – Alqueva	6	23
Portel – Oriola	10	8
Portel – S. Bartolomeu do Outeiro	26	32
Portel – Santana	2	50
Portel – Vera Cruz	14	35
Redondo – Redondo	89	108
Viana do Alentejo – Viana do Alentejo e Aguiar	18	79
Viana do Alentejo – Alcáçovas	61	85

⁵ Contagem realizada através da documentação existente em: Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, Cadastro de Indigentes e Pobres, mç. 784. Refira-se que, neste fundo documental, não existem fichas de cadastro dos demais concelhos do distrito de Évora, para que se possa fazer uma relação dos mesmos.

Através da contagem acima anunciada é possível obter uma visão aproximada dos fenómenos da pobreza e da indigência naqueles concelhos, percebendo-se, claramente, que os pobres assumidos superavam em número os indigentes. Haveria, ainda, uma miríade de pobres envergonhados que não se inscreviam nas campanhas para pedir auxílio, tendo havido, ao que parece, esforços para que fosse exercida intervenção sobre estes: “1º - Os cadastros dos pobres das freguesias dêsse Distrito, organizados não só pelas suas categorias mencionadas no Decreto, mas também indicando uma categoria de necessitados que, se por circunstâncias especiais e muito para atender se acanham e não estendem a mão à caridade pública, não deixa de merecer igual auxílio e carinho, porque na maior parte dos casos a sua miséria é mais forte, mais cruciante e mais lamentável – a dos pobres envergonhados.” (Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, Circular nº 2 da Comissão Executiva enviada a 27 de Dezembro de 1935, mç. 785, doc. nº 39). A assistência, para além de alargar o leque de beneficiários, parece também ter alargado o tipo de auxílios prestados, envolvendo várias entidades nessa tarefa, como era o caso da Polícia de Segurança Pública, da Manutenção Militar e das misericórdias.

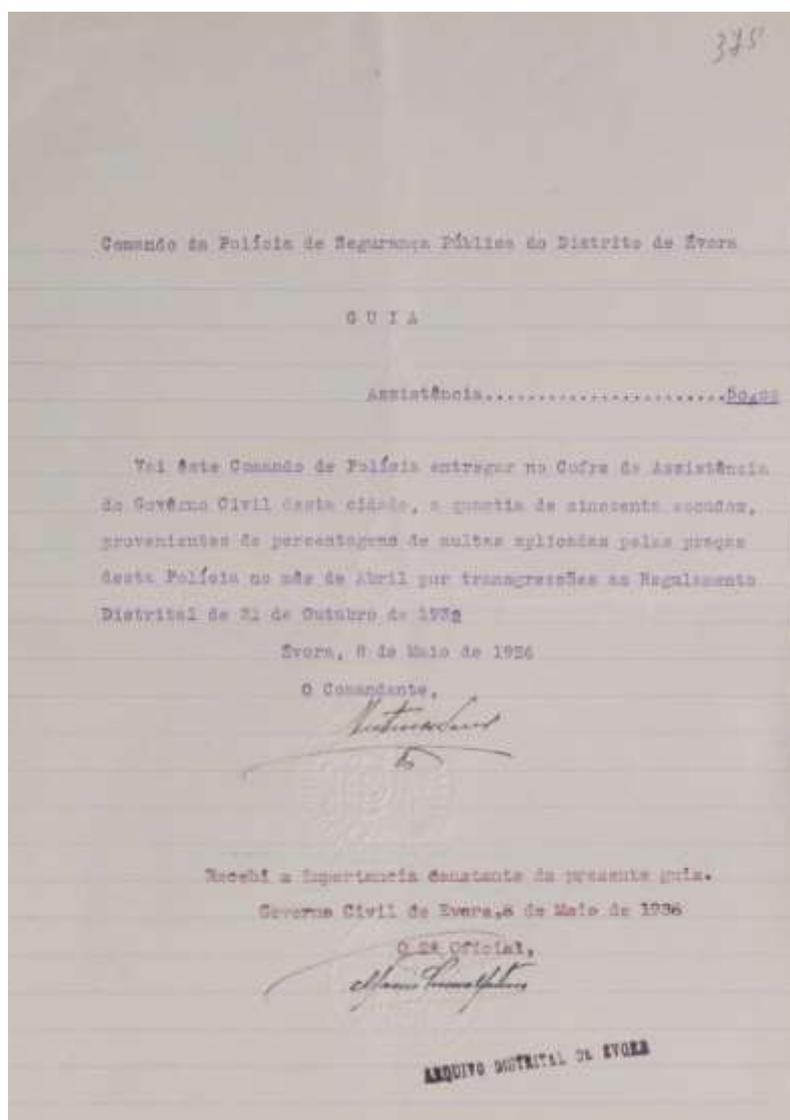


Fig. 5. Guia do *Comando da Polícia de Segurança Pública do Distrito de Évora* sobre a percentagem das multas destinada à assistência. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 375.

Através da numerosa correspondência recebida do *Comando da Polícia de Segurança Pública do Distrito de Évora* podemos constatar que fazia parte das suas responsabilidades determinar o auxílio alimentício, dirigindo os necessitados à “sopa dos pobres”, e prestar ajuda monetária à Comissão Distrital, enviando uma percentagem das multas aplicadas sobre as transgressões ao Regulamento Distrital de 21 de Outubro de 1932. Para além disto, era encargo do Comandante da Polícia controlar os donativos efetuados por particulares e destinados à “sopa dos desempregados” e ao “fundo de auxílio aos desempregados”.

A Manutenção Militar (Sucursal em Évora) enviava géneros e pão requisitados pela Comissão Distrital de Assistência para a alimentação dos desempregados. No entanto, este era um serviço pago, existindo uma verba da Comissão destinada a estas requisições de alimento.

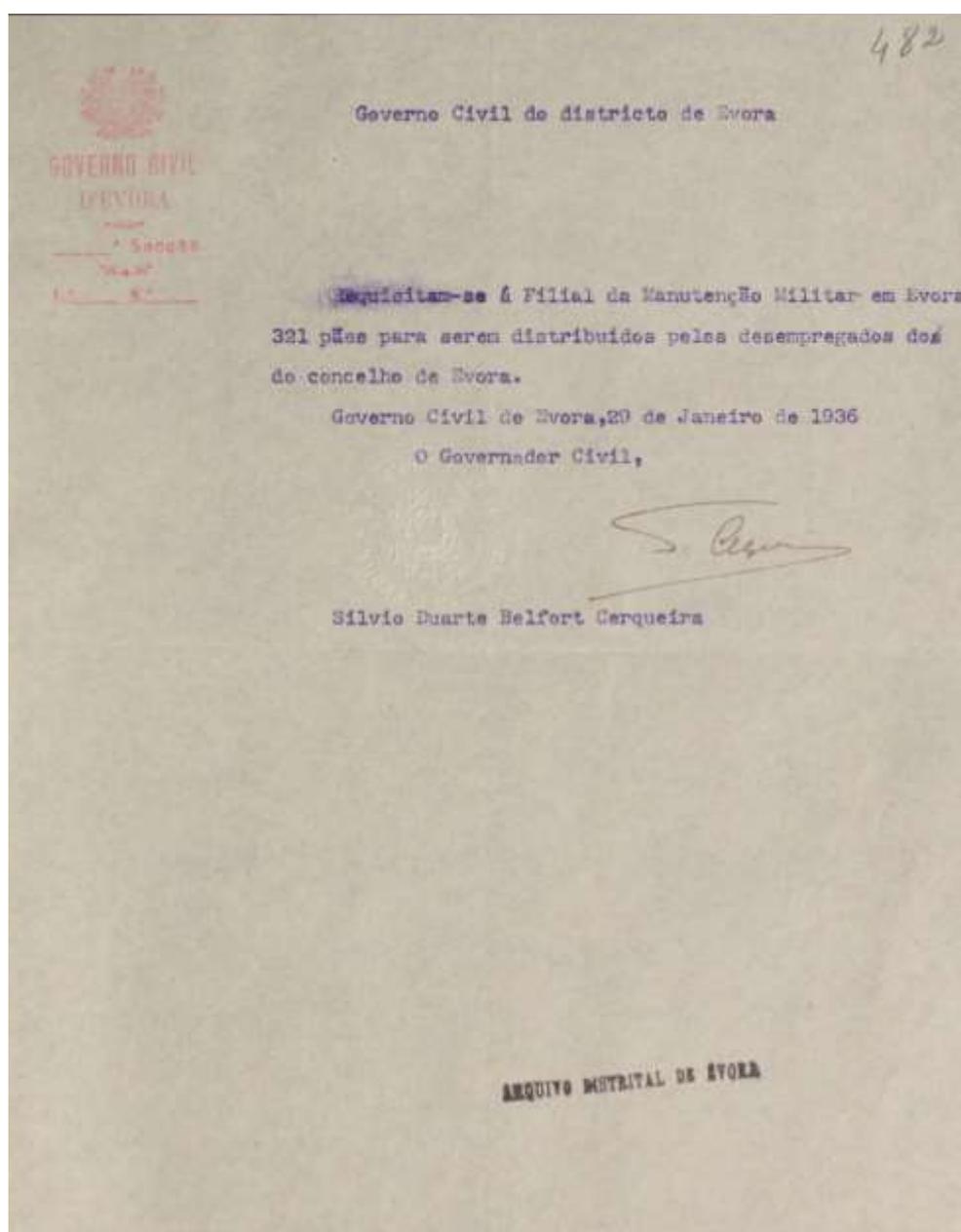


Fig. 6. Ofício de requisição de alimentos à Manutenção Militar. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 482.

A Comissão Distrital de Assistência aproveitava também o facto de haver instituições privadas no terreno, como era o caso das misericórdias, das Sopas dos Pobres, dos hospitais, dos asilos e das confrarias para colaborar com estas na distribuição de apoios aos necessitados.

Para ligar á circular n.º 386-L.º16-1.ª Sec. 396

<p>GOVERNO CIVIL ÉVORA Secção de</p>	<ul style="list-style-type: none"> < Presidente do Asilo de Infancia Desvalida-Monemor-O-Novo..... 500,00 < Provedor da Misericórdia de Vendas Novas..... 500,00 < Provedor da Misericórdia de Évora-Monte..... 340,00 < Provedor da Misericórdia de Veires..... 340,00 < Provedor da Misericórdia de Móra..... 700,00 < Presidente do Asilo Calipolense de Infancia Desvalida Vila Viçosa... 300,00 < Presidente da Associação das Senhoras de Caridade de Estremoz..... 340,00 < Provedor da Misericórdia de Portel..... 500,00 < Provedor da Misericórdia de Reguengos..... 500,00 < Provedor da Misericórdia de Vila Viçosa..... 300,00 < Provedor da Misericórdia de Borba..... 600,00 < Provedor da Misericórdia de Monsaraz-Reguengos..... 500,00 < Provedor do Hospital de Vimieira..... 300,00 < Provedor da Misericórdia de Alcaçovas..... 250,00 < Provedor da Misericórdia de Mourão..... 350,00 < Presidente do Colégio de N.ª da Saúde-Redondo..... 500,00 < Provedor da Misericórdia de Alandroal..... 500,00 < Provedor da Misericórdia de Viana do Alentejo..... 250,00 < Presidente da Associação de Beneficencia - Estremoz..... 340,00 < Presidente da Confraria do Santissimo Sacramento-Mourão. 250,00 < Presidente da Sopa dos Pobres de Arraiolos..... 300,00 < Provedor da Misericórdia de Estremoz..... 340,00 < Presidente Director do Asilo de Infancia Desvalida de Évora. 500,00 < Presidente da Direcção do Asilo de Infancia Desvalida de Évora. 500,00 	<p>00110</p>
---	---	--------------

Fig. 7. Relação dos subsídios distribuídos às diversas instituições para trabalho estatístico a realizar pela Comissão Executiva. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 396.

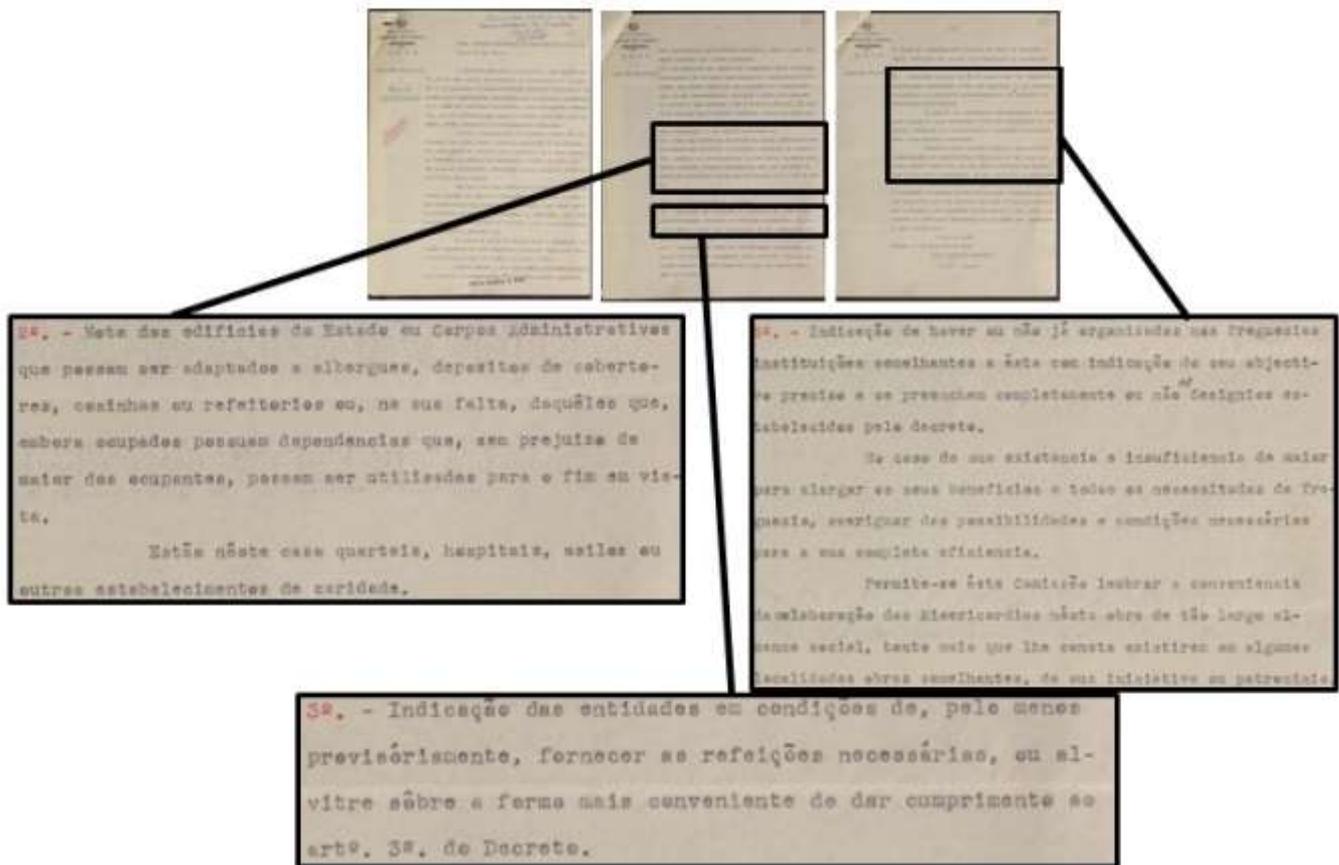


Fig. 8. Circular nº 2 da Comissão Executiva.
Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 39.

Em suma e resumindo toda a atividade da Comissão Distrital, esta servia de intermediário entre a Comissão Executiva e as Delegações de Freguesias, garantindo que as Delegações Paroquiais dessem efetiva resposta às suas responsabilidades, como é exemplo o envio atempado dos cadastros, os quais seriam, primeiramente, analisados por esta Comissão e só depois enviados à Comissão Executiva Central.

Para além disto, poderão ser destacadas outras competências, nomeadamente, o controlo das contas, realizado após cada campanha que, por sua vez, seguiriam para Lisboa de modo a serem aprovadas, o envio e relato dos subsídios que a Comissão Executiva determinava que deveriam ser distribuídos, bem como a contratação⁶ e zelo pelas colaborações com as demais instituições e entidades que pudessem contribuir para a ação da C.A.P.I.

⁶ Veja-se o seguinte exemplo: "Art. 3.º (...) A preparação das refeições será contratada por cada comissão distrital com qualquer ou quaisquer cozinhas económicas da cidade, com as cadeias civis ou com outras entidades." Decreto-Lei nº 26:154 de 24 de Dezembro do Ministério do Interior, Diário da República: I Série, nº 299 (1935).

Índice de ilustrações:

Fig. 1: Instruções da Comissão Executiva sobre a constituição das Comissões Distritais e Delegações Paroquiais. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 190.

Fig. 2: Instruções da Comissão Executiva sobre o processo de organização dos cadastros. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 52.

Fig. 3: Ficha de cadastro dos indigentes, 1939. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 784.

Fig. 4: Ficha de cadastro dos pobres, 1939. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 784.

Tabela 1: Contagem dos inscritos para a campanha do ano de 1939. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, Cadastro de Indigentes e Pobres, mç. 784.

Fig. 5: Guia do *Comando da Polícia de Segurança Pública do Distrito de Évora* sobre a percentagem das multas destinada à assistência. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 375.

Fig. 6: Ofício de requisição de alimentos à Manutenção Militar. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 482.

Fig. 7: Relação dos subsídios distribuídos às diversas instituições para trabalho estatístico a realizar pela Comissão Executiva. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 396.

Fig. 8: Circular nº 2 da Comissão Executiva. Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, mç. 785, doc. nº 39.

Bibliografia:

Decreto-Lei nº 26:154 de 24 de Dezembro do Ministério do Interior, Diário da República: I Série, nº 299 (1935)

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, *Campanha de Apoio aos Pobres no Inverno*, mç. 785.

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil, *Campanha de Apoio aos Pobres no Inverno*, mç. 784.

*O Arquivo Histórico da
Direção de Serviços de Educação da Região Alentejo
(DSRAlentejo)*

Deolinda Menezes
Delegação Regional da Educação do Alentejo

O Arquivo Histórico da Direção de Serviços de Educação da Região Alentejo (DSRALentejo)

Deolinda Menezes *



O Regime Geral dos Arquivos estabelece, como princípio geral, o direito e o dever de todos os cidadãos e do Estado de defender e valorizar o património arquivístico, competindo ao Estado promover a organização de todos os arquivos, bem como, garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida pelas Entidades Públicas, sem prejuízo das restrições impostas pela Lei.

A Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Alentejo (DGEstE – DSRAlentejo) dispõe atualmente de um extenso e diversificado acervo documental, através do qual se pode compreender a generalidade da História da Educação no Alentejo. Este acervo é o testemunho da atividade da Administração Pública desconcentrada, na área da Educação, desenvolvida pelos diversos serviços que se foram sucedendo no século XX em toda a região. Nele encontramos documentação que se encontrava dispersa em diferentes lugares e serviços dos distritos de Portalegre, Évora e Beja.

O acervo documental da DGEstE – DSRAlentejo é constituído, na sua base, pelas fontes de informação diretamente relacionadas com o funcionamento das ex-Direções Escolares, o que lhe confere uma forte relevância nos novos caminhos da investigação em educação e coloca este serviço em posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens.

A documentação da ex-Direções Escolares de Évora e de Portalegre foi devidamente tratada, entre 2005 e 2007, na sequência de um protocolo estabelecido com o Arquivo Distrital de Évora (ADE).

* Delegação Regional da Educação do Alentejo.

O potencial das investigações que, a partir desta, se podem desenvolver é ilimitado face o valor intrínseco e ao carácter diversificado das fontes. Os documentos de arquivo disponíveis são elementos não apenas incontornáveis para a construção da memória coletiva respeitante à História da Educação no Alentejo mas também para a recuperação da memórias das direções escolares e das próprias escolas, influenciando, por esta via, nas memórias e na identidade de quem contactou com o sistema de ensino da região nas últimas décadas. A cultura escolar está refletida na documentação enquanto prova material dos procedimentos administrativos, dos princípios e dos comportamentos englobados pelo meio escolar. Essa cultura funciona como fator distintivo das instituições educativas face ao resto da sociedade, conferindo um significado social à escola enquanto meio de aprendizagem formal indispensável ao desenvolvimento de cada indivíduo e do País como um todo.

A documentação do arquivo da DGEstE–DSRALentejo contém, naturalmente, informações valiosas no que concerne ao esforço empreendido para a implementação do sistema de escolarização na Região do Alentejo ao longo de várias décadas. O alargamento do ensino exigiu uma afetação crescente de recursos, nomeadamente, com a edificação de escolas e a contratação de pessoal docente e não docente. O crescimento da máquina administrativa, direcionada para a instrução pública, proporcionou assim à população a elevação gradual dos níveis de literacia, chegando às mais recônditas aldeias e mesmo a quem vivia nos “montes”.

É a história de gerações sucessivas de alunos, encarregados de educação e pessoal da educação, de uma região inteira, que está contida nos documentos do nosso arquivo. Cabe aos investigadores a produção de estudos que percorram os caminhos da educação no Alentejo, mostrando a evolução e os resultados obtidos e reavivando as recordações dos lugares e das pessoas que, ao longo do tempo, marcaram a educação em cada localidade.

Os fundos documentais foram produzidos pelas ex-Direções Escolares no âmbito das respetivas atividades, a um ritmo que se pode considerar quase quotidiano. Constituídos por documentos em papel, organizam-se em livros, dossiers ou peças avulsas. Permitem, pela informação que contêm, uma excelente caracterização da realidade educativa da época em que foram produzidos, situando-os no tempo e nos modos, pois expressam, na materialidade e no seu conteúdo, a riqueza dos contextos de produção.

Mas estes fragmentos do passado normalmente não conseguem, por si só, reconstituir a memória, cabendo ao investigador o desafio de lhes conferir validade, coerência, lógica e unidade ao relacioná-los com outras fontes documentais. Por essa razão, convidamos os investigadores a fazerem uso deste manancial à sua disposição.

O Arquivo da DGEstE - DSRAlentejo contém, designadamente, a documentação da ex-Direções Escolares de Évora e Portalegre (a documentação da ex-Direção Escolar de Beja foi incorporada, em 2002, no Arquivo Distrital de Beja).

A documentação pode ser consultada nas instalações da DGEstE-DSRALentejo, em Évora. Os investigadores têm, portanto, livre acesso aos documentos, respeitando naturalmente os limites impostos pela Lei, para proceder a pesquisas e produzir estudos científicos em diversos domínios, nomeadamente, de história da educação, da pedagogia, da genealogia, da organização escolar e da adminis-

tração pública. O arquivo regional oferece, ainda, a possibilidade de se realizarem visitas guiadas, permitindo a fruição pública do património arquivístico.

Mas o arquivo regional não trata apenas da história. Se precisar de obter certidões, inclusive, para contagens de tempo de serviço, pode solicita-las a este serviço, uma vez que parte da documentação mantém valor probatório.

Reunimos o passado e o presente, constituindo-nos simultaneamente como um repositório informacional de apoio à atividade administrativa e à construção da memória da Educação no Alentejo.

Por isso, deixo-vos aqui o convite para visitarem o nosso arquivo!

*O Arquivo Municipal de Redondo:
a identidade de um povo*

Susana Bicho

Câmara Municipal de Redondo

Índice

O Arquivo Municipal de Redondo: a identidade de um povo

Susana Bicho*

A formação da vila de Redondo remonta a 1250, data que D. Afonso III lhe concede foral. Em 1318, D. Dinis manda fortificar a vila e concede-lhe novo foral. Cabe a D. Manuel, em 1517, confirmar os privilégios da vila¹.



Figura 1. Foral Manuelino de Redondo.

A história desta vila e das suas gentes está perpetuada na documentação sob custódia do Arquivo Municipal de Redondo (AMR).

O Município de Redondo beneficiou do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM) promovido pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), atualmente Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), tendo inaugurado em 2006 as instalações do Arquivo Municipal.

Estas albergam documentação de duas fases do ciclo de vida dos documentos. É, ao mesmo tempo, arquivo intermédio e histórico. O acervo documental histórico do AMR encontra-se em fase final de higienização, organização, acondicionamento e classificação.

* Técnica Superior de Arquivo da Câmara Municipal de Redondo.

Os documentos pertencentes ao Município de Redondo abarcam um período que medeia entre 1629¹ e 2014. Neles é possível recolher inúmeros elementos sobre a história de Redondo.

Terra de oleiros e de vinhateiros, Redondo viu também florescer durante vários séculos uma laboriosa indústria de lanifícios. Tão antiga como a olaria e a vinha, a indústria das lãs teve extrema importância para o desenvolvimento da vila, com grande parte da população a ocupar-se desta atividade. Sobre este tema, pode ser lido o artigo “Revisitando a vila de Redondo no séc. XVIII: breve análise da sua dinâmica indústria de lanifícios”, escrito por Duarte Nuno Catalão e publicado no Boletim do Arquivo Distrital de Évora (n.º2). Entre os documentos relativos aos lanifícios, destaca-se o *Livro para se asentarem os ferros dos teselões, e mais trapeiros, e pessoas que fizerem panos, 1733 - 1758*.



Figura 2. *Livro para se asentarem os ferros dos teselões, e mais trapeiros, e pessoas que fizerem panos.*

Tanto a olaria como a vinha são pontos destacados no foral manuelino e sobre os quais se encontram referências em vários documentos pertencentes a este arquivo. Outros documentos relevantes, disponíveis para consulta, são: *Tombo dos bens foreiros do concelho da vila de Redondo, 1746; Passaportes, 1810 – 1848; Espetáculos, 1935 – 1983*.

¹ Em Setembro de 2014 o Dr. Duarte Nuno Catalão ofereceu a este Arquivo um documento fragmentado em três, devidamente acondicionado, datado de 1506. Este documento passa a ser o documento mais antigo pertencente ao espólio do Arquivo Municipal de Redondo (Livro de receita e despesa, CMRDD/E/A/001/001/Lv001- 1629 – 1638).



Figura 3. Cartaz do filme “O Pátio das Cantigas”.

O Arquivo Municipal de Redondo tem como missão a organização e posterior divulgação da informação documental que lhe está inerente. Cabe-lhe, portanto, a iniciativa e a responsabilidade de dar a conhecer o seu património documental através de diferentes atividades. As exposições são uma vertente dessas atividades, bem como as visitas guiadas programadas para um público-alvo específico.



Figura 4. Fotografia da exposição “A roda dos expostos de Redondo”.

Entre as exposições levadas a público até agora, recebeu especial atenção a exposição documental e iconográfica “A roda dos expostos de Redondo”.

A subsecção dos expostos (composta por 4 maços, 16 caixas e 145 livros) é de grande relevância porque retrata a vivência económica e social da vila e a natureza da consciência humana. A primeira roda terá existido desde 1740 e marcou a história deste concelho.

Outras iniciativas levadas a cabo pelo Arquivo Municipal de Redondo são de carácter educativo, trazendo ao arquivo alunos/crianças para que conheçam o espaço físico mas, sobretudo, para que tenham conhecimento do que é um “arquivo” e um “arquivista”.

Sabendo que os desafios da tecnologia e da informática se impõem aos profissionais de arquivo, o próximo passo do Arquivo Municipal de Redondo é expor o seu acervo na Internet (<http://www.cm-redondo.pt/pt/site-viver/Cultura/Equipamentos/Paginas/Arquivo-Municipal-.aspx>) e divulga-lo através da Rota dos Arquivos do Alentejo, dinamizada pelo Arquivo Distrital de Évora (<http://rotaarquivosalentejo.wix.com/rotaarquivosalentejo#!arquivo-municipal-de-redondo/cdc7>).

*Amadeo de Sousa Cardoso:
apanhado pela guerra*

Maria Teresa Amado/Ana Rita Rodrigues
Universidade de Évora - CHAIA



Amadeo de Sousa Cardoso: apanhado pela guerra*

Ana Rita Rodrigues**

Maria Teresa Amado***

Resumo:

De férias em Portugal, Amadeo foi surpreendido pela eclosão do conflito. Apesar de planear o regresso a Paris em 1915, a gripe espanhola apanhou-o poucos dias antes do cessar-fogo.

As marcas da guerra na pintura de Amadeu são explícitas, desde 1914, com a *Mulher Decepada*, e em 1917, nas pinturas *Zinc*, *Brut*, e *Entrada*. Mas são também implícitas, pela mudança de paleta de cor, pela desordem e fragmentação da composição, agora sem centro, pela ausência dos seus referenciais habituais: vitalidade e confiança, alegria e magia.

O quadro *Entrada*, que analisaremos, é uma obra ambiciosa e profundamente original, estética, conceptual e plasticamente. É uma pintura singular, porque a temática da guerra é praticamente ignorada pelos artistas portugueses durante o conflito, e excepcional, porque é um marco na história do abstracionismo europeu. Nessa época ainda era comum os pintores recorrerem à linguagem figurativa nas obras alusivas à guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Amadeo de Souza Cardoso, Primeira Guerra Mundial, Modernismo, Pintura de Guerra, Abstracionismo.

Abstract:

Amadeo de Sousa Cardoso: caught by the war

While on holiday in Portugal, Amadeo was surprised by the start of the war. He had originally planned to return to Paris in 1915, but was eventually killed by Spanish Flu a few days before the ar-

* Este artigo resulta da comunicação das autoras no âmbito do Colóquio “A Primeira Guerra Mundial e a Sociedade Portuguesa, Evocar e Conhecer”, realizado em 12 de dezembro de 2014 e apoiado pelo Arquivo Distrital de Évora.

** Licenciada em Ciências da Cultura – especialização em Comunicação e Cultura, (F. Letras da Universidade de Lisboa, 2010). Mestre em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural – Ramo de Património Artístico e História da Arte, com a dissertação O Serviço Educativo Municipal da Autarquia de Serpa como meio de Salvaguarda, Dinamização e Valorização do Património Local, pela Universidade de Évora, 2012. Doutoranda de História da Arte, CHAIA/ Universidade de Évora, desde 2013. Desenvolve investigação sobre a obra de Amadeo de Souza-Cardoso no contexto da modernidade europeia.

*** Licenciada em História, em 1982 (Faculdade de Letras, Lisboa); Mestre em História Moderna, em 1987 (Faculdade de Letras, Coimbra); e Doutorada em História, em 1997 (Universidade de Évora). Professora auxiliar no Departamento de História da Universidade de Évora. Membro do CHAIA. Tem desenvolvido trabalho na área da história da cultura, da iconografia e da história da arte.

mistice.

Clear references to the war in Amadeo's painting can be found from 1914, with the painting *Mulher Decepada*, as well as in the 1917 paintings *Zinc*, *Brut* and *Entrada*. Other changes in his paintings were more subtle: changes in the colour palette; a more disordered and fragmented composition, without a real "centre" and the absence of his familiar vitality, confidence, joy and magic.

The painting entitled *Entrada* which is the object of this study is an ambitious and highly original work in conceptual, aesthetic and artistic terms. It's a unique painting in that the war tended to be ignored by Portuguese painters in the period and a turning point in European abstract art, at a time where depictions of war were still mainly figurative.

KEYWORDS: Amadeo de Souza Cardoso, World War I, Modernism, War Paintings, Abstraction.

Este artigo trata dos efeitos da primeira guerra mundial na vida e na obra de Amadeo de Sousa Cardoso (1889-1918)¹. Preferimos a análise da pintura de guerra de Amadeo ao estudo das obras de Adriano Sousa Lopes porque considerámos que ela é pioneira no modernismo europeu e não tem o merecido reconhecimento².

1. Paris: tempo de absorção e aprendizagem

Para compreendermos as mudanças que o ambiente de guerra provoca em Amadeo temos de recuar à sua vivência em Paris, entre 1906 e 1914. Ela envolve pintores, escultores, músicos, escritores, coreógrafos de várias nacionalidades e formações, alguns vindos das periferias para o centro do mundo que Paris representava. Foi uma aprendizagem solta, feita com as diferentes correntes modernistas e boémias, desde Modigliani a Brancusi e Delaunay, passando por Rousseau, Chagall e Matisse, no ritmo da escrita e da poética de Apollinaire e da música de Satie e Stravinsky.

Amadeo, que pensara ser arquiteto, vai sentir as influências do modernismo como um grande desafio. Se, do ponto de vista artístico, da liberdade criativa e da rutura com a estética tradicional, ele adere de imediato às experiências de vanguarda, do ponto de vista dos valores socioculturais ele sente distância.

Temas como a mecânica e o seu dinamismo, o ruído, a velocidade e os movimentos sincopados da vida e da cidade moderna, o fascínio pela luz, pela técnica e pelo progresso não se integram de uma

¹ Agradeço reconhecida ao Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão/Fundação Calouste Gulbenkian a autorização graciosa da reprodução das pinturas de Amadeo de Souza-Cardoso.

² Adriano Sousa Lopes é o pintor português oficial do conflito. Em 1917, o general Norton de Matos aceita-o como voluntário para acompanhar o exército português na Flandres. Na frente desenha o álbum *Portugal na Grande Guerra*, águas fortes que relatam acções do quotidiano do Corpo Expedicionário Português. Posteriormente, já nos anos vinte, e também numa linguagem naturalista, fixa em pintura alguns desses instantâneos da guerra.

maneira linear na sua cosmovisão. Ele experimenta o modernismo em modelos arquétipos, recusando o tempo e recuando no Tempo. Amadeu em Paris era um jovem rural de valores aristocratas que buscava o seu próprio caminho. Tanto o fascinavam as formas de Modigliani e Brancusi e as cores de Leger, Severini, ou de Kandinsky, como os primitivos flamengos e a cromática dos vitrais medievais³. Os anos de Amadeu em Paris são anos de aprendizagem e absorção. As suas paisagens, as suas histórias, as suas figuras remetem para um mundo gracioso, de fantasia, fora do tempo. Afastando-se do realismo e da pintura como imitação, elabora obras que, embora figurativas, são de temática e ressonância onírica. Amadeu recorre a um desenho de traço e formas clássicas, mas que desconcerta o equilíbrio académico, para criar as suas próprias dimensões e proporções.



Figura 1. *Título desconhecido [Clown, Cavallo, Salamandra]*. 1911© CAM/F.C.G.

Na pintura, as formas criam dinamismo e impacto pelas manchas de cor (amarelo, verde, azul e vermelho), numa harmonia rítmica de cores alegres e de movimento. É uma pintura delicada e sofisticada, de poder sugestivo e memória arquétipa, que iconograficamente se distancia das temáticas modernistas. Pela cadência das linhas e das cores, o observador é envolvido na harmonia da música. É uma pintura muito sensorial, de emoções, que se afasta da lógica e da estética de construção cubista e futurista.

³ A força que os vitrais imprimiram em Amadeu é visível na maneira original como ele assimila e concretiza a sua experiência cubista entre 1912 e 1915: excessivo prolongamento das linhas, maior luminosidade e fragmentação das formas, jogo artificial de tons e de sombras. Técnica particularmente conseguida em *Barcos* e *A Menina dos Cravos*.

A aceleração, a estilização e o alongamento das figuras, a sua suavidade e delicadeza, associadas a movimentos e ritmos harmónicos e a um brilho intenso, produzem pinturas de grande beleza dominadas pelos jogos de cores e cadências. Sem romper com os modelos e a estética clássica, Amadeo cria um equilíbrio e uma harmonia, que não sendo ainda dissonante, os subverte.”Amplia a verdade pela sobreexcitação de intencionalidades”, eis como Jerome Doucet o caracteriza em 1912 na introdução aos Dessins (*XX DESSINS*,1983:s/p.).

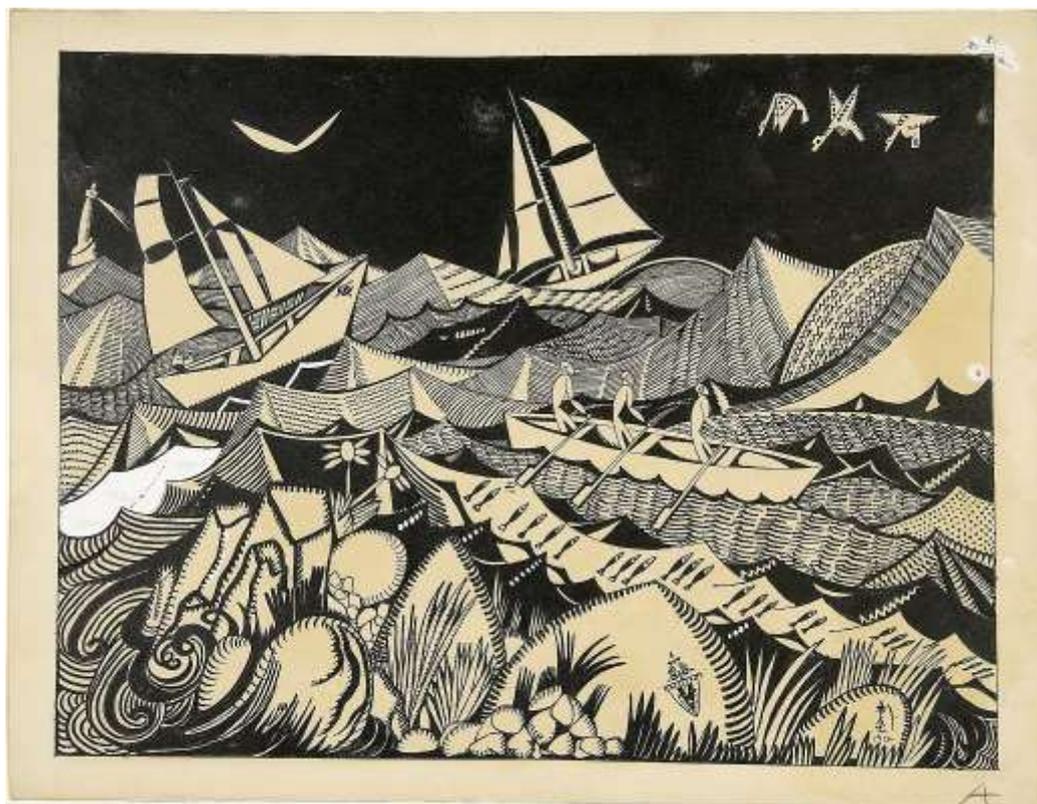


Figura 2. *La Tourmente*. Desenho original para o Álbum *XX Dessins*.1912 © CAM/F.C.G.

As suas primeiras obras, os *XX Dessins*, diretamente inspiradas no álbum de Kandinsky, *Klänge-Sonoridades*⁴, desafiam logo o academismo. Nesse mesmo período, ilumina e transcreve um conto de Flaubert, *La vie de S. Julien l’Hospitalier*, num álbum à maneira dos ricos códices iluminados do início do renascimento⁵. O imaginário dos temas, o desenho e a cadência rítmica resultante, substanciam o diálogo que a literatura, a pintura, a escultura, a música e até o bailado mantêm neste princípio do século XX.

Neste mundo de descoberta e afirmação, o jovem Amadeu, que trabalhava com originalidade e sem

⁴ Os poemas, os desenhos e as gravuras da obra gráfica *Klänge* foram criados por Kandinsky entre os anos de 1908 e 1912, ano da publicação do Álbum em Munique.

⁵ *La Légende de Saint Julien l’Hospitalier, de Flaubert, illustration de Amadeo Souza Cardoso*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, 2006. Edição de Maria Filomena Molder.

provocação as formas e as cores, é reconhecido não só em Paris, mas também em Berlim, Hamburgo, Londres, Nova Iorque e Chicago.

1913 é o ano da consagração do pintor Amadeu nos Estados Unidos e na Alemanha, é um ano de vitalidade explosiva em Paris, com a estreia de *A Sagração da Primavera* de Stravinsky, pelo Ballet Russo, *Les peintres cubistes* e *Alcools*, de Apollinaire.

Ao longo de todo o século XX, o nome de Amadeu ficará referido no modernismo europeu por estas obras de juventude⁶. O peso da guerra afastou-o física e culturalmente dos centros de divulgação. A sua obra de maturidade acabou por não deixar discípulos, nem fazer escola, nem em Portugal, nem no estrangeiro. Estas suas pinturas profundamente inovadoras e originais, quase desconhecidas, mesmo dos portugueses, até aos anos 80, permaneceram marginais ao movimento modernista europeu e português.

2. Portugal, isolamento e maturidade artística

Com o regresso a Portugal em 1914, Amadeu isola-se em Manhufe. Isolar não significa não ter correspondência, não receber jornais, não se manter informado. Significa ter de novo uma vivência não urbana, com ritmos naturais e formas de vida ancestral, ser testemunho da vida de uma comunidade rural absorta pela sobrevivência que o ritmo da natureza impõe. Este retorno acelera um processo de tensão, confronto e interiorização criativa. A sua vivência passa a ser a base que dá expressividade à sua criação pictórica.



Figura 3. *Força Amor Raiva*. 1913© CAM/F.C.G.

⁶ O crítico de arte americano Arthur Jerome Eddy no seu livro *Cubists and Pos-Impressionism* reproduz quatro obras de Amadeu, considerando a sua pintura: « interessantes nas linhas e vibrantes nas cores ». Cf. *Cubists and Pos-Impressionism*. Chicago, 1919, pg. 85 e 199.

A aguarela *Mulher Decepada* (1914) revela a intuição de uma mudança trágica que afetará toda a Europa. Embora integrada num conjunto humorístico de desenhos sobre amores frustrados, esta obra tem uma legenda inequívoca: *Brisement de la grâce croisée de violence nouvelle* (quebra da graça, marcada pela cruz de uma violência nova). Em relação às aguarelas da mesma série, *Amores Frustrados*, este desenho centra-se numa única figura feminina. É uma mulher jovem, com a aparência de uma boneca popular, decepada e atravessada no ventre por uma espingarda.



Figura 4. *Mulher Decepada brisement de la grace croisée de la violence nouvelle*. 1914© CAM/F.C.G.

O plano horizontal é reforçado pela cabeça pendente e pela mão direita que resiste. Na vertical, a blusa branca e o avental da saia definem a cruz formada com a linha horizontal. Esta grande cruz vem juntar-se às cruces mais pequenas e às gotas de sangue: consequência de violência, e aumentam a sensação de sofrimento e morte. As consequências da violência são ainda transmitidas pela destruição do ventre, símbolo da fertilidade. Toda a alegria da vida, comunicada pelas cores claras e fortes das vestes, é invadida pelas manchas pretas do fundo. O texto que acompanha a imagem não deixa margem para equívocos: a graça foi quebrada.

A partir de 1914 -15, os rostos e as máscaras rasgadas tornam-se uma obsessão para Amadeo. Olhos muito abertos e assustados que nos penetram e que penetram para além das aparências. Cabeças solitárias e sofridas, com marcas de violência e vencidas.

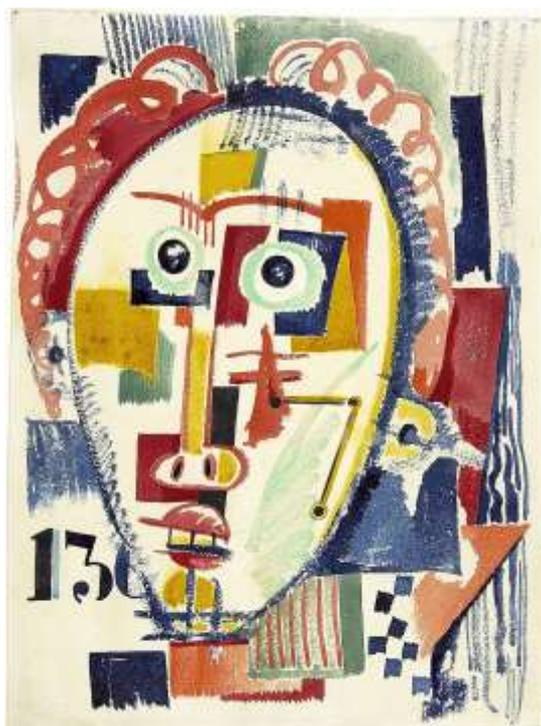


Figura 5. *Tête Ocean*. 1915 © CAM/F.C.G.

Os olhos na obra de Amadeo são uma presença constante, mesmo quando evoluem para janelas e, em obras mais abstratas, como *Zinc* para escondidos círculos sombrios.



Figura 6. *Título desconhecido [Janelas do Pescador]*. 1915 © CAM/F.C.G.

Quando Amadeo pinta figuras em ligação expressiva com a natureza, formando um todo pictórico denso e com carga dramática de rudeza, essas personagens – a velha, o moleiro, o louco, o pastor, o tocador – são simbólicas. Os seus quadros, imersos e densos, deixam de contar histórias e transmitem diretamente um estado de alma em suspenso. Procuram imortalizar uma ruralidade ancestral, rude, penosa, solitária, pesada e disforme que atinge e contagia. Longe da suavidade e delicadeza

das formas e da alegria das obras de Paris, esta fase, de características expressionistas, corresponde a uma profunda procura interior de Amadeo.

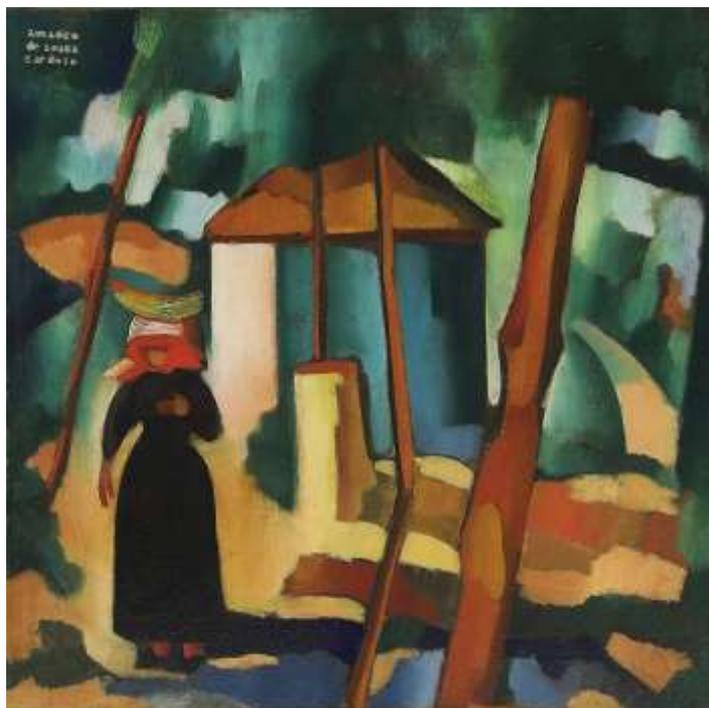


Figura 7. *Paisagem. Figura Negra*. 1914 © CAM/F.C.G.

Entre 1914 e 1916, o artista prepara 111 obras para exposição, em Portugal e nos Estados Unidos. A exposição teve lugar no Porto e em Lisboa e foi tão visitada quanto mal entendida. Do contraste entre o processo de maturação e a frustração da incompreensão artística explode a fase final, de grande maturidade e criatividade original. Os sinais da guerra são presentes e implícitos, pela mudança de paleta de cor e pela ausência dos seus referenciais: vitalidade e confiança, alegria e magia.

Do ponto de vista técnico, não há saltos bruscos na obra de Amadeo, o pintor é versátil e persegue um fio condutor íntimo: captar a «interior expressão das coisas»⁷, por outras palavras, caminhar para o abstracionismo. O ano de 1917 é de uma atividade frenética. Amadeo introduz novos materiais nas suas pinturas (vidro, madeira, ganchos, espelhos, areia, etc.) e as suas obras plásticas tornam-se extremamente complexas na composição. São obras de densidade cromática e tensão de movimento e formas. A fragmentação e a espessura cromática criam uma espessura temática que diferencia estas últimas pinturas de toda a sua iconografia anterior. Estranhamente, estes quadros criados em Manhufe revelam um cosmopolitismo e uma urbanidade que as pinturas de juventude em Paris não tinham.

Nos dois últimos anos da sua vida, o artista contrapõe às formas simples (caraterísticas da sua pintu-

⁷ Título de uma das suas pinturas de 1916.

ra anterior) grandes manchas de cor e de tons. Na procura do abstrato, ele ensaia sobreposição de planos, texturas e fragmentação de formas. Esta técnica de pintar a totalidade do espaço do quadro com tons vai ser usada como processo de criação típico do pintor quanto à sucessão de inúmeros planos e sentido de profundidade, por outras palavras, quanto ao fundo dos seus quadros. Nas múltiplas sobreposições de planos encontra-se uma nova dimensão da pintura de Amadeo. As formas e as cores mantêm-se, mas, no conjunto, encontram-se dependentes umas das outras, assim como da estrutura final da composição. Dito de outra maneira, há dois pilares – o da cor e da forma, e o da conceptualização do espaço. A composição plástica global do quadro torna-se a primeira finalidade. É esta a característica da pintura abstrata de Amadeo em 1917: *uma grande estruturação na organização do espaço e da cor*. Propositadamente, os quadros não têm centro, mas há centralidades, há núcleos organizadores na pintura. Esta desordem e fragmentação da composição é também uma marca implícita da vivência da guerra na pintura de Amadeo.

2.1. ENTRADA: a temática da guerra numa pintura abstrata

Cem anos depois, ao abrirem-se os olhos da memória com as fotografias e as pinturas da primeira guerra, é impossível deixar de sentir o horror daquela violência absurda. Para além da fixação documental do não-esquecimento, qual o sentido e o significado da arte deste tempo de guerra?

A celebração do centenário de 1914-18 tem disponibilizado em linha largas centenas de fotografias e de pinturas sobre facetas do quotidiano da guerra, bem como dos desenhos que ilustraram os principais periódicos internacionais.

Com poucas exceções⁸, e talvez porque tenhamos como memória referencial obras da segunda guerra, achamos que essas imagens representam importantes documentos, mas são recriações à distância, ou de experiência individual. Raramente tocam no âmago, deixam-nos de fora. Possivelmente por duas razões: por um lado, está-se perante um novo tipo de guerra, e por outro, o abstracionismo dá os seus primeiros passos enquanto poética com uma nova linguagem. O conflito de 14-18 transformou-se num massacre massivo e alargado, com submarinos, tanques e nova artilharia, gases, mutilações, e vida escondida na frente das trincheiras; uma guerra mecânica, sem rostos, que alastra a todos os pontos. No campo das artes, estes novos patamares de destruição e de domínio bélico exigem a criação de linguagens plásticas também de maior impacto, com uma iconografia em rutura com a tradicional. Caminho difícil, pois a temática da guerra sempre fora representada através de símbolos e de representações figurativas: o cavalo, a bandeira, o soldado, o herói. Os pintores de vanguarda mais sensíveis a uma estética abstrata - na maior parte dos casos mobilizados ou alistados voluntariamente e por isso diretamente envolvidos no confronto - dificilmente encontram na novíssima linguagem pictórica a energia e a maturidade capaz de exprimir a dimensão da tragédia.

⁸ Consideramos como obras excepcionais: o quadro *Path of glory*, de Christopher Nevinson, pintor oficial do Reino Unido; *Gassed*, de Sargent Singer; o tríptico *A Guerra*, de Otto Dix; e o fresco da Capela de Sandham, de Stanley Spencer.

Entre 1914-18, Léger, Malevich, e os futuristas Severini e Boccioni, pela estética das colagens e do estilhaçar da luz, pela fragmentação geométrica das formas e das cores, pelo uso de letras e de números em cifra, são os que melhor ensaiam novos caminhos. As obras destes artistas alusivas à guerra irão influenciar a pintura de Amadeo, em especial *BRUT 300 TSF*.

A pintura de Amadeo de Souza Cardoso de 1917 organiza-se em duas temáticas: a temática musical e a temática da guerra. Elas têm elementos comuns: violas, guitarras, instrumentos musicais. Do ponto de vista iconográfico, o estilhaçar da guerra está explícito nas pinturas sem título [*Zinc*] e [*Brut 300 TSF*] e de uma forma indireta, mas muito mais elaborada na pintura [*Entrada*], todas de 1917. A análise comparativa destas três pinturas, e do estudo preparatório de *Entrada*, permite-nos observar o seguinte: uma sequência do simples para o complexo, quer em termos iconográficos, quer na composição e na técnica; a evolução de Amadeo para o abstracionismo; a força dos seus símbolos, que ganham vida na estreita relação entre eles e os objetos referenciais das obras.

Exemplificando, Amadeo pinta a palavra Zinc ao longo de todo um quadro dentro do quadro, por cima da cabeça do crucificado, um pobre soldado morto na guerra⁹. ZINC simboliza a coroa de espinhos ou o «Ecce homo». O zinco era usado nas armas de artilharia e, por isso o pintor o emprega como metáfora da morte. Posteriormente, na maquete da *Entrada*, ele escreve ZINC no canto inferior esquerdo; admitindo o simbolismo da morte, sentimos que ZINC é o recetáculo das tensões criadas entre os referenciais da maquete. No quadro *ENTRADA*, no mesmo canto inferior esquerdo, esta palavra é substituída pelo LA, seguido do nome do pintor. Sintetizando, na sequência lógica do simbolismo, a nota LA, que tradicionalmente harmoniza, tem a leitura da destruição da harmonia; o nome de Amadeo associado faz dele participante desta desarmonia. Concluindo, os passos construtivos de Amadeo obrigam-nos a um processo mental e emocional que passa da analogia à interiorização. A sua pintura abstrata, quase hermética, tem densidade e tensão, está grávida de todos os referenciais de guerra que ele foi depurando.

O quadro *ZINC* é diferente dos outros quadros de Amadeo, e é o quadro inicial desta séria. Está mais perto do figurativo. Amadeo está a procura da sua própria iconografia bélica e das formas adequadas de composição. A maior profundidade do quadro vem do *olhar-alvo* e *olhar-mira*, que nos penetra mas que também pode ser atingido. Com um fundo de cor homogéneo, e o uso de grandes formas, a composição simula uma colagem feita de quatro elementos: em primeiro plano, do lado direito do quadro, um grande retângulo retrata o crucificado; do lado esquerdo e em segundo plano, uma poderosa máscara de sorriso irónico, com dois enormes olhos-mira; o terceiro núcleo é preenchido por grandes guitarras deitadas em que o braço e a cabeça da guitarra são representados por um denso retângulo negro. Finalmente, no eixo central, na parte inferior, um cromático alvo tenta equilibrar a composição, concentrando o significado num detalhe: pequeno e limitado pelo negro, relembra uma

⁹ Coleção particular do Eng. Idílio Pinho (Porto).

ameaça. Podemos afirmar que nesta procura Amadeo encontra o negro como cor que tudo absorve e tudo pode destruir.



Figura 8. *Título desconhecido [Brut 300 TSF]. 1917 1917© CAM/F.C.G.*

BRUT 300 é o quadro mais explícito sobre o quotidiano da guerra. Ambiente presente numa múltipla fragmentação de objetos: a edição especial de um jornal, o tambor, ampliado até à hipérbole, de uma pistola, o leme e a proa metálica de um navio, a hélice de um avião, um olho aterrorizado, metade olho, metade alvo, um pêndulo prestes a incendiar o centro da composição, grades, fios elétricos, sombras humanas. Letras e números envolvem toda a composição: números de registo, por abstratos que sejam, evocam siglas de máquinas, naturalmente de guerra; TSF, telefonia sem fios e ÉCLYPSE à frente da fuselagem de um avião evocam o progresso, mas também o seu poder destrutivo¹⁰.

Há integração da composição, centralizada, organizada em torno do eixo central. O negro unifica e abraça as partes da composição. No centro, do lado esquerdo, as guitarras de Amadeo ganham forma definitiva. Como noutros quadros seus, por exemplo no *Trou de la serrure*, Amadeo cria profundidade do lado direito, sobrepondo planos e cores. A perceção de espaços leva-nos a um plano último, de abertura, vaporoso e labiríntico. Por aqui procuramos a saída, no entanto avião, um alvo-olho e

¹⁰ No ano de 1916 observou-se um eclipse total. Amadeo neste quadro nomeia-o simbolicamente, exprimindo o alastrar da desordem humana e social às forças cósmicas.

configurações metálicas vêm ao nosso encontro. Está encontrada a iconografia dos últimos quadros. Falta aperfeiçoá-la à sua estética.

Através do ambiente de guerra, Amadeo quer penetrar no interior da guerra e ensaia novos caminhos em termos plásticos e de composição. Comparando *BRUT 300* com a maquete da *Entrada*, observamos que há uma estrutura que se mantém: o conjunto de guitarras.

Também aparecem a referência a *BRUT 300*, o jornal e as conhecidas configurações metálicas. A novidade consiste na procura da profundidade. O centro da maquete está num plano fundo, onde chegamos afastando os outros elementos e níveis mais superficiais. A composição da maquete apresenta uma estrutura fechada: não há saída por nenhum dos lados, há limitações que nos obrigam a encaminhar para o centro que é um buraco.

Geralmente, na obra de Amadeo, não há quase alterações do estudo preparatório para a obra final. O autor sabe o rumo que vai dar à obra. Os seus estudos preparatórios mostram quão meticoloso e rigoroso ele é. No entanto, a maquete da *Entrada* tem diferenças significativas em relação à obra final, na sua libertação para o desenvolvimento de uma linguagem abstrata.



Figura 9. Título desconhecido [*Entrada*]. 1917© CAM/F.C.G.

Entre as obras abstratas de 1917, *ENTRADA* é uma pintura singular pela temática, pelo cromatismo, pela construção das formas, que levam ao fechamento.

Amadeo inspira-se nas naturezas mortas cubistas¹¹ para criar numa linguagem abstracta uma pintura

¹¹ Cf. A obra de Picasso *Still life with compote and glass*, de 1914, com o recurso a texturas metálicas.

de guerra em que os elementos naturais, a vida, foi vitalmente destruída, mais do que morta, está irreconhecível, ausente. Refletir sobre os efeitos da guerra recorrendo ao género natureza morta no sentido modernista é, como se disse, profundamente original e ambicioso.

A conceptualização temática é feita pela associação de formas e objetos. Há uma predominância de cores escuras, frias, ácidas, embora a paleta de cor corresponda ao Amadeo deste período. Sucessivas formas horizontais dominam o quadro e sugerem o artificial de uma realidade encastrada, onde há poucos elementos de vida: frutas, mas em decomposição, insetos, mas presos ou mortos, um violoncelo que parece a sombra de um enforcado, uma pera com formas de corpo de mulher deitada e ensanguentada. Embora o quadro tenha uma grande unidade, diferenciamos três eixos verticais, em função da incidência da luz. Os frutos estão no eixo central, são todos torcidos, marcados pela podridão, metáfora da destruição e morte, que vem de dentro e os atinge. Os frutos que têm maior incidência da luz são colocados sobre branco, as cores aparentam alegria, mas são enganadoras. As sombras que envolvem os frutos retiram toda a naturalidade da luz. A presença dos fósforos acentua esta artificialidade envolvente. Os insetos estão encarcerados dentro de alguns dos círculos escuros. Tudo aponta para o centro do quadro, até porque as extremidades deste quadrado são compactas e opressivas. O centro corresponde a um grande círculo interior, tapado, no entanto, por um pano amarelo, lembrando uma bandeira esfarrapada. Uma vez que o centro está tapado, o olhar dirige-se para a *ENTRADA*, inscrição com letras pretas sobre o fundo branco, letreiro saliente que nos leva ao buraco escuro e absorvente, ou à mira de uma arma de fogo, ou a um túnel com grades. A sensação de perigo vem da serra vermelha sobre o amarelo forte, pintada em primeiro plano e sobreposta à *ENTRADA*. Uma espessa linha preta e cinzenta horizontal dá corpo a esta serra simbólica. Esta nova técnica de carregar os contornos com pinceladas largas e escuras, misturando tons de cinza, azul e preto, permite ao artista criar a dimensão de uma profundidade interior e sem limites. O túnel - círculo escuro - leva-nos a esse último plano, ameaçador e sem saída. Se associarmos a *ENTRADA*¹² ao periscópio que está por cima, à sombra do enforcado, à lâmpada elétrica, à janela escura, chegamos facilmente à imagem da ratoeira, e à imagem dos insetos presos em armadilhas. É uma linguagem simbólica, aberta a planos de leitura mais ou menos profundos, mais ou menos desconcertantes, mas que afunilam para a angústia e o sentido de perda.

A guitarra do lado esquerdo tem cordas agressivas, como bicos de pássaro, e é da cor do sangue; não toca, não traz harmonia, assim como o círculo amarelo por cima dela não é o sol e não consegue iluminar. Os focos de luz são artificiais e interiores, a luz dos fósforos não aquece, mas incendeia. A nota LA, frequente nas suas obras, está na parte inferior do quadro, ao lado do nome de Amadeo, como se ele quisesse provar que participa da angústia pela harmonia perdida. Um grande silêncio, e a falta de tudo que representava vida para o autor, e para os modernistas, toma posse do quadro. Amadeo continua a recorrer à sua iconografia base, mantendo a sua estética e a sua originalidade técnica. No

¹² O periódico francês *L'illustration* no número especial de 8 de Agosto de 1914 apelava à mobilização geral da França. Na primeira página Georges Scot desenhava um soldado francês a barricar o inimigo. A mensagem da imagem é reforçada pela legenda "Não Entrar". Em 1917 Amadeo sintetiza neste amargo trocadilho a trágica evolução do conflito.

entanto, neste quadro, guitarras, círculos, flores, frutos e insetos provocam um sentimento de ausência. Ausência de movimento, de ritmo, de tempo, de alegria. O efeito de surpresa aumenta, atingem-nos. O quadro sugere violência, medo, angústia, até morte. Mas, por ser uma pintura abstrata, não é diretamente associável ao conflito mundial. É uma reflexão interior sobre o poder da guerra.

A maquete preparatória do quadro pode esclarecer e permitir interpretações mais específicas ligadas ao conflito. Concretamente, como podemos ligar a maquete da *ENTRADA* à guerra? Pelas associações que as palavras criam: zinc, porque era um metal muito procurado para armas, *La Correspondência*¹³, título de um jornal militar e de um dos primeiros jornais diários informativos espanhóis, com a indicação de uma edição especial, Wotan, nome associado às atividades bélicas e às famosas lâmpadas elétricas recente industrializadas, o carimbo com o nome de Amadeo, várias vezes repetido - cardoso, cardoso, cardoso; as obsessões presentes nas suas obras de 1916 e 1917 – Brut 300, KK, 52. E a palavra destacada, em letras maiúsculas, conservada na pintura – *ENTRADA*, chave da leitura da maquete e do quadro. Numa primeira elaboração, as palavras têm o dom de explicitar, quando o autor as retira é porque ele conseguiu que os elementos estritamente pictóricos assumissem a sua força: cores, formas, texturas, sobreposições de planos e de níveis de profundidade transmitem violência, angústia, medo, insegurança e mesmo morte. Ao libertar-se do concreto, o sentido da obra torna-se mais profundo e universal e cria força empática que nos toca sem intermediário. Uma vez apreendido internamente (fixado) o sentido que ele quer dar à sua obra criativa, liberta-se do supérfluo.



Figura 10. Estudo preparatório da pintura *Entrada*. [1917] © CAM/F.C.G.

¹³ *La Correspondência Militar*, periódico espanhol militar, fundado no século XIX, assume durante a guerra de 1914-18 a defesa da posição germânica.

No centro da maquete um olho num rosto escuro indefinido observa-nos. Ao lado sobrepõe-se uma colagem com um reclame de lâmpada elétrica da marca Wotan – alusão ao deus germânico, guerreiro e rei. À volta do olho sobrepõem-se vários círculos que envolvem todo o espaço do quadro. Linhas quebradas, as célebres configurações metálicas em forma de zig-zag delimitam a composição, orientando-nos levemente para o núcleo central. Há bonecas, ou figuras humanas a brincar com círculos. A cara central que se advinha de perfil na maquete é tapada por uma bandeira amarela, rasgada, na pintura. Existe na maquete uma profusão de olhos e círculos escuros, buracos que atraem o olhar para as profundezas.

No quadro desaparecem as figuras humanas e a sensação de dor torna-se mais abstrata, porém muito mais asfixiante. A vida tem os seus representantes nos insetos e no reino vegetal, a morte marca a pintura e atinge-nos. Aparece um periscópio de um submarino a espreitar. A profundidade não surge da fragmentação e sobreposição das formas, as sobreposições são centros escuros que simulam túneis cavados para profundos e fechados interiores. A profundidade é criada por uma meticulosa mistura de densos azuis, pretos e cinzas, pela plasticidade das texturas e pelas largas pinceladas negras que contornam e sombreiam os elementos iconográficos do quadro.

Conclusão - Entrada: Requiem dos seus símbolos

A inovação, a riqueza e a complexidade destas pinturas revelam a força originária de Amadeo e a angústia criativa no seu processo interior e secreto de procura.

Como se disse, a análise destes quadros permite verificar a dificuldade de pintar a temática da guerra e expressá-la numa linguagem abstrata. Mas a linguagem abstrata em Amadeo tem uma força simbólica que, sem mostrar o horror, nos transmite o absurdo e a fragmentação de um fenómeno contra natura.

Estas obras de Amadeo, em especial a *ENTRADA*, estão ao nível das melhores pinturas de guerra que se criaram entre 1914 e 1918. A *ENTRADA* é um quadro ambicioso, muito elaborado do ponto de vista conceptual e plástico; com uma visão ainda atual e muito própria da guerra.

Passados cem anos da primeira guerra mundial, temos a obrigação de dar a conhecer e explicar o valor da obra de Amadeo no modernismo português e ocidental; e de consciencializar e relançar a sua mensagem de horror à violência. Vinte anos antes de Picasso, Amadeo associa à guerra a destruição da vida, da harmonia, da LUZ. Na perversão da guerra, a luz elétrica como símbolo do modernismo, pode ser convertido em vida artificial, logo não-vida.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1. *Título desconhecido [Clown, Cavalo, Salamandra]*. 1911© CAM/F.C.G.

Figura 2. *La Tourmente*. Desenho original para o Álbum *XX Dessins*.1912 © CAM/F.C.G.

Figura 3. *Força Amor Raiva*. 1913© CAM/F.C.G.

Figura 4. *Mulher Decepada brisement de la grace croisée de la violence nouvelle*.1914© CAM/F.C.G.

Figura 5. *Tête Ocean*. 1915 © CAM/F.C.G.

Figura 6. *Título desconhecido [Janelas do Pescador]*.1915 © CAM/F.C.G.

Figura 7. *Paysagem.Figura Negra*. 1914 © CAM/F.C.G.

Figura 8. *Título desconhecido [Brut 300 TSF]*. 1917 1917© CAM/F.C.G.

Figura 9. *Título desconhecido [Entrada]*. 1917© CAM/F.C.G.

Figura 10. Estudo preparatório da pintura *Entrada*. [1917] © CAM/F.C.G.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de Amadeo de Souza-Cardoso

1.1. Desenhos e Pinturas

Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão/Fundação Calouste Gulbenkian

Título desconhecido [Clown, Cavalo, Salamandra].1911.Desenho. Guache sobre papel. 31 x 23,8 cm. Inv.nº: 77DP345

La Forêt Merveilleuse, Desenho original para o Álbum *XX Dessins*, 1912. Desenho nº2. Tinta da china e guache sobre papel. 33,7 x 26,4 cm. Inv nº: DP 397

La Tourmente. Desenho original para o Álbum *XX Dessins*. 1911. Tinta da china e guache sobre papel. 33,7 x 26,4 cm. Inv nº: 92DP1548

Cristal Partido coração diamante.1913. Desenho. Aguarela sobre papel. 24 x 15,8 cm. Inv. nº: 92DP1109

Força Amor Raiva. 1913. Desenho. Aguarela sobre papel. 33,1 x 23,7 cm. Inv. nº: 77DP328

Mulher Decepada brisement de la grace croisée de la violence nouvelle. 1914. Aguarela sobre papel. 24 x 15,8 cm. Inv. nº: 92DP1109

Paysagem. Figura Negra. 1914. Pintura. Óleo sobre tela. 50 x 50 cm. Inv.nº: 86P23

Tête Ocean. 1915. Desenho. Aguarela sobre papel. 25,4 x 18,8 cm. Inv.nº: 77DP359

Título desconhecido [Janelas do Pescador].1915. Óleo sobre tela. 27,4 x 34,8 cm. Inv.nº: 77P16

Título desconhecido [Brut 300 TSF]. 1917. Pintura. Óleo e areia sobre tela. 66 x 58,6 cm. Inv.n: 77P20

Título desconhecido [Entrada]. 1917. Pintura. Óleo, espelho, madeira e areia sobre tela. 93,5 x 75,5 cm. Inv.nº: 77P9

1.2. Obra Gráfica

DOUCET, Jérôme (pref.) – *XXDESSINS*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, 1983.

MOLDER, Maria Filomena (ed.) - *La Legende de Saint Julien l'Hospitalier, de Flaubert, illustration de Amadeo Souza Cardoso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, 2006.

1.3. Catálogos e Estudos

FRANÇA, José Augusto de - *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand, 1974.

FREITAS, Helena de (coord.). *Amadeo de Sousa Cardoso. Dialogo de vanguardas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Assírio & Alvim, 2006.

FREITAS, Helena de (coord.) ALFARO, Catarina (texto). *Amadeo de Sousa Cardoso. Fotobiografia. Catálogo Raisonné*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Assírio & Alvim, 2007-8, 2 vol.

LEAL, Joana Cunha - "Uma entrada para Entrada. A historiografia e os territórios da pintura". *Intervalo*. 2010. Nº. 4, p.138-158.

*Estado e políticas económicas em tempo de Guerra: a
experiência portuguesa (1914-1919)*

Ana Paula Pires

Instituto de História Contemporânea
da Universidade Nova de Lisboa

Índice

Estado e políticas económicas em tempo de Guerra: a experiência portuguesa (1914-1919)*

State and economic policies in wartime: the Portuguese experience (1914-1919)

Ana Paula Pires**

Resumo:

As duas guerras mundiais influenciaram profundamente a história económica, cultural, política e institucional; transformaram a natureza das instituições e os padrões das trocas, afectaram o desenvolvimento tecnológico mas, acima de tudo, foram consumidoras de “riqueza”; perturbando o funcionamento dos mercados e influenciando, directamente, o crescimento económico. Este texto procura analisar a organização da economia de guerra em Portugal, estudando algumas das suas principais características e especificidades, na sua maioria bastante demonstrativas do grau de dependência da economia nacional em matéria de comércio externo e que serviram para denunciar o conjunto de vulnerabilidades estruturais que caracterizava a realidade económica nacional relativamente à natureza e composição do tecido produtivo.

PALAVRAS CHAVE: Guerra, Estado, Frente Interna, Economia, Portugal

Abstract:

The two world wars deeply influenced economic, cultural, political and institutional history; they transformed the nature of the institutions and the patterns of trade, affected the technological development but, above all, were consumers of “wealth”, disturbing the functioning of markets and influencing, directly economic growth. This paper analyzes the organization of the war economy in Portugal, studying some of its main characteristics and specificities, mostly quite demonstrative of the degree of dependence of the economy on foreign trade and which served to denounce a set of structural vulnerabilities that characterized the national economic reality regarding the nature and composition of the productive fabric.

KEYWORDS: War, State, Home Front, Economy, Portugal

* Este artigo sintetiza uma comunicação da autora realizada no âmbito do Colóquio “A Primeira Guerra Mundial e a Sociedade Portuguesa, Evocar e Conhecer”, realizado em 12 de dezembro de 2014 e apoiado pelo Arquivo Distrital de Évora.

** Doutorada em História, especialidade História Económica e Social Contemporânea pela FCSH-UNL. Investigadora de pós-doutoramento e membro da Direcção do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL.

É actualmente editora de 1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War, projecto coordenado pela Freie Universität, de Berlim e co-fundadora da International Network for the Study of the Great War in Africa.

asoarespires@gmail.com

A I Guerra Mundial teve um impacto globalmente negativo no percurso económico português. A Guerra agravou uma crise económica endémica, e interrompeu o equilíbrio orçamental conseguido em 1913, inibindo quaisquer possibilidades de progresso económico, a médio e longo prazo. Recordem-se as principais características da economia e da sociedade portuguesa, nas vésperas da eclosão da I Guerra Mundial: um País rural, maioritariamente analfabeto, a braços com uma situação económica e financeira complexa e dependente do comércio exterior em matéria de abastecimentos alimentares (cereais) e energéticos (carvão). Esta situação suscitou, apesar de Portugal se ter mantido neutral até Março de 1916, efeitos directos e imediatos na vivência quotidiana da população portuguesa.

Este artigo tem três objectivos principais:

- Analisar a mobilização económica e a economia de guerra implementada pela I República;
- Compreender e enquadrar devidamente as funções e actividades dos novos organismos criados pelo Estado;
- Estudar a interdependência e as relações entre o Estado e os privados na construção e implementação de uma economia de guerra.

A I Guerra Mundial e a República Portuguesa

A crise portuguesa ganhou um novo protagonismo com o início da I Guerra Mundial, reflexo agudizado e inevitável das debilidades e dependências de um País possuidor de uma “marinha mercante” capaz de transportar apenas 1/10 dos fretes necessários ao abastecimento nacional e de uma economia dependente do exterior para se alimentar e para ter energia e matérias-primas. Esperava-se que o impacto da Guerra no comércio externo português se fizesse sentir em três momentos específicos:

1. Estagnação e paralisação da actividade comercial;
2. Adaptação do comércio às condições originadas pela guerra;
3. Restabelecimento das relações comerciais, incorporando as novidades trazidas pela guerra¹

A par de tudo isto, a situação financeira foi-se agravando. Sem qualquer programa ou política estruturada, a República não se coibiu de recorrer à inflação e ao aumento da circulação fiduciária, confrontando-se com os efeitos negativos decorrentes do desequilíbrio orçamental. Por outro lado, sublinhe-se o recurso ao endividamento externo, junto da Grã-Bretanha, única forma de fazer face às despesas, sempre crescentes, decorrentes do armamento e manutenção das forças armadas em África e, a partir de 1916, na Flandres.

¹ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

Importação para consumo (1913)

Países	Valores em contos em 1913	Percentagem sobre o total em 1913	Percentagem sobre o total em 1909
Inglaterra	23 489	26,40%	26,94%
Alemanha	15 840	17,80%	17,80%
Estados Unidos	9 892	11,12%	10,08%
França	7 594	8,53%	8,90%
Espanha	3 843	4,52%	6,58%
Colónias	2 850	3,20%	3,29%
Brasil	1 651	1,86%	2,02%

Fonte: MENESES, José Domingos de, "O Comércio de Portugal com a Alemanha" in *O Economista Português. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 12.º Ano, n.º 128, 24 de Setembro de 1921, p.545.

Os efeitos da dependência externa em matéria de transportes e abastecimentos, evidenciando um cenário de escassez generalizada, acabaram por forçar a República portuguesa a intervir na esfera económica, delineando, sem recurso a qualquer matriz teórica ou aparelho conceptual, os contornos de uma economia de guerra. A Guerra determinou assim um momento de viragem em relação ao papel do Estado, abrindo caminho a uma redefinição das suas funções ao nível da organização e gestão das actividades económicas e do tecido produtivo. Nesse sentido, a acção intervencionista do Estado foi apresentada como uma condição fundamental para garantir o regular abastecimento do País e atenuar a carestia de vida. À semelhança do que vinha acontecendo também no domínio internacional, as primeiras tentativas de definição de políticas económicas de guerra, denunciando um carácter acentuadamente circunstancial, surgiram sem qualquer plano ou estratégia, guiados unicamente pela preocupação de conter a especulação e minimizar o crescente descontentamento popular. Deve todavia referir-se que as primeiras medidas adoptadas (logo no Verão de 1914) reflectiam um esforço e uma tentativa de cooperação não só entre ministérios, mas também entre o poder político, as "forças vivas" e as autarquias, num esforço de esbater os efeitos do intervencionismo do Estado e de contrabalançar a sua falta de experiência na condução de assuntos económicos.

O novo papel do Estado

Em termos gerais, a literatura internacional tem sublinhado a ausência de discussão, bem como de qualquer formulação teórica, em torno de conceito de política económica de guerra nos anos anteriores a 1914. A grande mais-valia destes anos é precisamente a observação concreta das experiências por trás do desenvolvimento e organização de um aparelho teórico e conceptual que, no domínio do planeamento das actividades económicas, permitisse aos governos responder às necessidades im-

postas e decorrentes da Guerra². Compreende-se por isso que esta realidade não encontrasse razão de ser até à eclosão da Primeira Guerra Mundial, sobretudo se tivermos presente que até aí as guerras tinham tido efeitos circunscritos, afectando apenas uma parte reduzida da população, podendo o seu custo ser suportado pela economia geral, sem modificações profundas das condições de vida³. O Estado passou então a dispor de quatro elementos para organizar o sistema liberal em função das necessidades civis e militares: o racionamento, a mobilização da mão-de-obra, o crédito e os preços.

Este reforço da intervenção do Estado na esfera económica foi uma experiência inovadora que obrigou os poderes políticos a distribuir encomendas e a abastecer produtos estratégicos, de modo a suprir as principais necessidades da população. A experiência acabou por ter um duplo efeito, gerando um novo tipo de relações entre o capital e o Estado e despertando, simultaneamente, a consciência para o papel que as políticas económicas poderiam desempenhar quando se tratava de minorar os efeitos económicos e sociais do liberalismo.

A tendência que a Grande Guerra inaugurou ditaria, de resto, - e essa foi uma das suas consequências mais notórias - que a condução do conflito, sobretudo a partir de 1915, ano em que ficou claro que a Guerra teria uma duração longa, acabasse por se assemelhar bastante à execução de um grande empreendimento económico em que a indústria, a agricultura e o crédito desempenhariam funções cimeiras. No fundo, era o reconhecimento estatal de que a mobilização militar era já insuficiente para garantir a defesa nacional.

Note-se portanto a especificidade, os reflexos, o significado, mas acima de tudo a novidade de um conflito como o que se avizinhava; sobretudo pelo seu impacto directo - e que deve ser entendido e medido à escala planetária - na transformação do quotidiano e da vivência de milhões e milhões de cidadãos.

Abria-se um novo ciclo, marcado pela consolidação da economia como uma frente de combate das mais importantes. Novo ciclo que deve ser entendido também pelo que significou em termos de debate, nomeadamente em relação à redefinição do papel e das funções do Estado em matéria de direcção, organização e gestão da actividade económica e do tecido produtivo. Tornou-se por isso necessário isolar e analisar este intervencionismo específico, diferenciando-o da acção estatal em outras áreas, sobretudo no campo social onde há muito se vinha fazendo sentir. De resto e relativamente a uma formulação mais explícita deste paradigma, admitia-se que a intervenção do Estado se podia impor em situações de: desequilíbrio económico, aumento da produção e melhor repartição de riqueza, afirmando-se, desde o início, como condicionante, que não deveria substituir outros órgãos materiais da vida económica, como a família e a empresa, pressuposto que, aliás, em tudo tinha que

² Veja-se em particular HANCOCK, W.K., *British War Economy*. London: HMSO, 1949.

³ LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa Leite, *Economia de Guerra*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1943, p.3.

ver com a avaliação e enquadramento dos limites da gestão directa do Estado⁴.

Uma nova frente

A República portuguesa, apesar de até Março de 1916, não se ter declarado nem neutral nem beligerante face à guerra na Europa, por força das limitações da produção nacional e em virtude dos efeitos de uma dependência externa crónica em subsistências, combustíveis e transportes (que o evoluir da guerra se encarregaria de colocar ainda mais em evidência), foi forçada a lançar, a partir do final de 1914, os contornos da organização de uma economia de guerra, numa tentativa, nem sempre bem sucedida, de minorar os efeitos do conflito europeu na actividade económica e financeira do País.

Refira-se, de resto, que, em matéria de preparação económica para a guerra, as propostas apresentadas pelo Governo de Bernardino Machado (9 de Fevereiro a 12 de Dezembro de 1914) não estavam desfasadas das providências que, desde o final de Julho, tinham sido tomadas quer pela França, quer pela Inglaterra⁵. Algumas destas medidas foram tomadas logo a 3 de Agosto de 1914, data em que o Ministério da Justiça emitiu uma circular que enviou aos Procuradores da República, Ministério do Interior e Governadores Civis e que tinha como principais objectivos, nomeadamente: (i) a punição de todos os crimes relacionados com a circulação, aceitação e ágio da moeda com curso legal no território da República; (ii) condenação do monopólio dos géneros de primeira necessidade; (iii) e, finalmente, a sanção de todas as alterações dos preços resultantes da livre concorrência dos mercados⁶. No meio de tudo isto não podemos esquecer que o Governo português tinha também habilitado o Banco de Portugal a trocar por prata “(...) todas as notas que para esse efeito lhe sejam apresentadas”⁷.

⁴ Um bom exemplo do debate e problematização em torno da temática do intervencionismo e da redescoberta do papel do Estado nos primeiros anos do século XX é memória publicada por Pedro Castiñeras Y Teijeiro em 1914. Cf. CASTIÑERAS Y TEIJEIRO, Pedro, *Exposición y crítica del llamado intervencionismo del Estado*. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos, 1914, p.125. Ver também, TILLY, Charles - Reflections on the History of European State-Making. In TILLY, C. (ed.) *The Formation of national states in Western Europe*. New Jersey: Princeton, 1975.

⁵ Já tivemos oportunidade de acompanhar algumas das principais medidas tomadas pela Inglaterra ainda antes da declaração de guerra da Alemanha, importa agora seguir um pouco o percurso e a cronologia da França, também nesta matéria:

30 de Julho de 1914 – Fim das operações em Bolsa.

1 de Agosto de 1914 – Moratória sobre as letras comerciais e os pagamentos bancários.

Importa referir que a Alemanha decidiu suspender as operações em Bolsa, a 4 de Agosto de 1914, na sequência da declaração de guerra à Grã-Bretanha. Sobre as perturbações económicas causadas pela guerra em Londres, Paris e Berlim Cf. LAWRENCE, Jon - The Transition to war in 1914. In *Capital Cities at War. Paris, London, Berlin (1914-1919)*, (Edited by) WINTER, Jay and ROBERT, Jean-Louis, Cambridge: Cambridge University Press, 2004. pp.135-163.

⁶ Veja-se Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Torre do Tombo (DGLAB – TT), Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Maço 55, Circular de 3 de Agosto de 1914, enviada pelo Ministério do Interior aos Governadores Civis.

⁷ Cf. “As suas consequências em Portugal. Providências do governo português” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 4 de Agosto de 1914, p.2.

Importa enquadrar estas disposições no cenário de contestação e de crítica à incapacidade demonstrada pela República na apresentação de propostas viáveis capazes de solucionar, a prazo, as sempre eternas dificuldades económicas e financeiras; realidade cuja evolução, sob o signo de uma guerra então eminente e na ausência de uma resposta adequada por parte dos poderes públicos, se iria reflectir necessariamente na degradação das condições e do nível de vida da população, provocando um aumento da conflitualidade social. Note-se portanto como o quadro de atraso económico português actuou e potenciou a tomada enérgica de um conjunto de medidas destinadas a prevenir e a mitigar (pelo menos em teoria) os impactos em cadeia provocados pela Guerra, na sociedade portuguesa; mais do que os efeitos directos da beligerância, o que estava verdadeiramente em causa, em Agosto de 1914, era a desarticulação do funcionamento das economias e dos circuitos normais de distribuição.

De resto, parece ser legítimo concluir que a ameaça da guerra obrigou também, e uma vez mais à semelhança do que vinha acontecendo na Europa, a uma maior interacção e concertação de esforços, não só entre os vários ministérios mas essencialmente entre o poder político, a banca, os representantes das associações comerciais e industriais e as autarquias.

A 6 de Agosto de 1914, Bernardino Machado chegava a Lisboa vindo de Buarcos. O chefe de Governo tinha ido apresentar ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, uma proposta de lei solicitando que se conferisse ao Poder Executivo as faculdades necessárias para o exercício de “(...) uma acção imediata em quaisquer eventualidades produzidas pelos acontecimentos exteriores”⁸. Na verdade este aumento da intervenção do Estado, ou se quisermos esta primeira tentativa de definição de uma política económica de guerra, pouco mais era que uma resposta às circunstâncias de momento, surgindo sem qualquer plano geral ou estratégia coerente.

À República interessava encontrar os processos práticos mais adequados para restabelecer a normalidade, tendo presente as principais marcas genéticas que, tanto na paz como na guerra, vinham condicionando a sua vida quotidiana, e onde se destacavam o problema dos abastecimentos⁹

⁸ “As suas consequências em Portugal” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 7 de Agosto de 1914, p.2. Refira-se ainda a este respeito a opinião expressa, mais tarde, pelo ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, em carta dirigida a 20 de Setembro de 1914 ao amigo Brito Camacho: “(...) a nossa aliada conta connosco para o que for necessário mas sabe melhor talvez do que nós os recursos de que dispomos e quer evitar de todos os modos envolver-nos numa contenda que completaria a nossa ruína económica sem nos trazer mais vantagens do que as que podemos esperar se seguirmos o caminho indicado”. Cf. GOMES, Manuel Teixeira, *Correspondência I Cartas para Políticos e Diplomatas*. Lisboa: Portugália Editora, 1960, pp.199-200. Ver ainda a carta de 15 de Outubro de 1914 enviada ao ministro dos Negócios Estrangeiros: “(...) podíamos tirar grande partido da situação ficando quietos e esperando que a Inglaterra nos procurasse em vez de irmos ao seu encontro”. *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*. Tomo I, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997, p.86.

⁹ Interessante para a apreciação e análise desta questão são as propostas apresentadas por António Maria da Silva, a 16 de Maio de 1914, no Congresso do Partido Republicano realizado na Figueira da Foz. Note-se que algumas das reflexões que apontou acabariam por ser postas em prática já durante a guerra, destacando-se, entre outras coisas: (i) criação de cozinhas económicas em todos os centros industriais; (ii) adopção de um regime alimentar vegetariano misto; (iii) realização de inquéritos à situação do operariado e dos patrões; (iv) arroteamento da terra; (v) desenvolvimento do crédito agrícola e industrial e (vi) facilidades de crédito para a construção de casas económicas. Cf. SILVA, António Maria da, *Meios práticos de baratear a vida – O problema das subsistências. Congresso de 1914 na Figueira da Foz*. Lisboa: Tipografia Cooperativa Militar, 1914, p.2-3.

e a questão financeira.

Importa por isso reforçar a ideia de que, mesmo neutral, a República portuguesa foi forçada a impor, desde os primeiros dias do conflito, um controlo apertado da actividade económica e financeira, numa tentativa, pouco frutífera mas louvável, de minorar o impacto e os efeitos nocivos da guerra na vida económica e financeira do País¹⁰.

Vale a pena sublinhar que era necessário definir políticas e estruturar uma estratégia que permitisse esclarecer de uma vez por todas que papel iria desempenhar Portugal na Guerra europeia, numa altura em que o governo inglês continuava a recomendar prudência e o manifesto desejo de que “não entrássemos na guerra”¹¹.

Impossível ignorar era também a forma como a guerra começava a alterar o modo como se olhava para a estrutura económica portuguesa, tomando-se consciência do quadro de reservas e debilidades que enformavam o tecido produtivo nacional e que, em boa medida, ajudavam a explicar a nossa dependência externa. A tendência era assim para a definição de prioridades e para a estruturação de linhas de rumo que contrariassem esta orientação e que assegurassem, prioritariamente, o abastecimento do País em bens de primeira necessidade. Além do mais, tornava-se necessário encontrar os instrumentos adequados por forma a potenciar não só o desenvolvimento do sector dos transportes mas também, inevitavelmente, a promoção e fomento da exportação e o aumento da produção agrícola, estratégia que de resto tinha que ser gerida num quadro onde a “mão do Estado” vinha ganhando cada vez mais visibilidade.

A preocupação e a actuação do Estado no domínio dos abastecimentos foi acontecendo com ritmos e resultados nem sempre isentos de críticas. Deve referir-se, por exemplo, que a política de controlo de preços, sobretudo dos géneros de primeira necessidade, acabou por se revelar bastante liberal, abrindo espaço e possibilidade ao incumprimento das tabelas e, conseqüentemente, à especulação. Por outro lado tornara-se evidente que, numa conjuntura de escassez como aquela que se vivia nos primeiros meses de 1915, só a “solidariedade” poderia funcionar como remédio, contribuindo para o atenuar dos efeitos da guerra nas camadas mais desfavorecidas da sociedade portuguesa. Para o

¹⁰ Esta necessidade tornar-se-á novamente visível durante a II Guerra Mundial, obrigando, uma vez mais, à adopção de uma verdadeira “economia de guerra”, como de resto lhe chamou o então ministro das Finanças João Pinto da Costa Leite (Lumbrales).

¹¹ Carta de 11 de Dezembro de 1914 enviada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, ao Ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes. *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*..., p.155. Ver também a propósito, o comentário de Teixeira de Pascoais sobre qual deveria ser a atitude de Portugal perante a guerra europeia, e que era aliás um bom exemplo da divisão da sociedade portuguesa entre “guerristas” e “anti-guerristas”: Se formos para a guerra, mostraremos ao mundo que estamos prontos a morrer pela Pátria, que somos alguém que vive porque quer viver (...) Antes de tudo, sejamos portugueses, quero dizer: sacrifiquemos os nossos interesses pessoais e partidários ao sagrado interesse da Pátria”. PASCOAIS, Teixeira de, “Portugal e a Guerra e a Orientação das Novas Gerações” in *A Águia. Órgão da Renascença Portuguesa*, 2.ª série, n.º36, Dezembro de 1914, pp.161-168. Mais pessimista João Chagas foi categórico nas impressões que registou no seu diário: “Tem-se a impressão de que a República está por um fio. O facto que devia consolidá-la para todo o sempre, a nossa participação na guerra, está sendo um desastre que pode precipitar a nação num abismo de vergonha”. CHAGAS, João, *Diário I – 1914*, (Prefácio de João B. Serra), Lisboa, Edições Rolim, Novembro de 1986.p.382-383.

efeito, o Governo potenciou e alargou a sua capacidade de intervenção no sector social, consolidando iniciativas de que fizeram parte não só o *pão político* mas também o reforço de créditos extraordinários destinados à manutenção de cozinhas económicas¹² e a abertura de trabalhos públicos por administração do Estado nas regiões do País em que o descontentamento era já larvar e o confronto latente¹³. De qualquer forma aconteceu que na maioria dos casos, os resultados da estratégia governamental acabaram por se revelar insuficientes; os efeitos combinados do desemprego, da carestia de géneros alimentares e da alta dos preços tinham já ganho uma dinâmica própria, produzindo, inevitavelmente, alterações significativas da ordem pública em vários distritos do País¹⁴.

Tornou-se de certa forma evidente que a intensificação da regulação económica por parte do Estado continuava a não considerar o desenvolvimento da produção interna como uma das suas variáveis, por sinal a mais importante. A vida era cara porque efectivamente a produção nacional era há muito inferior às necessidades de consumo; a produção cerealífera, apesar do protecționismo que a rodeava, não conseguia progredir. Aconteceu também que a aposta no desenvolvimento da cultura vinícola, rodeada de todas as cautelas tanto nas alfândegas como nos tratados de comércio, continuava a não gerar as receitas suficientes para cobrir o valor dos produtos importados. Eram assim recorrentes as observações da imprensa, chamando a atenção para os fracos recursos económicos do País: “(...) agonia industrial – comércio sem navios – fortes impostos directos e indirectos e colónias ao abandono”¹⁵.

¹² Referimo-nos à abertura de um crédito extraordinário no valor de 10 000\$00. Decreto n.º 1398, *Diário do Governo*, I Série, n.º 50 de 13 de Março de 1915.

¹³ Esta foi aliás uma das medidas propostas pelo ministro do Fomento para atenuar a carestia de vida das classes piscatória e moliceira do distrito de Aveiro. Em relação a este distrito, em concreto, a restrição da pesca e a proibição da apanha de moliço tinham contribuído para o agravar da sua situação económica. Em Pardelhas, concelho de Estarreja, foi o Governador Civil quem, após o protesto dos pescadores, assegurou que o Governo “(...) tinha em muita ponderação as suas queixas, e para as remediar estava na disposição de abrir trabalhos no esteiro de Pardelhas e noutras partes até à importância de 3000\$ o que representava os salários prováveis de dois meses(...)”. Refira-se que a Direcção de Obras Públicas de Aveiro se encontrava já habilitada a empregar pescadores nos trabalhos de reparação da Estrada Nacional n.º 41 entre Aveiro e Angeja e na estrada de Aveiro à Barra. Ver em particular os dois ofícios de 17 de Março dirigidos pelo Governador Civil de Aveiro ao Ministro do Interior: DGARQ – TT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Maço 59, Ofício de 17 de Março de 1915 enviado pelo Governador Civil de Aveiro ao ministro do Interior. Embora sem esquecer outras medidas, nomeadamente o combate à especulação, foi a necessidade de se empregar a população desempregada nas obras do Estado que acabou, também, por dominar a exposição feita pelo Governador Civil do Funchal ao Director Geral da Administração Política e Civil: “Espero ansiosamente do Exm. Ministro do Fomento as providências que solicitei e ainda outras que Sua Ex.ª entender no seu superior critério, tendentes a minorar o actual estado económico deste distrito, onde seria de toda a conveniência iniciar trabalhos onde pudessem ser empregado o maior número possível dos seus habitantes especialmente daqueles, que por motivo da conflagração europeia, não têm que fazer por não poderem exportar os produtos da sua indústria manual”. DGARQ – TT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Maço 56, Ofício de 22 de Abril de 1915 enviado pelo Governador Civil do Funchal ao Director Geral da Administração Política e Civil.

¹⁴ Situação analisada em detalhe no memorando enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey. NAUK, FO 368/1383, Memorando confidencial sobre o comércio e as finanças de Portugal, de 22 de Março de 1915 enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey.

¹⁵ Vale a pena ver as observações da Associação Industrial Portuense: “A crise recebe o embate desses decretos, e, como uma muralha solidamente construída, lança-os por terra, resistindo sem o menor sinal de brecha”. “Critério Económico” in *O Trabalho Nacional*, n.º 11, de 15 de Novembro de 1915, p.321-322.

A preocupação e a actuação do Estado devia por isso procurar despertar por todos os modos possíveis a produção nacional, estimulando o aumento da produção agrícola e industrial, explorando novas fontes de riqueza, promovendo a exportação e oferecendo em suma garantias para que os capitais aplicados especulativamente no estrangeiro regressassem rapidamente a Portugal. É certo que ainda se chegou a ensaiar a aplicação de algumas destas medidas mas continuou a faltar a vontade e o empenhamento político necessários para as aplicar a fundo, ou como por esta altura sintetizou a Associação Industrial Portuense: “(...) era preciso convencer o País de que a sua salvação só dependia da sua dedicação ao trabalho e da confiança que depositasse nos seus dirigentes”¹⁶.

Uma das alterações mais significativas do regresso do Partido Democrático ao poder no final de Novembro de 1915, foi sem dúvida o reforço da política de defesa do Estado, tanto nas suas vertentes política e militar como económica. Para além da atenção e da retórica do seu líder, Afonso Costa, em torno da já gasta questão da constituição de um governo nacional – problema que o agudizar da crise política interna viera colocar novamente na ordem do dia¹⁷ – tinha ganho nova importância a necessidade de se criar uma atmosfera de tranquilidade e confiança capaz de salvaguardar os interesses da República num cenário cada vez mais real e eminente da participação de Portugal no teatro de guerra europeu. De notar, por isso, o sentido de oportunidade de Afonso Costa e a forma convicta com que logo na sessão de apresentação do Governo ao Parlamento declarou que os trabalhos do novo Ministério, por serem delicados e complexos, não podiam compadecer-se, e muito menos confinar-se, aos limites “(...) de um qualquer programa partidário”¹⁸. Aliás nesta matéria era preciso atender em conjunto e com rapidez às múltiplas necessidades que o País vinha sofrendo, o que pressupunha solidariedades supra partidárias, nem sempre fáceis de alcançar.

Foi assim que se reforçou a necessidade de defender a moeda portuguesa – valorizando-a – temática que, entre outros resultados, acabou por dar origem a alguma reflexão teórica em torno dos mecanismos de correcção mais adequados para inverter a tendência e em que, recuperando a tradição mercantilista, acabou por assumir relevo redobrado a necessidade de se proibir a exportação de ouro.

¹⁶ *Idem*, p.321.

¹⁷ Sobre a demissão do gabinete de José de Castro e a nomeação de Afonso Costa ver em particular: “O novo ministério” in *A Capital*, de 29 de Novembro de 1915, p.2.e *Diário do Senado*, Reunião Extraordinária do Congresso, 1.ª Sessão, em 27 de Novembro de 1915, pp.5-13. Cf. igualmente PERES, Damião, Quinze meses de instabilidade governativa In *História de Portugal*, I Suplemento, (Dir.) PERES, Damião, Porto: Portucalense Editora, 1954, p.73-138.

¹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 1 de 2 de Dezembro de 1915, p.6. Interessante e elucidativos foram também os comentários de Brito Camacho a propósito das linhas programáticas do novo governo: “Ele tenciona, por exemplo, reformar as finanças públicas, a organização judiciária, a polícia e o sistema colonial; ocupar-se da administração local e da educação nacional; reorganizar a indústria, o comércio e a agricultura; desenvolver as pescarias e a marinha mercante; estabelecer um sistema de seguros do Estado. A tarefa que o senhor Costa assim, confiadamente, se propõe, é das que requerem o génio dum Pombal, tendo um povo unido atrás de si (...) e como os republicanos moderados – os evolucionistas, chefiados pelo senhor Almeida, e os unionistas, pelo senhor Camacho – tenham sido, mais uma vez excluídos da participação no Poder, seria arriscado profetizar ao novo governo português uma vida fácil ou longa”. CAMACHO, Manuel de Brito, *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1934, p.217.

Economia e Guerra

A Alemanha declarou guerra a Portugal a 9 de Março de 1916. Foi então constituído um Governo de União Sagrada e iniciou-se uma nova fase na organização da economia de guerra; nova fase que deve, desde logo, ser encarada pelas novidades introduzidas na máquina estatal e cujo lado mais visível foi, sem dúvida, a criação de novos ministérios e a reformulação de instituições já constituídas¹⁹.

À medida que as dificuldades económicas e financeiras se iam acentuando, ficava cada vez mais claro que o principal problema nacional era um problema de produção, dependente não só do aumento do nível de investimento mas sobretudo da adopção de instrumentos adequados ao seu estímulo e promoção. Foi de resto considerando este ponto de vista que, tanto em conferências como através da publicação na imprensa de vários artigos de opinião, as “forças vivas” vinham alertando para a necessidade de se adoptar uma política de fomento preocupada essencialmente em garantir e assegurar a riqueza, a segurança e o bem-estar nacional²⁰. A lógica mandava uma vez mais que se promovesse o sempre adiado aproveitamento dos terrenos incultos, que se criassem as condições necessárias à expansão do comércio nacional mas que, acima de tudo, se unificasse o mercado interno, desenvolvendo-se a rede de caminhos-de-ferro e a viação acelerada, estreitando-se simultaneamente as relações económicas com as colónias, especialmente com Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. E neste domínio era imprescindível o olhar atento e protector do Estado.

Há que não esquecer que por esta altura tinham surgido algumas reflexões quanto à viabilidade da industrialização do País, discutindo-se qual o papel, natureza e funções que o Estado deveria ser chamado a desempenhar em todo o processo²¹. Pode desde já referir-se que, entre os círculos industriais, uma das principais questões suscitadas pela criação de um Ministério do Trabalho, na sequência da entrada de Portugal na Guerra, tinha sido justamente o evidente patrocínio que o novo organismo poderia conferir ao desenvolvimento da actividade industrial, “(...) pela valorização das populações trabalhadoras e pela expansão da força motriz e das matérias-primas existentes na metrópole e nas colónias”²². Evidentemente que a evolução dos acontecimentos acabaria por impor outra direcção; a

¹⁹ Caso da Comissão de Subsistências que passou a denominar-se Comissão de Abastecimento, transitando do ministério do Fomento para o Trabalho e Previdência Social. Cf. Decreto n.º 2 660, *Diário do Governo*, I Série, n.º 199 de 30 de Setembro de 1916.

²⁰ Para além da diminuição da tonelagem e das dificuldades de importação, as conferências dos aliados, tinham demonstrado também que no terreno económico a batalha contra a Alemanha deveria continuar após a assinatura da Paz, orientação que significava, entre outras coisas, a necessidade de Portugal aumentar os níveis de produção tanto da agricultura como do comércio: “Tanto mais nos confiamos nessa opinião quanto só pelo desenvolvimento das indústrias e da lavoura, Portugal poderá furtar-se à derrota na batalha económica que se está iniciando e que, feita a paz entre as nações beligerantes, deve tomar um grande vigor. Trata-se, por parte dos aliados, de guerrear a preponderância comercial da Alemanha(...)”. “A Produção nacional” in *O Trabalho Nacional*, n.º 17, de Maio de 1916, p.130.

²¹ “Notas Económicas e Financeiras” in *Diário de Notícias*, de 14 de Novembro de 1916, pp.1-2. Situação bem analisada pelo director do Instituto Superior Técnico Alfredo Bensaúde, ao considerar que o desenvolvimento industrial dependia da correlação de dois factores: “uma política económica que permita o desenvolvimento e a introdução de indústrias viáveis ao nosso País, e uma boa organização das escolas especiais para produzirem os técnicos que à sombra de uma sábia legislação possam impulsionar o desenvolvimento industrial”. Bensaúde, Alfredo, “O Instituto Superior Técnico e o desenvolvimento da indústria nacional” in *A Águia. Órgão da Renascença Portuguesa*, 2.ª série, n.º61, 62 e 63, Janeiro a Março de 1917, p.65.

²² “A Indústria em Portugal” in *O Trabalho Nacional*, n.º 23, de Novembro de 1916, p.330.

comprová-lo estava a legislação económica que continuava a ser pouco favorável ao desenvolvimento industrial.

Azeredo Perdigão tinha publicado por esta altura um trabalho pioneiro, onde desmontava a tese que, catorze anos antes, Anselmo de Andrade tinha defendido no *Portugal Económico*, justificando o carácter essencialmente agrícola de Portugal²³. Na linha de pensadores como Ackermann e de Marnoco e Sousa, Azeredo Perdigão acreditava nas potencialidades da riqueza mineira do sub-solo nacional que, em seu entender, se encontrava inexplorada devido à escassez de capitais e de transportes, reforçando a necessidade de se desenvolver o mercado através do protecção e do fomento industrial²⁴.

A “União Sagrada” reconhecia que a situação do País era grave mas lembrava que os seus efeitos seriam incomportáveis se Portugal não tivesse escolhido o caminho da beligerância. De qualquer forma, importa uma vez mais sublinhar o reconhecimento da imprescindibilidade de se intensificar o trabalho, a produção e o aumento da produtividade agrícola, partindo do pressuposto correcto de que para isso era essencial modificar também os processos e os métodos de exploração, criando-se campos de experimentação e adquirindo-se máquinas e motores eléctricos. A entrada de Portugal na Guerra deveria por isso ser aproveitada, lançando-se, à semelhança do que vinha sendo feito em França e Inglaterra, as bases de uma agricultura mais vasta e progressiva por forma a garantir a auto-suficiência nacional, sobretudo no tocante a cereais.

Deve, todavia, assinalar-se que o problema dos transportes marítimos continuava a surgir como um tema recorrente, indissociável da resolução da questão das subsistências. Para além dos problemas em torno do abastecimento interno, eram recorrentes as dificuldades que afectavam as exportações, nomeadamente no sector conserveiro, que se encontrava impedido de satisfazer os pedidos que diariamente lhe chegavam do estrangeiro, devido à ausência de navios.

²³ PERDIGÃO, José de Azeredo, A Indústria em Portugal (Notas para um Inquérito). in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Vol. III, 1916, pp.5-192. Ver também PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo, “A Indústria em Portugal” in *Revista da Faculdade de Direito*, n.º 1 e 2, Janeiro a Junho de 1917, p.144-147.

²⁴ Relativamente a esta questão Azeredo Perdigão apoiou a sua tese em quatro argumentos principais:

1. “Porque nos não faltam, na metrópole e nas colónias, matérias-primas ou possibilidade de as obter – nem no reino mineral, nem no reino animal, nem no reino vegetal;
2. Porque, a admitir a falta, de resto não absoluta, de carvão de pedra, há a lançar mão em larga escala da antracite e da hulha branca tão abundantes como desaproveitadas;
3. Porque nos não faltam mercados para o consumo, entre os quais avultam o Brasil e as colónias portuguesas;
4. Porque nada impede que melhorem e barateemos a nossa produção desde o momento em que sinérgicamente procuremos actuar nas condições gerais de protecção e incitamento à indústria”. *Idem*.

Note-se, a propósito, que também por esta altura nos meios industriais começava novamente a ganhar forma a viabilidade de um projecto tendente à concessão e exploração da indústria siderúrgica em Portugal. Ver em particular: “Indústria Siderúrgica” in *O Trabalho Nacional*, n.º 18, de Junho de 1916, pp.163-168; “A Indústria siderúrgica” in *O Trabalho Nacional*, n.º 24, de Dezembro de 1916, p.357-367; *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 18 de 15 de Janeiro de 1917, pp.14-41 e ROLLO, Fernanda, Memórias da vontade: da implantação da indústria siderúrgica e do desenvolvimento industrial do País. In *Memórias da Siderurgia. Contribuições para a História da Indústria Siderúrgica em Portugal*, (Coord.) ROLLO, Fernanda, Lisboa, História Publicações, Junho de 2005, p.28 e seguintes. A concessão do direito de exploração da indústria siderúrgica foi regulamentada em Abril de 1917, Lei n.º 678, *Diário do Governo*, I Série, n.º 58 de 14 de Abril de 1917.

Importa sublinhar que uma das últimas grandes iniciativas do primeiro-ministro, António José de Almeida, tinha sido justamente, e numa tentativa de contrabalançar o peso que o Estado vinha exercendo sobre a actividade económica a criação, à semelhança do que acontecera em todos os países beligerantes, no início de 1917, de um Conselho Económico Nacional (C.E.N.) directamente dependente da Presidência do Ministério. A primeira reunião do CEN teve lugar a 3 de Março, no Ministério das Colónias²⁵. Colocava-se, uma vez mais, no centro de todas as preocupações o estabelecimento de um elo de ligação forte entre o Governo e as classes produtoras no sentido de se resolverem as questões mais urgentes da vida nacional. O Conselho ficou dividido em três comissões de estudo – subsistências, colónias e estudo dos problemas económicos futuros – “às quais” competia não só a análise crítica dos problemas nacionais mas também a apresentação de medidas práticas e eficazes que atenuassem os efeitos da crise, preparando o País para a Paz²⁶. Ficava uma vez mais excluída, e contrariamente ao que vinha sucedendo por toda a Europa, onde vinha ganhando espaço e significado a aproximação entre sindicatos e poder político, qualquer representação da U.O.N.²⁷.

A percepção de que a guerra não justificava por completo o agravamento e a deterioração da situação económica nacional ganhava cada vez mais intensidade, constituindo, de resto, um aspecto central para analisar as exigências dirigidas ao Governo tanto pelo operariado como pelas associações industriais, pedindo uma maior fiscalização e a adopção de medidas que condenassem a especulação dos preços dos géneros alimentícios, e, conseqüentemente, a alta constante dos preços²⁸.

Embora António José de Almeida tenha sublinhado que as funções do C.E.N. eram, meramente, consultivas o mal estar estava instalado e a 20 de Abril de 1917 era votada, na Câmara dos Deputados, a sua extinção. A ruptura no seio da “União Sagrada” era então iminente e a demissão do Governo inevitável...

²⁵ Entre os presentes no encontro contavam-se, para além de António José de Almeida, dos ministros do Trabalho e Marinha, o sub-secretário de Estado das Colónias e representantes das Associações Comerciais de Lisboa, Porto e Coimbra, Associações Industriais de Lisboa e Porto, Associação Central da Agricultura, Associação dos Lojistas de Lisboa, Conselho Administrativo dos Caminhos de Ferro, Liga Económica Nacional, Sociedade de Geografia de Lisboa, Centro Comercial do Porto, Centro Colonial, Empresa Nacional de Navegação, Associação Comercial de Luanda, Associação dos Agricultores da Zambézia, Comissão de Abastecimentos, Universidades de Lisboa e Coimbra, e Instituto Superior Técnico. “Conselho Económico Nacional” in *O Trabalho Nacional*, n.º 26, de Março de 1917, p.36 e “Conselho Económico” in *O Jornal do Comércio e das Colónias*, de 4 de Março de 1917, p.1.

²⁶ Composição das Comissões de Estudo do Conselho Económico Nacional:
Comissão de Estudo dos problemas da crise nacional (Comissão dos transportes e subsistências) – Associação Comercial de Lisboa, Associação de Lojistas, Associação Industrial Portuguesa, Associação Central de Agricultura Portuguesa, Liga Económica Nacional e União da Agricultura, Comércio e Indústria.

Comissão de Estudo da questão colonial – Sociedade de Geografia de Lisboa, Centro Colonial, União Colonial, Liga Económica Nacional, Freire de Andrade, Marques Ribeiro, Lisboa de Lima, Guilherme Arriaga, Dúlio Ribeiro e Ernesto Vilhena.

Comissão de Estudo dos problemas económicos futuros – Reitores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, Director do Instituto Superior Técnico, Director do Instituto Superior do Comércio, Director do Instituto Superior de Agronomia, Director da Escola Médico-Cirúrgica, representante da Associação Industrial de Lisboa, representante da Associação Central de Agricultura Portuguesa e da Associação Comercial do Porto.

²⁷ *Idem*, p.37. Ver ainda MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p.155.

²⁸ “A Especulação dos preços das subsistências” in *O Trabalho Nacional*, n.º 33, de Setembro de 1917, p. 142.

Convenhamos que os pressupostos e a originalidade em que assentava o C.E.N. acabaram por não ser aproveitados, devidamente, pela “União Sagrada”; a oposição do Partido Democrático acabou por se mostrar contrária a qualquer tentativa de concertação entre governo, académicos e elites económicas, gorando, desta forma, as reais possibilidades de se realizar um estudo e de se encontrarem soluções de conjunto para os problemas nacionais. Importa referir, e para terminar, que o esforço para manter a coligação governamental, aliado a uma cada vez maior contestação do movimento operário, acabou por condicionar toda a actuação da “União Sagrada”, limitando-se, ao mínimo, a introdução de mudanças e reformas no âmbito da política económica de guerra.

Além do mais, impunha-se à consideração do Governo o facto nada negligenciável de serem cada vez mais as vozes a sugerir a nomeação de uma comissão para acompanhar dia-a-dia os problemas da dependência externa em abastecimentos, um pouco à semelhança da *Association Nationale d'Expansion Economique* (ANEE), criada em Paris no ano anterior, com o apoio das Câmaras de Comércio Francesas e de todos os agrupamentos da indústria, agricultura e comércio²⁹. Daí que não devam também ser subestimadas as iniciativas apresentadas pela Associação Industrial Portuense, durante a Assembleia Geral realizada em Julho, procurando justamente promover o estudo, a defesa e o progresso económico nacionais: “(...) o divórcio entre a acção do Estado e o interesse económico das nações não pode nem deve continuar (...) e o Estado, sob pena de se isolar e enfraquecer, não poderá alienar o apoio destas colectividades, porque será sobre elas, e não como actualmente sobre um partidarismo estéril, que há-de firmar o seu prestígio”³⁰.

Saliente-se ainda a forma como a constituição de um organismo com contornos semelhantes à *Association Nationale* foi apresentada como uma condição fundamental para assegurar a defesa dos legítimos interesses do nosso País, sobretudo no palco internacional. Foi esta realidade que António Maceira expôs no Parlamento, chamando a atenção da Câmara para a necessidade de “não sermos colhidos de surpresa, sem preparação”³¹, quando confrontados com os desejos e ambições dos restantes Aliados.

A vez da lavoura

A 5 de Dezembro de 1917 Sidónio Pais derrubou o Governo de Afonso Costa, através de um golpe de Estado. As propostas que então foram avançadas quanto ao rumo económico a seguir integraram algumas novidades de fundo, assumindo uma dinâmica própria, contrapondo a uma até então cres-

²⁹ Uma das principais tarefas da *Association* era a publicação e divulgação de todos os trabalhos relacionados com a expansão económica da França nos mercados mundiais. Cabia-lhe também promover a criação de novas indústrias, e impulsionar todas as iniciativas que tivessem em vista a conquista de novos mercados no exterior.

Sobre esta questão defendia-se nas páginas do *Jornal do Comércio e das Colónias*, que era da competência do Conselho de Comércio Exterior de Portugal, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a compilação dos elementos necessários ao estudo e análise *dos interesses económicos nacionais*, SANTOS, A. Edmond, “Tratados de Comércio. I” in *O Jornal do Comércio e das Colónias*, de 2 de Maio de 1917, p.1.

³⁰ “Associação Industrial Portuense. Assembleia Geral” *O Trabalho Nacional*, n.º 31, de Julho de 1917, p.112.

³¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 116 de 10 de Agosto de 1917, p.16.

cente contenção dos preços³², o fim da tabela e uma maior liberdade de circulação e de transacção, nomeadamente nos produtos do sector agrícola. Sidónio procurou assim satisfazer os desejos e vontades de uma lavoura descontente com a política de guerra do Partido Democrático, e para quem, à margem de outras leituras, a crise das subsistências não poderia ser resolvida por expedientes *opressivos* e *violentos*. Em suma, considerando a forma como foi pensada e estruturada, a trave mestra de toda esta política sectorial assentava na indispensabilidade de se aumentarem os preços agrícolas, estratégia que determinou, em poucos meses, que os seus valores fossem os mais elevados desde 1914.

Na verdade, o Governo não tinha concebido nem se mostrava disponível para patrocinar um programa coerente de intensificação da produção agrícola, até porque muitos lavradores se tinham mostrado contrários à sua implementação, considerando-o um abuso ao direito de propriedade, não se imiscuindo de fazer protestos e reparos que acabaram por concorrer para o seu adiamento³³. É claro que, associada à mobilização agrícola, teria que vir necessariamente a colonização interna.

Entre as publicações da especialidade, curiosamente naquelas de alguma forma associadas ao poder político, como o *Boletim da Previdência Social*, começavam a conquistar espaço alguns artigos versando a temática da produtividade do trabalho e em que se dava conta da necessidade de se publicarem dados estatísticos, de modo a tornar possível uma melhor avaliação do nível de produtividade do trabalho agrícola³⁴. Perante esta dificuldade, acaba por não ser estranho que, no meio de considerações de natureza mais genérica, o Ministério do Trabalho, sem se deter muito sobre a explicação, natureza e contornos do conceito (essa discussão pertencerá ao segundo pós-guerra), tivesse acabado por assumir as questões relacionadas com a intensificação da produção agrícola, fazendo-as depender do aproveitamento, por meio de diques, albufeiras e canais, das correntes e quedas dos rios e águas pluviais³⁵.

Por isso, o mais interessante é que se reconhecia que, apesar de tudo, era ainda o Estado quem reunia os melhores recursos e os meios necessários para transformar uma agricultura arreigada em práticas estruturalmente ineficientes num sector capaz de assegurar o desenvolvimento da produção e, conseqüentemente, a diminuição dos níveis de importação de bens agrícolas essenciais. Na interpretação do jornal *Economista Portuguez*, “neste caminho da lavoura oficial é o Estado quem tem de ir além e mais depressa, até mesmo para dar o exemplo. O Estado pode ter, ou já tem, como nenhuma

³² BELO, Artur, “As leis da fome” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 23 de Agosto de 1918, p.1. Entre Julho e Setembro de 1918, o jornal *O Século* lança uma poderosa campanha a favor da cultura e do investimento de capitais na indústria agrícola: “Capitais para a lavoura” in *O Século*, de 21 de Julho de 1918, p.1; “Semeie-se” in *O Século*, de 18 de Agosto de 1918, p.1; “Porque temos fome” in *O Século*, de 8 de Setembro de 1918, p.1.; “Semeemos” in *O Século*, de 12 de Setembro de 1918, p.1.

³³ JESUS, Quirino de, “A mobilização agrícola” in *O Economista Portuguez. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 9.º Ano, n.º 9, 9 de Dezembro de 1917, p.132.

³⁴ Veja-se em particular, SARAIVA, J. Andrade, “Produtividade do trabalho nacional e as instituições de previdência” in *Boletim da Previdência Social*, Ano II, n.º5, Janeiro a Abril de 1918, p.34.

³⁵ *Idem*, p.45.

outra entidade, recursos de pessoal, de material e de fundos, pelo crédito fiduciário, para ser ele próprio um dos factores directos da nossa transformação económica rural”³⁶. No fundo, pensava-se que seria muito vagaroso e pouco acentuado o esforço a realizar pela iniciativa privada, numa conjuntura em que se impunha celeridade à obra de alargamento e intensificação da produção agrícola que se pretendia levar a cabo³⁷.

Perante tudo, é igualmente de reter o comentário dos agrónomos Almeida Figueiredo e Cincinato Costa, por permitir assegurar expectativas em torno da formação e até da investigação e pela insistência na necessidade de se criar um ambiente que propiciasse o aperfeiçoamento da lavoura pela difusão da ciência agronómica, da qual afinal “dependia a intensificação da produção”³⁸. Atente-se à forma como a imprensa não hesitou em classificá-lo como “programa simples, mas verdadeiro e fecundo de governação agrícola”³⁹.

A 9 de Março de 1918 era criado o Ministério da Agricultura⁴⁰, cuja direcção seria entregue ao Presidente da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Durante o Sidonismo a elite económica nacional deixou de temer o Estado intervencionista, apreciando as suas vantagens desde que devidamente controladas e enquadradas. E neste ponto é conhecido o mal estar gerado, junto das Associações Comerciais e Industriais, quando se anunciou, sem convicção e vontade política de a defender ou aplicar a fundo, a criação de um imposto especial sobre os lucros derivados da guerra⁴¹.

No final de 1919, estimava-se que as despesas da participação portuguesa na guerra rondassem os 1 400 000 contos. Se olharmos para além dos números, verificamos que as marcas deixadas pelo conflito mundial não se esgotaram no desequilíbrio orçamental e no aumento do endividamento externo. Os seus reflexos foram bem mais profundos, marcando um momento de ruptura e de viragem no percurso da jovem República. Entre dissabores e dificuldades, sobressaiu o reforço do papel e da intervenção do Estado e a convicção de que a reorganização económica do País teria impreterivelmente que passar por uma estratégia de desenvolvimento concertada, única forma de contrariar os baixos níveis de produção e, conseqüentemente, as dificuldades crescentes em matéria de abastecimentos e subsistências. Identificadas as limitações do tecido produtivo nacional e ponderadas as dificuldades impostas pela guerra, era preciso identificar e definir o caminho a prosseguir. Foi então, no

³⁶ “A Mobilização agrícola” in *O Economista Portuguez. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 9.º Ano, n.º 11, 23 de Dezembro de 1917, p.167.

³⁷ “O Governo, se quiser concorrer eficazmente para a salvação do País, tem de executar o decreto da mobilização agrícola com a extensão e intensidade correspondentes à força que lhe deu uma revolução triunfante. E isso faz-se desde o primeiro momento”. *Idem*.

³⁸ “No Instituto Superior de Agronomia” in *O Economista Portuguez. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 10.º Ano, n.º 16, 27 de Janeiro de 1918, p.237.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ Decreto n.º 3902, *Diário do Governo*, I Série, n.º 46 de 9 de Março de 1918.

⁴¹ Decreto n.º 4841, *Diário do Governo*, I Série, n.º 201 de 26 de Setembro de 1918. O diploma acabaria por ser revogado uma semana mais tarde, a 4 de Outubro.

quadro de alguma relutância, que algumas vezes se ergueram defendendo que a viragem tantas vezes evocada deveria assentar na elaboração de um *plano de fomento* que, ao englobar todas estas variáveis, fosse capaz de contrariar as dificuldades trazidas pelo conflito mundial e a inconsistência das políticas prosseguidas.

Importa por isso e, para terminar, destacar alguns dos efeitos e significados de natureza estruturante deixados pela Guerra na economia portuguesa⁴²:

1. Interessa em primeiro lugar assinalar que a I Guerra Mundial teve um impacto globalmente negativo no percurso económico nacional. Tornou-se rapidamente evidente que as debilidades do aparelho produtivo português, potenciadas à luz do problema dos abastecimentos e da dependência externa em transportes (ausência de uma marinha mercante e uma rede ferroviária nacional deficiente), teriam, impreterivelmente, que se traduzir, a nível interno, num avolumar da contestação e num aumento da conflitualidade social, sobretudo a partir de 1916/1917. Por outro lado, é também inquestionável que qualquer tentativa de definição de uma política de abastecimentos teria necessariamente que ser prejudicada pelos efeitos da escassez e da deficiente coordenação dos transportes. Registe-se a propósito a ausência de qualquer inquérito estatístico rigoroso que pudesse constituir um ponto de partida para o apuramento sistemático e detalhado da situação económica interna, permitindo à República contabilizar reservas e equacionar necessidades futuras de matérias-primas.

Na prática, acabou por ser o Estado a assumir todas as despesas relacionadas com a guerra. Em suma, os efeitos da dependência externa em matéria de transportes e abastecimentos, evidenciando um cenário de escassez generalizada, acabaram por forçar a República portuguesa a intervir na esfera económica, delineando, sem recurso a qualquer matriz teórica ou aparelho conceptual, os contornos de uma economia de guerra.

2. Deve apontar-se também a forma como estes efeitos e perturbações se distribuíram pelos agentes e actividades económicas nacionais.

A conjuntura de guerra não permitiu à agricultura, com excepção do breve período do sidonismo, inverter a queda de grande parte das suas produções, acentuando uma tendência que há muito se vinha verificando. O sector foi globalmente afectado não só pelas dificuldades de acesso a determinados factores de produção (sementes, adubos), mas também pelo retraimento da exportação de alguns produtos base da economia agrícola, nomeadamente o vinho do Porto, e por uma conjuntura climatérica pouco favorável. Por outro lado, algumas medidas adoptadas, nomeadamente o tabelamento de preços e a obrigatoriedade do manifesto das produções, acabaram por ter também reflexos negativos, gerando o descontentamento nos meios agrários.

⁴² Ver a propósito: PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2011, p.378 e seguintes.

De notar ainda o alargamento do campo de intervenção do Estado e a forma como passou a incluir nas suas funções a divulgação dos métodos e das culturas agrícolas mais adequadas a cada região. Esta realidade suscitou também alguma reflexão no tocante ao desenvolvimento da hidráulica agrícola, abrindo caminho ao aproveitamento dos recursos naturais das zonas amplas do território nacional, em particular na região do Alentejo, ainda que, como enquadramento geral, a Guerra só muito timidamente tivesse sido encarada pelos poderes públicos como uma oportunidade de transformação e modernização do sector. Por outro lado, o esforço anunciado de desenvolver mecanicamente a agricultura acabou por ser coarctado não só pela abundância de mão-de-obra, mas também pela falta de vontade e de preparação técnica dos agrários.

Apesar de afectada pela guerra, sobretudo porque experimentou, durante todo o período, dificuldades no abastecimento de combustíveis, máquinas e matérias-primas, a indústria portuguesa acabou por tirar partido da conjuntura. Vale a pena ter presente que a impossibilidade de importar deu espaço e argumentos ao sector para desenvolver indústrias que noutras condições nunca teriam sido lucrativas. Saliente-se por isso a forma como a sua “estratégia” de sobrevivência ficou indissociável da existência de três factores principais: (i) preços elevados; (ii) baixos salários; (iii) e ausência quase total de concorrência no campo internacional. De fora ficou, na maioria das vezes, a renovação ou a modernização das estruturas produtivas.

Referência ainda para duas outras questões. Por um lado as dificuldades inerentes a qualquer tentativa de estudo ou conhecimento aprofundado das condições fabris do nosso País (recorde-se que até 1917, data em que foi mandado realizar o *Inquérito Industrial*, os elementos disponíveis reportavam-se à década final do século XIX), colocando logo à partida o problema essencial de se tornar difícil contabilizar as perturbações trazidas pela Guerra ao sector. Por outro a necessidade, que a Guerra se encarregou de revelar, de que era imprescindível que se criassem os instrumentos essenciais à intensificação da laboração e ao aumento da produtividade do trabalho industrial.

A apreciação geral deixa contudo antever que foram as indústrias de exportação (têxteis, volfrâmio e conservas) quem mais beneficiou com a guerra, circunstância que por si só deixava antever clivagens entre os ramos mais ligados às exportações e aqueles mais dependentes do mercado interno para colocar os seus produtos, tendência que o pós-guerra irá acentuar.

É inquestionável a forma como a guerra proporcionou a tomada de consciência de que seria imprescindível para o progresso económico da República a conquista de novos mercados de exportação. Sublinhe-se por isso o papel e a importância das missões comerciais levadas a cabo pela Associação Comercial Portuguesa, nomeadamente à Inglaterra e ao Brasil, sem esquecer que também a nível interno o comércio prosperou, beneficiando da subida dos preços e tirando partido da especulação e do mercado negro.

Assinale-se por fim o impacto das perturbações trazidas pelo conflito mundial (carência aguda de géneros e produtos alimentares de primeira necessidade e dificuldades de abastecimento) no agravamento da situação social do operariado e das camadas mais baixas do funcionalismo público, nos pequenos agricultores e nos titulares de rendimentos fixos, destacando, desde logo, a desvalorização dos salários reais, a insuficiência das produções, problemas de distribuição e o

açambarcamento. Condicionantes que, por si só, estiveram na origem, a partir de 1917, de momentos explosivos de agitação social - greves, motins e assaltos – protagonizados por um movimento operário cada vez mais descontente e contestatário.

3. A guerra, expondo diariamente e de forma crua as limitações do republicanismo, acabou por criar o contexto e gerar as condições não só para o surgimento mas também para a justificação das primeiras experiências manifestamente anti-parlamentares e anti-liberais. A afirmação do primado da disciplina e da ordem e o seguimento de uma orientação económica de matriz conservadora, sobretudo no tocante à definição do papel do Estado – distanciando-se o mais possível das tendências desenhadas pelos Democráticos - acabou por constituir um entreacto importante e característico da história da frente interna portuguesa durante os anos do conflito, criando rupturas e provocando impactos duradouros e profundos: a nível social, económico e financeiro.

No seu conjunto a participação de Portugal na I Guerra Mundial ditou o fim da I República. A guerra pôs a nu, exacerbando-as, todas as clivagens que tinham caracterizado o regime desde a sua implantação, em Outubro de 1910: acentuou a impopularidade do Partido Democrático e de Afonso Costa e contribuiu para intensificar o conflito entre o movimento operário e a República.

4. A guerra determinou também um momento de viragem em relação ao papel do Estado, abrindo caminho a uma redefinição das suas funções ao nível da organização e gestão das actividades económicas e do tecido produtivo.

Pelo caminho há que mencionar as novidades introduzidas pelo sidonismo, sublinhando a forma como alterou a política económica de guerra dos Democráticos, decretando um conjunto de medidas de incentivo à produção agrícola, que fez assentar em cinco pontos principais: (i) aumento do preço dos produtos agrícolas; (ii) diminuição do custo dos factores de produção; (iii) concessão de facilidades de acesso ao crédito; (iv) criação de prémios para os aumentos de produção e da área cultivada; e (v) apresentação de algumas propostas de modernização das explorações agrícolas. O enunciado teve ainda presente a necessidade de provocar uma diminuição dos salários reais, procurando, assim, evitar que este aumento se reflectisse no comércio e na indústria.

A par de tudo isto, Sidónio introduziu ainda - sem convicção - medidas centralizadoras de racionamento dos principais géneros alimentares, que fez acompanhar de um imposto de tributação dos lucros de guerra, medida polémica que acabaria por fazer revogar poucos dias depois da sua promulgação. Saliente-se por outro lado as alterações introduzidas no comércio e na indústria e a forma como o Estado passou a intervir cada vez mais, criando novos órgãos administrativos (Ministério das Subsistências e Transportes) que lhe permitiram controlar directamente o comércio exterior, numa tentativa de impedir a escassez de matérias-primas no mercado.

Globalmente, a I Guerra Mundial alargou extraordinariamente a acção intervencionista do Estado português, compelindo-o a impor um controlo mais estreito da actividade económica e a tornar-se mais ousado em matéria de legislação económica e social, abrindo caminho a uma redefinição das suas funções ao nível da organização e gestão das actividades económicas e do tecido produtivo. Refira-se, neste contexto, que as intenções e os objectivos inscritos nas políticas económicas de guerra enunciadas pela I República foram quase sempre guiados por três objectivos específicos: (i)

garantir o abastecimento do País em bens essenciais à subsistência quotidiana da população; (ii) definir uma política de controlo de preços; e (iii) encontrar os instrumentos necessários à intensificação e auto-suficiência da produção agrícola. A imagem que daqui resulta prefigurava a necessidade de minimizar os efeitos da “questão das subsistências”, tendo em vista a diminuição dos níveis de conflitualidade social que inevitavelmente lhe estavam associados.

Arquivos

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Direcção Geral do Livro dos Arquivos e das bibliotecas /Torre do Tombo – Ministério do Interior/
Direcção Geral da Administração Política e Civil

National Archives – United Kingdom

Bibliografia

“A Especulação dos preços das subsistências” in *O Trabalho Nacional*, n.º 33, de Setembro de 1917, p. 142.

“A Indústria em Portugal” in *O Trabalho Nacional*, n.º 23, de Novembro de 1916, p.330.

“A Indústria siderúrgica” in *O Trabalho Nacional*, n.º 24, de Dezembro de 1916, p.357-367.

“A Mobilização agrícola” in *O Economista Portuguez. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 9.º Ano, n.º 11, 23 de Dezembro de 1917, p.167.

“Associação Industrial Portuense. Assembleia Geral” *O Trabalho Nacional*, n.º 31, de Julho de 1917, p.112.

BELO, Artur, “As leis da fome” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 23 de Agosto de 1918, p.1.

BENSAÚDE, Alfredo, “O Instituto Superior Técnico e o desenvolvimento da indústria nacional” in *A Águia. Órgão da Renascença Portuguesa*, 2.ª série, n.º61, 62 e 63, Janeiro a Março de 1917, p.65.

CAMACHO, Manuel de Brito, *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1934.

“Capitais para a lavoura” in *O Século*, de 21 de Julho de 1918,p.1

CASTIÑERAS Y TEIJEIRO, Pedro, *Exposición y crítica del llamado intervencionismo del Estado*. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos, 1914.

CHAGAS, João, *Diário I – 1914*, (Prefácio de João B. Serra), Lisboa, Edições Rolim, Novembro de 1986.

“Critério Económico” in *O Trabalho Nacional*, n.º 11, de 15 de Novembro de 1915, p.321-322.

“Conselho Económico Nacional” in *O Trabalho Nacional*, n.º 26, de Março de 1917, p.36.

“Conselho Económico” in *O Jornal do Comércio e das Colónias*, de 4 de Março de 1917, p.1.

FINDLAY, Roland e O’ROURKE, Kevin H., *Power and Plenty. Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*. U.S.A.: Princeton University Press, 2007, p.429-471.

GOMES, Manuel Teixeira, *Correspondência I Cartas para Políticos e Diplomatas*. Lisboa: Portugália Editora, 1960.

HANCOCK, W.K., *British War Economy*. London: HMSO, 1949.

“Indústria Siderúrgica” in *O Trabalho Nacional*, n.º 18, de Junho de 1916, p.163-168.

JESUS, Quirino de, “A mobilização agrícola” in *O Economista Portuguez. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 9.º Ano, n.º 9, 9 de Dezembro de 1917, p.132.

LAWRANCE, Jon - The Transition to war in 1914. In *Capital Cities at War. Paris, London, Berlin (1914-1919)*, (Edited by) WINTER, Jay and ROBERT, Jean-Louis, Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.135-163.

LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa Leite, *Economia de Guerra*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1943.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

“No Instituto Superior de Agronomia” in *O Economista Portuguez. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 10.º Ano, n.º 16, 27 de Janeiro de 1918, p.237.

PASCOAIS, Teixeira de, “Portugal e a Guerra e a Orientação das Novas Gerações” in *A Águia. Órgão da Renascença Portuguesa*, 2.ª série, n.º36, Dezembro de 1914, p.161-168.

PERDIGÃO, José de Azeredo, A Indústria em Portugal (Notas para um Inquérito). in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Vol. III, 1916, p.5-192.

PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo, “A Indústria em Portugal” in *Revista da Faculdade de Direito*, n.º 1 e 2, Janeiro a Junho de 1917, p.144-147.

PERES, Damião, Quinze meses de instabilidade governativa In *História de Portugal*, I Suplemento, (Dir.) PERES, Damião, Porto: Portucalense Editora, 1954, p.73-138.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

“Porque temos fome” in *O Século*, de 8 de Setembro de 1918, p.1

ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra. Tomo I, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997.

SANTOS, A. Edmond, “Tratados de Comércio. I” in *O Jornal do Comércio e das Colónias*, de 2 de Maio de 1917, p.1.

SARAIVA, J. Andrade, "Produtividade do trabalho nacional e as instituições de previdência" in *Boletim da Previdência Social*, Ano II, n.º5, Janeiro a Abril de 1918, p.33-46.

“Semeie-se” in *O Século*, de 18 de Agosto de 1918, p.1

“Semeemos” in *O Século*, de 12 de Setembro de 1918, p.1.

SILVA, António Maria da, *Meios práticos de baratear a vida – O problema das subsistências. Congresso de 1914 na Figueira da Foz*. Lisboa: Tipografia Cooperativa Militar, 1914.

TILLY, Charles - Reflections on the History of European State-Making. In TILLY, C. (ed.) *The Formation of national states in Western Europe*. New Jersey: Princeton, 1975.

WINTER, Jay Winter e PROST, Antoine, *The Great War in History: debates and controversies, 1914 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

O FERTAS DE PUBLICAÇÕES

Ofertas Bibliográficas

Agradecemos às seguintes instituições e pessoas a oferta destas publicações, que vieram enriquecer a nossa biblioteca.

António Pestana de Vasconcellos:

Vasconcelos, António L. T. C. Pestana de Vasconcellos (2005), *Costados Alentejanos*, Vol. I e II, Porto: Instituto Português de Heráldica da Associação Portuguesa de Genealogia do Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, ISBN: 972-98323-0-7.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2014), *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Vol. 8, Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil, 7. ISSN: 1983-6031.

Arquivo Municipal de Loulé:

Arquivo Municipal de Loulé (2014), *AL-ÚLYÁ*, Nº 14, Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, ISSN: 0872-2323.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo:

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (2012-2013), *Almorsor - Revista de Cultura*, Nº 10, Montemor-o-Novo: CMMN, Depósito Legal Nº 68194/93

Fonseca, Teresa (2014), *Um Encontro na Gruta do Escoural*, Montemor-o-Novo: CMMN, ISBN: 978-972-96373-6-0.

CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património:

Matos, Ana Cardoso de, et al. (2015), *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*, Vila Viçosa: Talentiração, Lda., ISBN: 978-989-99164-1-8.

Tinoco, Alfredo; Filipe, Carlos; Hipólito, Ricardo (2014), *A Rota de Mármore do Anticlinal de Estremoz*, Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, Instituto Universitário de Lisboa, ISBN: 978-989-98499-2-1.

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central:

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (2015), *O Poder Local no Alentejo Central - 30 anos de Associativismo Municipal 1985-2015*, Évora: CIMAC, ISBN: 978-989-95985-2-2.

Editores Glaciar e Academia Brasileira de Letras:

Assis, Machado de (2014), *Os Romances*, Lisboa: Glaciar e Academia Brasileira de Letras, ISBN: 978-989-8776-09-9.

Bosi, Alfredo (2014), *Dialética da Colonização*, Lisboa: Glaciar e Academia Brasileira de Letras, ISBN: 978-989-8776-10-5.

Cunha, Euclides da (2014), *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, Lisboa: Glaciar e Academia Brasileira de Letras, ISBN: 978-989-8776-05-1.

Neto, João Cabral de Melo (2014), *Poesia Completa*, Lisboa: Glaciar e Academia Brasileira de Letras, ISBN: 978-989-8776-01-3.



sileira de Letras, ISBN: 978-989-8776-07-5.

Pompeia, Raul (2014), *O Ate-neu*, Lisboa: Glaciar e Academia Brasileira de Letras, ISBN: 978-989-8776-11-2.

Fundação da Casa de Bragança:

Fundação Casa de Bragança (1967), *Mercês de S. Teodósio II Duque de Bragança*, Lisboa: FCB.

Fundação Casa de Bragança (1989), *Um Grande Português D. Manuel II 1889-1932 - Através de alguns livros da sua Biblioteca*, Lisboa: FCB, Depósito Legal nº 30004/89.

Pestana, Manuel Inácio, (1985), *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança - Documentos apógrafos e originais do séc. XIII ao séc. XVIII*, Lisboa: FCB.

Pestana, Manuel Inácio (1996), *O Arquivo Histórico da Casa de Bragança - História*

Sumária de um Notável Acervo Documental, Vol. 29, Lisboa: Academia Portuguesa da História, ISBN: 972-624-108-1.

Maria João Pereira Coutinho e Sílvia Ferreira:

Coutinho, Maria João Pereira; Ferreira, Sílvia (2014), *Artistas e Artífices da Lisboa Barroca - A Irmandade de Nossa Senhora da Doutrina da Igreja de São João Roque*, Lisboa: Esfera do Caos, ISBN: 978-989-680-136-6.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2014), *Catálogo da Exposição Visitação. Arquivo: Memória e Promessa*, Lisboa: SCML, ISBN: 978-989-8712-07-3.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1987), *Catálogo Histó-*

rico-Documental da Exposição Sinais de Expostos, Lisboa: SCML.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2001), *Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: SCML, ISBN: 972-98004-6-4.

Santa Casa da Misericórdia de Redondo:

Calado, José (2015) *Ruas com História - Evolução Urbana e Ensaio Toponímico da Vila de redondo*, Cadernos d'O Redondense Nº 7, Alcochete: Alfarroba Edições, ISBN: 978-989-8745-40-8.



DOM PEDRO, p^{ta}. grãta de S^{ta}. Hei e Portugal
f^o Balgare / anos. goncal
ano Lobo meu. v^o galo. f^o e. por n^o. S^{ta} m^o
tejo. f^o diana gant. v^o agrano que ho-
fiegou. S^{ta} y. patana monro. f^o p^o. n^o na rida
e hora. p^o abono bre. S^{ta} y. p^o. p^o yzam e
e. p^o. p^o.

Visita o site em adevr.dglab.gov.pt

Faz-te amigo do Arquivo Distrital de Évora em: www.facebook.com/arquivodistritalevora

Oficinas Educativas

O Arquivo Distrital de Évora organiza visitas guiadas e atividades pedagógicas para públicos de diversas faixas etárias.

Para marcações e inscrições contactar:

Arquivo Distrital de Évora
Largo dos Colegiais, nº 3
700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Pesquisa

Por solicitação dos leitores, o Arquivo Distrital de Évora realiza pesquisas nos fundos arquivísticos à sua guarda.

Para informação e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora
Largo dos Colegiais, nº 3
700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Reproduções

O Arquivo Distrital de Évora possui um serviço de fotocópias e digitalização de documentos.

Para informação e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora
Largo dos Colegiais, nº 3
700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA



ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS | ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, nº 3, 7000-803 Évora | Telefone: 266006600 | Fax: 266006601

Sítio na Internet: <http://adevr.dglab.gov.pt> | E-mail: mail@adevr.dglab.gov.pt

Direção: Jorge Janeiro | Design gráfico: Francisca Mendes

Colaboradores nesta edição: Ana Paula Pires, Ana Rita Rodrigues, Armando Quintas, Célia Malarranha, Daniel Alves, Deolinda Menezes, Eduarda Fanha, Francisca Mendes, Francisco Bilou, Jorge Janeiro, Margarida Lopes, Paulina Araújo, Paulo Guimarães, Susana Bicho, Teresa Amado.

ISSN 2183-3427